

COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso

Janeiro / Junho de 2014

v. 15 – n° 35

ISSN 0101-305X

Mas como? Se, ao nomear um ser qualquer, por exemplo que nós hoje chamamos de homem, eu lhe dou o nome de cavalo e ao que hoje chamamos de cavalo lhe dou o nome de homem, terá esse ser o nome de homem?

A revolução social do século XIX não pode tirar a poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores

A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente desse tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam

Deste logos sendo sempre o mesmo, tornam-se descompassados quando ouvirem quer tão logo tenham tido, tornando-se todas (as coisas)

À primeira vista, a forma específica do capitalismo ocidental tem sido influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade é baseada

35

Este número 35 da **Comum** é totalmente dedicado a comemorar – no sentido de trazer à lembrança, recordar e não de realizar cerimônia de evocação – os 50 anos da ditadura militar no Brasil e alguns dos seus efeitos que até hoje sofremos nos campos da comunicação e da cultura.

Abrimos o conjunto de nove textos que compõem a revista com artigo assinado por Arthur Poerner, onde o jornalista e escritor, que viveu intensamente os tempos de perseguição aos jornalistas e intelectuais, sugere que esse seria um ótimo momento para que as Forças Armadas brasileiras pedissem formalmente desculpas à Nação.

Em seguida, publicamos um conjunto de cinco artigos que desenvolvem reflexões sobre os efeitos desse período ditatorial nos campos da cultura e da mídia. O ensaio assinado por Ivo Lucchesi lança um amplo olhar crítico a respeito do que provocou o golpe militar no campo da cultura. Maria Luiza Martins de Mendonça assina texto em que faz uma releitura do uso da propaganda pelos governos militares brasileiros durante o período compreendido entre 1970 e 1978. Jorge Tadeu apresenta trabalho que se dedica a evidenciar o tensionamento estabelecido entre a ditadura militar, movimentos de resistência, homossexualidade, movimentos homossexuais, mídia e a correlação entre os cenários nacional e internacional com relação a esse tema. Luiz Agner apresenta ensaio em que aborda aspectos da atuação da imprensa alternativa de humor durante os anos 1970, particularmente do jornal Pingente. Tatiane Mendes Pinto assina trabalho que tem por objetivo realizar um estudo comparativo entre os filmes *Cinco vezes favela* e *Cinco vezes favela agora por nós mesmos*, que foram produzidos em 1962 e 2010, respectivamente, e pensar a representação social da comunidade nos filmes a partir da relação com um estado de exceção que se prolonga desde a ditadura até os dias atuais.

Um segundo bloco de textos, composto por dois artigos e uma entrevista, dedica-se a debater aspectos da militância política de resistência à ditadura e suas consequências. Giselle dos Santos Siqueira apresenta trabalho que recupera a vida e a luta política de Getulio Cabral, militante comunista com atuação em Duque de Caxias, preso e assassinado pelos órgãos de repressão. Fernando Sá escreve artigo que trata de questões morais e políticas que envolvem a concessão da anistia política antecipada aos agentes da ditadura. Para fechar este número temático, publicamos uma entrevista concedida a Ricardo Benevides por Luiz Raul Machado, hoje escritor e editor de livros, mas que teve marcada participação no movimento estudantil dos anos 1960, na luta contra a ditadura e na militância pelos valores democráticos.

Arthur Poerner – Escritor e jornalista.

Ivo Lucchesi – Doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Literatura Comparada pela mesma instituição. Professor-titular das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), ensaísta, articulista do Observatório da Imprensa (on-line)-www.observatoriodaimprensa.com.br.

Maria Luiza Martins de Mendonça – Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada e membro do PPGCom Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: ma.luisa@terra.com.br

Jorge Tadeu Borges Leal – Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). E-mail: jortad@gmail.com

Luiz Agner – Doutor em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). E-mail: www.agner.com.br

Tatiane Mendes Pinto – Mestranda em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: tatunha@gmail.com

Giselle dos Santos Siqueira – Mestre em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Departamento de História e da Pós-Graduação Lato Sensu em Turismo, Patrimônio e História Local e Regional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC).

Fernando Sá - Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós-doutorado em História Política pelo Centro de Estudos de História Contemporânea do Instituto Universitário de Lisboa (CEHC/ISCTE/IUL). Professor titular da Facha, Professor adjunto II da PUC-Rio, Pesquisador do CEHC/ISCTE/IUL e Coordenador editorial da Editora PUC-Rio.

Ricardo Benevides - Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto e chefe do Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS-UERJ). Também é professor do curso de Relações Públicas das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA).

- 05 *Prenúncio de autocrítica das Forças Armadas?*
Arthur Poerner
- 09 *A cultura e a história de um duplo golpe*
Ivo Lucchesi
- 29 *Em nome da memória: o discurso midiático da ditadura militar*
Maria Luiza Martins de Mendonça
- 42 *Olha a Cabeleira do Zezé, será que ele é, será que ele é?*
Jorge Tadeu Borges Leal
- 62 *Imprensa satírica e ditadura militar no Brasil: a experiência do Pingente*
Luiz Agner
- 82 *Cinco vezes favela: agora por nós mesmos? Comunidade, estado de exceção e autorrepresentação na produção fílmica. Dos anos de chumbo aos dias atuais*
Tatiane Mendes Pinto
- 104 *Getúlio Cabral e suas trajetórias*
Giselle dos Santos Siqueira
- 117 *Anistia: o perdão político*
Fernando Sá
- 134 *Entrevista*
Luiz Raul Machado

Conselho Editorial:

ArianeHolzbach, Aristides Alonso, Eliana Monteiro, Fernando Sá, José Eudes de Alencar, Ricardo Benevides.

Conselho Consultivo

Aluizio Ramos Trinta – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Antonio Edmilson Martins Rodrigues – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Consuelo Lins – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Eduardo Neiva – Universidade do Alabama em Birmingham (EUA)
Mário Feijó Monteiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Márcio Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Michel Misse – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Nilson Lage – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Potiguar Mendes da Silveira Jr. – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Coordenação Editorial: Fernando Sá

Projeto Gráfico: Amaury Fernandes

Secretário Executivo: Gilvan Nascimento

Editoração Eletrônica: André Cunha

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08/08/1969, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo, Direito e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua das Palmeiras, 60 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ

FACHA

Unidade Botafogo

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel.: (021) 2102-3100

Unidade Méier

Rua Lucídio Lago, 345 Méier – RJ – Tel.: (021) 2102-3350

E-mail: facha@helioalonso.com.br

Diretor-Geral: Hélio Alonso

Vice-diretora Geral: Márcia Alonso Pfisterer

Coordenação Acadêmica: Denise Azeredo

COMUM – v.15 – n° 35 – (janeiro/junho 2014) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2014

Semestral

140 Páginas

I. Comunicação – Periódicos. II. Educação

CDD 001.501

Prenúncio de autocrítica das Forças Armadas?

Arthur Poerner

Já passou bastante da hora, mas as Forças Armadas bem que poderiam se valer do ensejo dos 50 anos do golpe para pedir desculpas à nação pela funesta intervenção de 1964 na ordem então vigente, que seguia as normas constitucionais, tendo à frente um presidente da República, João Goulart, que contava com boa aceitação da opinião pública – ao contrário do que o Ibope foi estrangido pelos golpistas a divulgar – e tinha como objetivo prioritário as “reformas de base”, estas mesmas que se tenta concluir desde o reinício da caminhada democrática.

O que houve, então, para justificar a brutal interrupção de uma caminhada, que era, afinal, a percorrida, com maior ou menor velocidade, em todos os processos de construção e consolidação das democracias? Com a experiência de quem viveu aqueles históricos dias no início da sua também cinquentenária carreira jornalística, não tenho dúvida de que dois fatores foram decisivos e determinantes no sinistro acontecimento: no plano interno, os interesses que se sentiam ameaçados pelas reformas, como, por exemplo, o latifúndio improdutivo, assustado com a emergência, em Pernambuco, do sindicalismo rural das Ligas Camponesas, de Francisco Julião, que logo se estenderia a outros estados; e, no externo, os temores paranoicos do governo norte-americano de que a Revolução Cubana, vitoriosa no primeiro dia de 1959, se reproduzisse em cadeia em outros países do continente.

Um dos golpes da era da Guerra Fria

É preciso acrescentar, sobretudo para os mais jovens, que tudo isso ocorreu num Brasil em que a distribuição de renda era ainda mais injusta do que a atual, que continua sendo, apesar do considerável aumento da classe média nos governos do Lula, das mais opressivas, e com uma legislação que, sem o voto dos analfabetos, restringia o eleitorado a bem menos do que a metade da população do país. Conjetura a que não pode faltar menção aos ressentimentos acumulados pelas correntes políticas mais conservadoras e reacionárias, com as derrotas sofridas em três sucessivas eleições presidenciais, e pelas próprias Forças Armadas, que, não fosse a comoção nacional provocada pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas, teriam chegado ao poder 10 anos antes, em 1954. Para agravar o clima interno, o cenário mundial era o da Guerra Fria, em que os supremos vilões, conforme ditame dos EUA, eram os comunistas, os marxistas e os socialistas, em geral.

Para se ter ideia de como o mundo mudou desde então, o papa Francisco nem se sentiu abalado, recentemente, quando foi chamado de marxista, por ter qualificado o capitalismo como “uma nova tirania”. E os EUA, em sua auto-atribuída missão de polícia universal, já substituíram “comunistas” por “terroristas” para justificar, por exemplo, operações como a de clonagem das ligações celulares da nossa presidenta. Ou seja, violaram e continuam violando a nossa soberania nacional para o nosso bem, para nos livrar, a Dilma e nós todos, do mal do terrorismo.

Mas, foi no panorama de 1964, que procurei esboçar, brevemente, acima, com os comunistas ameaçando devorar as criancinhas pelo mundo afora, que as nossas Forças Armadas fizeram a trágica opção pelo golpe, não sem expressiva resistência em suas próprias hostes, como demonstra, com a já costumeira competência, o cineasta Sílvio Tendler, no recém-lançado documentário *Militares da democracia*. Nos demais países do Cone Sul, Argentina, Chile e Uruguai, também arrastados ao golpismo militar pela Guerra Fria e pelo incentivo direto dos EUA, no entanto, as autocríticas das Forças Armadas já se concretizaram na prática, e os militares envolvidos em crimes como sequestro, tortura e assassinato já estão cumprindo as penas a que foram condenados.

O lanterna na copa dos avanços democráticos

O que me indigna, e a um crescente número de compatriotas, é a vocação do nosso país a ser sempre o último nos avanços democráticos e humanistas, isto é, pentacampeão mundial no futebol, mas lanterna, no Ocidente, na abolição do escravagismo de três séculos, cujas sequelas, previstas por Joaquim Nabuco e pelo general Pery Constant Bevilaqua (que as anteviu no prefácio à primeira edição do meu livro *O poder jovem*), tão intensamente se manifestaram ainda há poucas semanas, no racismo denunciado tanto pelo nosso noticiário policial quanto pelo futebolístico.

Crime não se deve acobertar nem de parente. E a jovem oficialidade de hoje, que não era sequer nascida em 1964, nada tem a ver com os crimes, inclusive hediondos, cometidos nos quartéis ou fora deles, por colegas que nem conheceu, como o coronel que relatou ao Globo, com orgulho e requintes de gastrônomo, os segredos de se obter o eterno desaparecimento de um corpo humano. A fórmula, com minúcias de receita de brigadeiro, saiu nas páginas do jornal que fez, ano passado, a autocrítica que as Forças Armadas ainda estão devendo. Por que esta demora? Será que elas se sentem à prova de erros ou falhas, mesmo nestes tempos em que até o dogma da infalibilidade papal já saiu de cena? Ou temem que o reconhecimento de fatos já de conhecimento público possa empanar a visão da sua contribuição positiva em nossa história: para a integração nacional, por exemplo, com o Correio Aéreo Nacional (CAN), ou no combate ao nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália?

Se é este o caso, saibam os militares que a autocrítica, ao invés de desmerecê-los, realçaria e se somaria ao que fizeram de bom, além de libertá-los da mais do que constrangedora posição atual. O mais provável, para mim, é que esta posição resulte de uma versão fascista e até mafiosa de corporativismo, talvez remanescente do Estado Novo, mas ainda muito em voga por aqui, inclusive nas entidades médicas, que, no afã radical de barrar o trabalho de profissionais formados no exterior no programa Mais Médicos, lograram transformar discípulos de Hipócrates em mestres da hipocrisia.

Neste último 1º de abril, a Comissão Nacional da Verdade recebeu documento assinado pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, informando que, a pedido da CNV, as Forças Armadas criaram comissões de sindicância para investigar tortura e mortes em sete instalações militares, durante a ditadura. Entre as quatro do Rio, o Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na

Barão de Mesquita, sede do DOI (Destacamento de Operações de Informações) do I Exército, onde passei dolorosa e amarga temporada de três meses, em 1970, depois de preso na redação do Correio da Manhã. Das lembranças e dos pesadelos, só consegui me livrar escrevendo, já refugiado às margens do Reno, o romance *Nas profundas do inferno*, lançado na Espanha e premiado na Itália, antes de poderem sair as três edições brasileiras.

Será que este 1º de abril, ao invés da cinquentenária e desastrosa mentira que tanto mal causou ao nosso povo, nos trouxe o prenúncio da tão aguardada autocrítica das Forças Armadas?

A cultura e a história de um duplo golpe

Ivo Lucchesi

Introdução

A proposta desta reflexão tem como foco um olhar tanto retroativo quanto presente e prospectivo, a respeito do que provocou o golpe militar, em 1964, no curso da cultura. Que deformações a ditadura conseguiu implementar? Que inércia cultural produziu a retomada da democracia, desde 1985, a partir da Nova República? Por fim, a indagação a respeito do impacto gerado, na geração pós-golpe, pela acelerada oferta das novas “ferramentas comunicacionais”, decorrentes do avanço tecnológico.

Assim, a presente escrita pretende demonstrar três etapas na linha do tempo de meio século: 1. *um olhar retroativo*: a cultura em estado de coma; 2) *um olhar presente*: a falência da cultura; 3. *um olhar prospectivo*: o perfil da nova geração. As duas primeiras dizem respeito a estratégias de uma política cruel (ditadura) e perversa (democracia). A terceira traduz a obsolescência da ação política, em favor da supremacia autônoma das novas tecnologias da informação, cujo efeito tem criado uma espécie de “poder paralelo”, mediante a velocidade com a qual “redes sociais” se organizam e atuam, para bem e para mal...

Um olhar retroativo: a cultura em estado de coma

Inicialmente, cabe-me, em nome de isentar-me de repetições, relembrar que, nos idos de 2005, para essa mesma revista, escrevi um ensaio de 42 páginas sobre “Retorno à brasilidade: confissões e fissuras” (cf. bibliografia). Nele, propus uma análise conjuntural a respeito dos descaminhos e inoperâncias que, desde os tempos tortuosos da ditadura, em nada, adquirimos novo “oxigênio” para, em tempos de democracia, retomarmos a pujança cultural, travada em março de 1964 e abortada a partir de 1984, com a derrota, no Congresso, pelas “Diretas-já”.

Com o intuito de ser o mais preciso possível, é prudente deixar claro que conceito de “cultura” guiará minhas reflexões. Cultura é o conjunto de uma práxis social na qual se agregam o pensar, o sentir e o agir. Daí resulta a construção de paradigmas a nortearem condutas e valores, aspirações e construções, escolhas e atos, tanto individuais quanto coletivos, além de minoritários e majoritários.

Saudosismo à parte, voltando no tempo, no limiar dos anos 1960, existia um país que pulsava tenazmente em todas as direções. Como legado de Getúlio Vargas, o Brasil iniciava passos firmes na direção da plena autonomia industrial: a fundação da Petrobrás, bem como na siderurgia (CSN). Mas, como o conceito de “cultura” engloba tudo de uma nação, outras áreas, igualmente, se mostravam prósperas e afirmativas. Nas artes: literatura (Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Ferreira Gullar, Vinicius de Moraes, Cecília Meireles, Clarice Lispector, em seguida, os inovadores poetas concretistas – Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari).

Na música, o talento inventivo de João Gilberto e Tom Jobim, doando, ao mundo, um novo ritmo (bossa-nova). Na sequência, o Tropicalismo, na estética ousada de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Torquato Neto, Capinam... A revitalização do samba em Chico Buarque, Paulinho da Viola... Em outra direção, irrompia a Jovem Guarda, formando um arco de renovações diversificadas, produzindo verdadeiro rebuliço de energia, convergindo tudo para a celebração dos Festivais da Canção...

No cinema, a passagem do neo-realismo de Lima Barreto (*Os cangaceiros*), de Anselmo Duarte (*O pagador de promessas*), Néelson Pereira dos Santos (*Rio 40 graus*) para o salto criativo do “cinema-novo”, na genialidade dos jovens Glauber Rocha (*Deus e o diabo na terra do sol* e *Terra em transe*), Júlio Bressane (*O anjo nasceu* e *Matou a família e foi ao cinema*), Rogério Sganzerla (*O bandido da luz vermelha*), Joaquim Pedro de Andrade (*Macunaíma*).

No teatro, além da grande escola (Teatro Nacional de Comédia), as impactantes montagens de José Celso Martinez Correa (*Roda viva* e *O rei da vela*), “o teatro do oprimido”, de Augusto Boal. Na arquitetura, o mundo aplaudia as ousadas formas curvas engendradas pelos pródigos cérebros de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. No esporte: futebol (bicampeão mundial), tênis, boxe, basquete, arrebatando títulos mundiais pioneiros... Na Física, despontava, mundialmente, o nome de Cesar Lattes, bem como na economia, a astúcia de Celso Furtado.

Todos os feitos somados entre si, com pequenos intervalos de datas entre uns e outros. Um verdadeiro amálgama de conquistas vigorosas, em menos de uma década... Este era o Brasil de então..., ou seja, uma nação rasgando as barreiras e abrindo o portal para um futuro próspero e afirmativo, apesar das botas que já marchavam para o movimento de “caça às bruxas”... A ditadura jogou “pesado”. Além de prisões múltiplas, seguidas de torturas e mortes, o regime forçou inteligências a exilarem-se e outras a calarem-se... A propósito, vale lembrar que a “grande imprensa”, até os atuais tempos, se refere à ditadura com a expressão “regime de exceção”... No mínimo, é engraçado... O jornalismo, também, sabe criar “ficção”...

A degradação da cultura em dois golpes

A imagem de um país que, por todos os poros, se anunciava vigoroso foi, estrategicamente, reduzido ao “reino da mediocridade”. A questão é fácil de ser explicada. Há, no mundo, duas correntes cuja visão de macrorrealidade é antagonica. Um grupo entende que uma nação se fortalece, com base na sua economia; outro, minoritário, compreende que a origem dessa força provém do enraizamento e florescimento de sua cultura.

No primeiro, estão agrupadas as oligarquias que, na concentração da riqueza, expandem negócios para aumento dos lucros; no segundo, situam-se minorias intelectualizadas cujo investimento reside na proposição de utopias, a exemplo do que tem sido, ao longo da modernidade.

Na experiência brasileira, a ditadura fez o pacto com o modelo oligárquico, procurando exaurir quaisquer vozes de resistência. O regime implantado valeu-se de estratégias maquiavélicas cujos efeitos, até os atuais dias, são perceptíveis. É certo que, na ditadura chilena, 28 mil foram abatidos, entre mortos e desaparecidos. É correto que, na ditadura argentina, o número chegou aos 30 mil. Entre nós, o cálculo não completa quatro mil. Apesar da disparidade entre as ditaduras hispano-americanas e a brasileira, afirmo que

a mais cruel de todas foi a nossa. A razão é simples: nos países co-irmãos, o regime se apropriou de corpos; no Brasil, a ditadura se apossou, além dos corpos vitimados, de cérebros. Para tanto, diferentemente do procedimento das ditaduras vizinhas, o regime brasileiro, após quatro anos do AI-5, revirou, pelo avesso, o sistema educacional, quando o ministro Jarbas Passarinho assinou a Lei 5692/72.

O belo e eficiente projeto educacional, implementado por Anísio Teixeira, na era Vargas, foi destruído, dando lugar a um “monstro” que se tornou a usina da alienação. O epicentro da devastação foi o ensino secundário. Sim, realmente, os artífices do mal foram competentes, pois perceberam ser na fase da passagem, entre a adolescência e a juventude, que a consciência e o olhar para a realidade formam e firmam valores, condutas... Foram “cirúrgicos”... Deram o corte preciso e mataram o precioso, enquanto a classe média se distraía com benefícios materiais. Milhares de famílias alegres com o “milagre brasileiro”, sem desconfiarem de estarem “vendendo” os cérebros de seus filhos... Chico Buarque, na sua refinada “leitura”, sintetizou o quadro na composição *Vai passar*:

Vai passar
nessa avenida um samba popular
cada paralelepípedo
da velha cidade
essa noite vai se arrepiar
ao lembrar
que aqui passaram sambas imortais
que aqui sangraram pelos nossos pés
que aqui sambaram nossos ancestrais

Num tempo
página infeliz da nossa história
passagem desbotada na memória
das nossas novas gerações

dormia
a nossa pátria mãe tão distraída
sem perceber que era subtraída
em tenebrosas transações

Seus filhos erravam cegos pelo continente
levavam pedras feito penitentes
erguendo estranhas catedrais
e um dia, afinal
tinham direito a uma alegria fugaz
uma ofegante epidemia
que se chamava carnaval
o carnaval, o carnaval
(vai passar)

Palmas pra ala dos barões famintos
o bloco dos napoleões retintos
e os pigmeus do bulevar
meu deus, vem olhar
vem ver de perto uma cidade a cantar
a evolução da liberdade
até o dia clarear

Ai, que vida boa, olerê
ai, que vida boa, olará
o estandarte do sanatório
geral vai passar
ai, que vida boa, olerê
ai, que vida boa, olará
o estandarte do sanatório geral
vai passar.

Sim, o olhar de Chico Buarque não requer lente de aumento. Não preciso parafrasear o que a letra, de modo perfeito, denuncia. O país foi transformado em “balcão de negócios” – um gigantesco cassino – e, para compensar, o olhar dos “distráidos”, a oferta da velha fórmula romana: “pão e circo”... Convém lembrar que as furiosas ditaduras (chilena e argentina) perseguiram professores, escritores, intelectuais, mas não modificaram o sistema educacional. Dando um salto na história, fica evidente, nos atuais tempos, a diferença cultural entre jovens hispano-americanos e brasileiros... O turista brasileiro, ao circular pelas cidades de Santiago e Buenos Aires, percebe quanto e como estamos atrasados, principalmente quando se trava uma conversa... O fato serve para introduzir o segundo “golpe”. Qual? Na política.

Além do já assinalado, no tocante ao sistema educacional, a ditadura brasileira sem, jamais, assumir-se como tal, promoveu outra maquiagem. Enquanto no Chile e na Argentina, os parlamentos foram desativados, no Brasil, extirpados os indesejáveis, foram mantidas as duas casas, criando, no melhor estilo “napoleônico”, duas agremiações: ARENA e MDB. Assim, aos olhos da ingenuidade, uma ditadura se travestia em democracia, com direito a elegermos nossos candidatos, exceto para cargos majoritários. Nesse aspecto, mesmo os “resistentes opositores” (MDB), prestaram um desserviço à nação. Que real oposição podiam realizar, ante um regime que perseguia, prendia, torturava e matava? Jogo de cena... Cada qual pensava em sua “carreira política”...

O resultado foi um país destruído na Educação e corrompido na Política. Não há sociedade capaz de imunizar-se contra dois vírus de alto poder destrutivo. A farsa, na política, teve o desfecho em grande estilo: 1. no abortamento das “diretas-já” (abril de 1984); 2. no processo final de votação para a presidência, com a união entre Tancredo Neves e José Sarney. Nessa época, o regime da “abertura” já havia permitido a formação de novos partidos, além da volta de exilados, como Leonel Brizola. Não bastasse, a canetada de Petrônio Portella e o General Golbery do Couto e Silva autorizaram o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Outra “jogada” de mestre: as oposições se esfrangalharam...

A história oficial dá conta de que os militares só aceitavam um nome civil, nas oposições: Tancredo Neves. A mesma história oficial narra que, na véspera da posse, Tancredo, acometido de uma crise de diverticulite, foi internado no Hospital de Base, em Brasília. De lá saiu para o túmulo e quem assumiu foi o ex-presidente da ARENA e, em seguida, do PDS: José Sarney. Plano perfeito para os militares. Todavia, há uma outra história (não-oficial, porém não menos verdadeira): Tancredo já era portador de câncer e os militares tinham ciência disso, razão pela qual armaram uma disputa interna no PDS, entre Sarney e Maluf. Dela, proveio a vitória do preferido pelos militares (era mais confiável): José Sarney. Com receio de perder, no Congresso, como líder do partido que dava sustentação ao regime, Sarney migrou para o PMDB. As lideranças do maior partido de “oposição”, simplesmente, aceitaram o ingresso, “numa tenebrosa transação”, a exemplo do verso de Chico Buarque. Essa é a história de uma “nação subtraída”... Sem educação e sem ética política, o país foi sendo arrastado para o infortúnio progressivo...

Um olhar presente: a falência da cultura

A digressão retroativa serviu para visualizarmos o cenário atual. A história de qualquer nação se constrói por soma de acontecimentos no tempo. Deste modo, hoje, somos pelo que já fomos... Não há cortes. A história não se conta por critério temporal divisionista: antes e depois. Ao contrário, história é uma narrativa de simultaneidades e sucessões, com base em causas e consequências. Há diferenças profundas, na atualidade, entre o tempo da ditadura e o da democracia? Sim, e muitas. Isto, contudo, não significa usar valoração “pior” x “melhor”. São mutações, no tempo e no espaço. Não há heróis; não há mártires.

Que heróis históricos, efetivamente, cultuamos? Nenhum. Que mártires, verdadeiramente, exaltamos? Nenhum. O que, realmente, existe? Algozes... Mesmo quanto a esses, contra quais nos manifestamos? Nenhum... O conceito de “império do efêmero” (Gilles Lipovetsky), talvez, seja o que melhor se aplica ao imaginário brasileiro.

Ao pensarmos o conceito de cultura, nos termos definidos na introdução, de imediato, uma perturbação se instala quanto reconhecermos o que somos, culturalmente, na presente realidade brasileira, bem como sua projeção para o olhar do mundo restante... O que, de modo afirmativo e consistente, temos a exibir para fora de nós? Sinceramente, olho e nada vejo... Equívoco de percepção? Acho que não... É vazio mesmo... Vivemos numa nação oca...

Cultura? Qual? Na música: forró, funk, pagode? No cinema: filmes que reproduzem o cotidiano já sabido? No teatro, pecinhas com atores de televisão? Na literatura, o que de inovador surgiu, para além dos consagrados e já falecidos? Na televisão? Que programa de vanguarda surgiu? Estamos mergulhados na profundidade de um oceano, sem forças respiratórias para voltarmos à superfície. Cultura, nesse país, tornou-se sinônimo de “promoção de eventos” e “patrocínios”: outro balcão de negócios para entretenimento. Arte? Nada. Existem talentos? Sim. Todavia, a eles, não se dá visibilidade. Exibição, no Brasil (“brasa pequena”), é para quem rende lucros imediatos.

A lógica perversa da quantidade zerou a exaltação da qualidade. Vivemos num país esquizoide. O que significa MEC? Ministério da Educação e Cultura. Pois é, mas, há décadas, foi criado o MinC (Ministério da Cultura). Para todos os efeitos, a sigla MEC permanece. Ou seja, temos, atualmente, dois ministérios que, em comum, abrigam a palavra “cultura”. A resultante é a que conhecemos. Cultura, mesmo? Nada... O mercado feroz lança “produtos” descartáveis: sucessos de temporada para alegrarem a “galera” de jovens entor-

pecidos por devaneios e muita bebida... Como arremate, a mídia, em parceria com governos, eleva, ao máximo, a temperatura de um “espírito esportivo”, em quantas modalidades for possível angariar adeptos e audiências. Este é o retrato, sem maquiagem, sem ilusões... Tratemos, agora, do adiante...

Um olhar prospectivo: o perfil da nova geração

Diferentemente de outras épocas, o século XXI abre um novo portal na história da humanidade. Antes, porém, de nomear que novo portal é esse, é indispensável ir-se às origens. Do Egito antigo até fins da Idade Média, predominou a relação entre poder e riqueza. Na modernidade, outra parceria foi estabelecida: poder e capital. Em comum aos dois tempos, há o fato de riqueza e capital terem sido os protagonistas pela expansão do conhecimento, condição da qual sempre se serviram as estruturas de poder, conforme, há muito, Michel Foucault sinalizou, principalmente em três obras: *As palavras e as coisas*, *Em defesa da sociedade* e na coletânea de ensaios que resultou na edição brasileira, com o título *Microfísica do poder*.

O parágrafo anterior teve a finalidade de pontuar breve mapeamento, no tocante a como, ao longo do percurso histórico, o conhecimento foi alvo de subordinação a uma forma de poder cujo exercício se pautou pela junção de três aspectos: vontade + interesse + necessidade, ou seja: a *vontade* egóica, por vezes tirânica, do soberano; o *interesse*, ditado por razões estratégicas e, por fim, a *necessidade*, orientada por projeto de expansão e desenvolvimento. Nesse modelo, o *conhecimento* atuou como alavanca de consolidação afirmativa dos impérios e, adiante, das nações.

Diante do exposto, eis que se faz necessária a retomada da frase inaugural desta escrita. Afinal, que portal novo oferece o século XXI? O *conhecimento* é (e será) a “ferramenta” insubstituível para a geração de mais riqueza e de lucro. O princípio tanto é válido para a preservação da vida produtiva das empresas (em quaisquer ramos) quanto para a afirmação da vida ativa das pessoas.

No novo cenário da economia mundial, arrefece a competitividade. Quem, nele, quiser sobreviver terá de, progressivamente, investir na atualização do conhecimento. As empresas dependem, cada vez mais, de ofertas de produtos diferenciados que atendam expectativas de consumidores. Os profissionais, por sua vez, encontrarão crescentes graus de exigência; portanto, quem não se aprimorar intelectualmente encontrará menos possibilidades de atuarem nas áreas de suas escolhas. A fórmula é

cruel e impiedosa. As empresas que, permanentemente, não investirem em pesquisa amargarão pequena sobrevivência até a falência, bem como os profissionais acomodados e preguiçosos serão banidos do mercado de trabalho para o qual se destinaram.

O perfil da geração pós-golpes

A abordagem proposta no tópico anterior é o gancho para o foco real do presente tema: de um lado, o que está posto, como exigência, para a atual geração; de outro, como esta se vem comportando. Que perfil majoritário a juventude tem adotado? Jovens, ao redor dos 20 anos, já nasceram cercados e contemplados por telas com intensa oferta de informação, *games*, ferramentas comunicacionais e interativas de toda ordem. É uma geração herdeira da tecnologia, para bem e para mal. Paradoxalmente, em relação a um painel de tantas disponibilidades, o que se constata na experiência universitária (incluindo o quadro dominante no ensino médio), é uma tendência à passividade, revelando estado de alheamento, independentemente do grau de provocações ofertado. Na contrapartida, percebe-se uma espécie de culto exacerbado à alegria, descontração, próprio de quem vê o mundo como imensa usina geradora de euforia... Arriscando um trocadilho, “euforia” pode sugerir fonética e graficamente a expressão *eu-fora*, isto é, uma subjetividade esgarçada, estilhaçada que, julgando-se inserida, com o aval das redes sociais e outros suportes tecnológicos interativos, não se dá conta de estar na periferia dos reais e graves acontecimentos que, verdadeiramente, movem o mundo.

A geração século XXI parece, ainda, não haver percebido os sinais do futuro: são duas paisagens paralelas e, absolutamente, conflitivas. Uma oferece horizonte sombrio, repleto de espessas nuvens, a indicarem intensas e tensas “tempestades” de toda ordem; outra exhibe horizonte densamente iluminado e resplandecente a prometer dadas descobertas e imprevisíveis invenções. Ciência e tecnologia, alimentadas por contínua expansão do conhecimento, tornarão os avanços e as conquistas aferidos entre os séculos XVIII e XX algo ultrapassado e primário. Inteligência e imaginação haverão de transformar, radicalmente, o modo como, no presente, vivemos, a exemplo de práticas, hoje, banais e, ao mesmo tempo, inimigáveis nos anos 80 do século XX.

É exatamente por acreditar em altos saltos qualitativos a serem doados pelo futuro que se impõe, desde já, armazenamento de saber qualificado a fim de a atual juventude poder encontrar lugar seguro no devir. O dado preocupante decorre de um apego inconsequente que o jovem de hoje dedica ao presente

fluido, ignorando as lições legadas pelo passado e negando um olhar prospectivo para os acenos do futuro. O jovem desta geração está mergulhado no devaneio do que Debord classificou de “presente contínuo”. Neste ponto, cabe tentar um diagnóstico, de modo a compreender-se o que está ocorrendo na subjetividade do jovem.

Os impactos subjetivos da era digital

A nova geração já nasceu rodeada por um real virtualizado. Obviamente, essa nova condição haveria de trazer inevitáveis mutações. Boas? Sim... Más? Sim... Não há benefícios dos quais, também, não se aproprie o mal; portanto, não será um recorte com base na moral maniqueísta que tornará a reflexão criticamente rentável. Ao contrário, a era digital impõe o olhar da relativização com o qual se contemple o leque de benefícios, bem como se identifique o elenco de malefícios. Para tanto, reproduzo uma fórmula já proposta em publicação anterior:

$$+I + D = -R + D: +D - D - L$$

A fórmula é de fácil equacionamento: vive-se a época da mais intensa circulação da informação, em parceria com imensa rede de *difusão*. Esta é a parceria dos benefícios. A questão são efeitos dela: tem-se constatado acentuada baixa de retenção, associada a elevada *dispersão*. Este é o malefício do qual provém a resultante: tendência à depressão, em aliança com a diminuição do *desejo*, bem como do enfraquecimento da *liberdade*. O diagnóstico é preocupante, em razão do quanto a cadeia de malefício afeta a relação entre a subjetividade e as situações geradas pela realidade. O jovem da era digital, por conta da dispersão perde a paciência exigida pela reflexão, substituindo-a pela excitação ansiosa. Não se contempla mais a vida: transita-se nela, freneticamente... As experiências prazerosas, bem como as sofridas não ficam retidas na memória o tempo necessário para delas extraírem-se ensinamentos. Assim, o prazer é rebaixado à condição de “satisfação” e a dor é reduzida a sofrimento. Nessa mutação negativa, a vida vai perdendo densidade, intensidade, aventura, tornando-se um “seguir vivendo” sem maiores encantos, sem maiores embates. O questionamento, prática indispensável à expansão do pensar, é substituído pela brevidade sedutora da informação. Para exigências maiores requeridas pela escola e, adiante, na universidade, a grande maioria dos estudantes recorre ao Google e, sem o menor pudor, entram em sites, recortam e colam... Quando flagrados pela fraude, reagem espantados, alegando que tal prática é “pesquisa”...

A realidade como maquiagem

O cenário desenhado no tópico anterior indica, com clareza, quanto o jovem da era digital e amante de telas que se somam a fones de ouvido, em quaisquer situações, preza e cultiva uma vida *fake*. Sim, o regime da falsificação é o seu paradigma. Os *games* suprem dilemas, adiam problemas, preenchem, enfim, o vazio. Ele teme o silêncio e rejeita o recolhimento, razão pela qual ele precisa tanto falar, se possível o tempo inteiro, seja na rede, nos bares, ou mesmo, durante as aulas. Do mesmo modo que a maquiagem cria outro rosto, assim, também, a realidade deve ser vista no recorte desejado, ou seja, aquilo que torne tudo suave, leve e prazeroso... Realidade e fantasia se mesclam, diluindo o sentido do “sacrifício”, além de adiar, ao máximo, o ingresso na vida adulta.

O ser humano, desde os primórdios da civilização, é um apaixonado pela verdade. É por tanto desejo de tê-la que a cultura, na sua luta em dominar os mistérios da natureza, fez surgirem a religião, a filosofia e a ciência. Nos três campos, a verdade foi perseguida tenazmente e muitas revelações vieram à tona. Desde cedo, porém, também foi percebido que nem tudo de descoberto poderia ser revelado, pois, ao lado dos três campos, se somaram a política, a economia e, em território marginal, a arte, sempre temida e, por isso, vigiada.

Do conceito grego de verdade (*alethéia*) ao conceito romano de *veritas*, deu-se acentuada mutação semântica e prática. Enquanto os gregos entendiam a verdade como “estado de sinceridade”, aberta, portanto, ao autoengano, os romanos associaram a verdade ao “estado de convencimento”, com base na eficácia argumentativa, ou seja, houve radical redefinição. O que era, para os gregos, patrimônio da subjetividade, para os romanos, se tornou apropriação do poder. Assim, o Ocidente tem construído sua história.

Em tempos de controle

O conhecimento se expandiu de tal ordem, bem como menor não foi o crescimento demográfico, que a verdade, progressivamente, foi sendo desgarrada da superfície para ser alocada em áreas restritas. Vale recordar uma afirmação de Umberto Eco, extraída da obra *Interpretação e história*: “O conhecimento secreto é o conhecimento profundo (...). Assim, a verdade passa a identificar-se com o que não é dito ou com o que é dito de forma obscura e deve ser compreendido além ou sob a superfície de um texto”.

Sim, Umberto Eco está corretíssimo na sua sentença: a verdade migrou para a instância do “sigilo” que, curiosamente, é uma palavra derivada do mesmo radical de “signo”, além de formar “sigla”. O sigilo tem de ser descoberto e a sigla requer decifração. Consequentemente, a verdade é propriedade da “interpretação”. É nesse novo quadro, intensificado ao longo da modernidade, que chegamos à sociedade da informação e, nela, os meios de comunicação de massa. A estes, coube a missão da triagem e da filtragem, além, é claro, do controle da codificação e de mensagens cifradas.

O perfil, aqui traçado, não deixa dúvida quanto ao fato de que um jovem de 20 e poucos anos, sob o ângulo emocional, se comporta como adolescente. Mesmo correndo o risco de ser contestado por especialistas, ousou afirmar que o crescente consumo de drogas e ingestão de bebida alcoólica por adolescentes e jovens, nas últimas décadas, se origina no modelo cultural implantado. A realidade é vista, pelos jovens, como maquiagem, por haver, do outro lado, aqueles que criam a “maquiagem”.

A “Indústria Cultural”, conceito proposto por Adorno, ao refutar a expressão “cultura de massa”, evoluiu para imensa e sofisticada “usina de cosméticos”. A “maquiagem” construída é perfeita: ela se presta tanto para exibir eventos espetacularizados quanto o “teatro dos horrores”, sob a forma de atentados, catástrofes arquitetadas pela natureza, atos isolados de psicopatas etc... Como a codificação tem os ingredientes da maquiagem, tudo é filtrado de modo a ficar na superfície, na mera aparência que, dias após, se dissipa... A dissipação deriva da rápida oferta midiática de novos “acontecimentos impactantes”. É dessa “sintaxe da substituição” que decorre, no jovem receptor, o processo de “apagamento” do impacto anterior. Este é o fator responsável pela morte da memória, objeto do tópico seguinte.

A morte da memória: outras máquinas, novas mentes

Neste tópico, reside o ponto central no itinerário desta reflexão. Em nenhum estágio da civilização, registra-se impacto maior ou igual ao que foi promovido no curso da modernidade. Do século XV ao XX, vale dizer: da Era Gutenberg (1468) à Era Digital, houve mutações, em todos os aspectos da vida, patrocinados pela parceria entre a “velocidade” e a “aceleração”. Algo que o teórico Paul Virilio já caracterizou como “cultura dromológica”.

É mais que sabido quanto a prensa, invenção de Gutenberg, libertou a informação da clausura propiciada pelas muralhas que, durante a Idade Média,

serviram de proteção e resguardo. A consequência primeira da prensa foi a proliferação de bibliotecas que, em pouco tempo, surgiram na Europa.

É fascinante acompanhar as conquistas oriundas da inteligência, bem como a capacidade mutante que as invenções têm sobre a vida cotidiana. Gutenberg, com a prensa; Thomas Edson, com a lâmpada; Joseph Nicéphore Niépce, com a fotografia; Graham Bell, com o telefone; a invenção do gramofone, pelo alemão Emil Berliner; os irmãos Lumière, com o cinema; Marconi, com o rádio; John Baird, com a televisão... Trata-se de uma sequência das mais revolucionárias, sobretudo no que envolve a comunicação, sem ignorar as benéficas e maléficas resultantes na subjetividade dos receptores.

Quando, ingenuamente, pensávamos o domínio da plenitude, eis que uma nova Era se avizinhava: um longo tempo de reinado do sistema analógico seria, rapidamente, substituído pelo sistema digital, graças à criação do modelo RSS por Aaron Swartz, implodindo com o já familiar paradigma de televisão, toca-disco, videocassete, telefonia fixa... Daí, advieram CD, DVD etc. Ao sistema analógico de base linear, sucedeu o sistema digital não-linear. Com isso, o sentido de narrativa contínua foi rompido.

Claro, não se pode ignorar a “máquina de Turing”, nos anos 40 do século XX, prenunciando o que, adiante, viria sob a forma de PCs e internet, com oferta de sites em profusão, para todos os gostos, em âmbito mundial. A vida, virtualizada em rede, portanto, logo seria transformada em realidade vivencial a distância (RVD).

Para compreensão das mutações

Há muito, um tema me ocupa e preocupa-me: a sedimentação de um modelo cultural sob cujo manto “protetor” uma geração tanto tem encontrado abrigo quanto alimento. Dúvida, não a tenho, quanto a quem são os agentes promotores: de um lado, a mídia (impressa e eletrônica) como propagadora e vitrine desse paradigma cultural; de outro, as incessantes ofertas de “ferramentas comunicacionais”, oriundas das mais novas tecnologias da informação. Que aspectos, portanto, esse modelo contém?

Antes, porém, de propor uma diagnose atual, cabe uma questão preliminar, no tocante ao significado de ser jovem, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, passados os horrores das duas guerras mundiais. “Beat generation”, nos EUA, existencialistas se espalhando pela Europa, rock, maior liberação nos costumes... rebeliões estudantis... Enfim, uma gama infinda de

experiências inovadoras... Ser jovem é ter a clareza de tratar-se de uma fase curta da vida na qual o elenco de descobertas é maior que o leque de obrigações e compromissos. É esse quadro que, em tempos atuais, não se manifesta.

O mundo existe para ser descoberto; a vida existe para ser questionada e interpretada. Nos dois artigos anteriores, preoquepei-me em eleger, como alvo, as mutações propiciadas pelas novas tecnologias da informação, sobretudo na vida de uma geração que, ao nascer, já as encontrou disponíveis, além do impacto, por elas gerado, na geração anterior, tendo esta de assimilar o novo, sob pena de ficar à margem.

As manifestações que se fazem presentes nas mais importantes capitais do país requerem um olhar atento, seja quanto ao teor dos protestos; seja no tocante ao modo de como elas se articulam. Para os dois aspectos, algo os une: a parceria entre jovens e redes sociais. Sim, se muitos jovens perdem tempo precioso de suas vidas pela sedução irresistível ao consumo de telas das quais nada extraem de produtivo, não é menos verdade que outros tantos usam e percebem o potencial ofertado pelas “ferramentas comunicacionais”.

Quem se dispuser a compreender os recentes acontecimentos não pode fazê-lo com olhar ingênuo. Menos ainda, procurar suporte teórico na lógica binária, herdeira direta da razão dogmática. Os protestos são legítimos e justos. Milhares de jovens que, supostamente, estavam entregues à inércia contemplativa, na verdade, se encontravam em estado de vigília, até transformarem em atos públicos o que, durante anos, armazenaram em silêncio.

Alguns dirão: “Isso é estratégia de desestabilização política”. “É arregimentação sob articulação da extrema-direita”. Ok! Manifestação de protesto, em qualquer parte do mundo, tem infiltrações e manipulações. Michel Foucault, há muito tempo, observou que os poderes atuam em rede. Outro teórico, Pierre Bourdieu, igualmente, registrou que, em rede, também se articulam os contrapoderes. Não há, portanto, “lugar” para reducionismo. A classe política, a mídia, a segurança pública e os intelectuais dão sinais de não entenderem o que está acontecendo. Na falta de uma percepção mais apurada, partem para a simplificação.

Um jovem universitário, estudante de Letras, Francisco Felipe de Paula Neto, postou no Facebook: “Então o facebook se tornou a ‘Ágora’ contemporânea?”. Bela provocação ao pensamento. O estudante promoveu rico *link* histórico, ao agregar temporalidades tão díspares entre si e, ao mesmo tempo, tão próximas quanto ao fundamento.

Sim, as redes sociais virtuais, também, estão servindo para a reativação de um certo “assembleísmo”, a exemplo do que, por pouco tempo – é verdade –,

chegou a existir na democracia ateniense. O tema é interessante e, por isso, tem sido objeto de reflexão entre diversos teóricos, a exemplo de Manuel Castells (*Internet e sociedade em rede*), Franco Berardi (*O futuro da tecnosfera de rede*), Mark Poster (*Cidadania, mídia digital e globalização*), Michael Hardt (*Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa*), dentre outros...

Não haverá de ser por conta de atos de destruição (encomendados, ou não) que jovens antenados abdicarão de ideais. A questão é saber por quanto tempo, nos corações e mentes deles, permanecerá a chama pela transformação... Uma coisa é certa: “outras máquinas” estão atijando “novas mentes”...

Da alegria à euforia

Se, por um lado, permanece o grau de liberdade maior que o de obrigações; por outro, constata-se a abertura da liberdade cada vez mais impregnada pela “padronização” de um modelo midiático, reforçado por apelos tecnológicos. O efeito, na vida de milhares de jovens, é a construção de um olhar estreito, pouco indagativo. Daí deriva a necessidade de injetar, na vida, um *plus*, como forma de recusa à mesmice e à reprodução... O modelo atual não oferece alegria. Ele incita excitação e euforia. Sem perceber, o jovem, refém do padrão instituído, promove uma “troca impossível”, para usar um conceito de Jean Baudrillard, em um de seus livros com igual título. Aliás, é dessa obra que extraio uma frase: “O real não tem mais força de signo e o signo não tem mais força de sentido” (2002: 11). É nessa vivência de esvaziamento utópico (a falta de signo) e vacuidade subjetiva (ausência de sentido) que o jovem sai em busca de “tela quente”, de efeitos especiais, de extravagâncias exacerbadas, para além do limite da sensatez...

É na febre desenfreada por emoções, diferentes da repetição, que ocorrem tragédias (individuais e/ou coletivas). Sim, não se troca, impunemente, a alegria pela euforia. A primeira é produtiva e fixa-se na memória; a segunda é corrosiva e esvai-se... A alegria, se vivida em plenitude, se torna perene; já o estado de euforia é movido por uma fome voraz e feroz até a indigestão...

O que, então, aqui, ponho em questão é o modo como têm atuado os meios de comunicação, quanto ao que exibem e “vendem” como “divino” e “maravilhoso”... Os agentes da difusão faturam duplamente: seja quando expõem seus produtos; seja quando centenas de jovens encontram a desgraça criada pela efusividade midiática. Ainda, sob o respaldo do pensamento

de Jean Baudrillard, arrisco afirmar que na cultura da “troca possível”, a realidade tinha o contraponto da fantasia, gerando uma tensão vigorosa. No mundo da “troca impossível”, há a convergência do real com o virtual: o real como simulacro e o virtual como simulação; portanto, não há troca possível entre o vazio e o vazio...

Sim, uma “euforia tsunâmica”, há muito, encontrou terreno fértil, entre nós... Ela, ainda, haverá de produzir consequências catastróficas: o esporte, até 2016, tem uma agenda pródiga. Nela, há os que, fartamente, faturarão; outros amargarão perdas irreparáveis... Bem, como encerramento, “saudemos” o “novo” presidente do egrégio Congresso Nacional... Com todos os antecedentes, creio estarmos bem “representados”... É mais uma bela lição de “ética” ensinada aos jovens desse país... À beira do desfecho, recorro a outra afirmação de J. Baudrillard: “A maioria esta condenada a uma vida de comoção patética” (2002: 137). A “euforia tsunâmica”, também, passa por Brasília... Não, é? ...

Hoje, com tantas ofertas fomentadas pela tecnologia, é um novo mundo. Ao longo da modernidade, reinou a parceria entre o humano e a técnica, o que muito fez expandir tanto a criação, no campo da arte quanto a invenção, no campo da ciência. No tempo da hipermodernidade, porém, (Era Digital), a primazia é da ciência e tecnologia e, nesse novo paradigma, a criação cedeu o posto à invenção. A troca supõe uma indagação de ordem semântica: qual a diferença entre “criação” e “invenção”? Na primeira, está o radical formador do verbo “criar” do qual se origina “criatura”; na segunda, está o radical que forma “ventar” e o derivado “inventar”; portanto, criação está para a arte, assim como a invenção está para a ciência. A arte é produto da “criatura”; a ciência é resultado de um inventor que vai “para dentro do vento”. Este é o significado etimológico de “inventar”: vento é transformação e natureza. O vento traz o que não havia e leva o que existia. Assim, enquanto a arte se ocupa da existência, a exemplo da filosofia (ambas no âmbito da cultura), a ciência lida com o desvendamento dos fenômenos presentes na natureza da qual, também, faz parte a vida em geral, porém, como integrante da natureza, razão por que há a expressão “natureza humana”.

A sofisticação e o rebaixamento

A digressão em torno dos significados etimológicos teve o propósito de trazer à tona a questão-chave: a fantástica evolução da ciência e da tecnologia, na contramão da acentuada regressão (ou involução) da arte. O vigor da criação não tem sabido acompanhar o ritmo acelerado do rigor da invenção. Na era

da robótica, da cibernética e da nanotecnologia, surgem, progressivamente, “máquinas inteligentes”. O mesmo, porém, não se constata na arte. Há décadas, tem-se a impressão de que a arte chegou ao limite do esgotamento. O que a nova geração faz em literatura, cinema, teatro, música, artes plásticas é, no mínimo, sofrível para não classificar de deplorável. A sofisticação e o aperfeiçoamento, presentes na ciência e na tecnologia, correspondem, na arte, ao rebaixamento e à estagnação. O mundo objetivo e prático parece haver emudecido o mundo subjetivo e dilemático. Perdeu-se o sentido de existência, em favor da afirmação do que Guy Debord, em 1987, chamou de “presente contínuo”.

A nova geração, municiada de todas as “ferramentas comunicacionais” oferecidas pela era digital, lhes devota quase tempo integral. Num primeiro estágio, com o advento da “vida em rede”, foi estilhaçada a fronteira entre o “público” e o “privado”. Num segundo momento, evidenciam-se os efeitos provocados pelo anterior: operou-se uma inversão. Basta que observemos o comportamento da nova geração: no espaço que seria da ordem do “privado”, tudo se torna “público”; no espaço, antes público, agora, se torna privado.

Para a ideia ficar clara, ofereço os exemplos seguintes: 1. as pessoas se expõem e exibem-se nas redes sociais, sem o menor pudor ou constrangimento, como se estivessem compartilhando uma cena íntima, ou seja, tornando público o que seria privado; 2. essas mesmas pessoas, quando se encontram em espaços públicos (pátio de universidade, restaurante, praça etc.), isolam-se plugadas com fios nos ouvidos, como se estivessem sozinhas ou recolhidas na própria casa, ou seja, ignoram o ato público. O mesmo ocorre quando, em ambientes coletivos, pessoas, aos celulares, falam alto, choram, gritam, sem atentarem a outros que as rodeiam.

Às situações descritas, é perfeita a classificação de “esquizofrênicos sociais”, proposta por Ciro Marcondes Filho, no belo livro *A produção social da loucura* (2003). É da referida obra que extraio as citações seguintes nas quais, ainda na apresentação do livro, o autor sentencia, de modo preciso e, criticamente, conciso:

À loucura, ao ritmo frenético da produção, corresponde um novo homem, absolutamente dissociado, racional, isolado do ambiente social, frio, com uma tenacidade cega e preocupante e que busca permanentemente recompor o contato com o social, mas por meios ilusórios ou literalmente delirantes (máquinas, vídeos, jogos eletrônicos, consumo, linguagem dissociada, etc.).

Páginas adiante, o teórico acentua um processo sistematicamente orquestrado pelo novo mundo das “máquinas”, atingindo e transformando a mente de jovens, sobretudo quanto ao modo de pensar, sentir e agir: “O sistema de produção da loucura, reforçando esses estados patológicos latentes nas pessoas, torna-as aptas para entrar na máquina e operá-la, participando do teatro do mundo. O preço do ingresso é a saúde mental”.

Trata-se de um novo perfil humano e social. Para esse, compromisso e comprometimento são atitudes fugazes, tragadas pela tentação do efêmero. Nada tem continuidade. É uma vida de golfadas, fluxos, irrealidades. Por isso, o autor usa a expressão “teatro do mundo”. É uma vida de “encenações” nas quais o espaço público não passa de um “palco” e o coletivo se torna “plateia”. Por fim, *Ciro Marcondes Filho* arremata:

(...), pode-se supor que hoje, tendo a sociedade global assumido a função de educar em lugar dos pais, passa então ela a gerar esquizofrênicos sociais. O *locus* de incubação da patologia explode as paredes do lar e instala-se na sociedade maior, produzindo nosso novo homem da era pós-industrial.

O problema adquire contornos dramáticos, pois a escola e as novas mídias montaram um complô contra o processo de amadurecimento, gerando jovens com mentes infantilizadas e rejeitando o olhar crítico. O que, em outra época, era considerado padrão de anormalidade, no atual contexto se afirma como paradigma de normalidade. Assim, jovens, entre 20 e 30 anos, se portam e vestem-se como adolescentes. É a proliferação da síndrome de Peter Pan...

Conclusão

Enfim, o quadro foi desenhado. O palco está exposto para a peça que, há meio século, foi escrita e, logo, encenada. O resultado é o que se apresenta aos nossos olhares, ou seja, nada além de uma maquiagem do mundo, revestida pelo manto da morte da memória. Não há o que lamentar. A questão é outra. Vamos continuar no balanço de uma “alegria falsificada”? De uma “leveza cega”? Ou “rasgamos” a fantasia para encararmos a real face do “monstro-sorriso-Brasil”? Cada qual entre no “restaurante” e peça o “prato preferido”, mas, antes, pense bem no “estômago” que tem... A “digestão” poderá ser uma catástrofe intestinal e mental...

Referências bibliográficas

- ABREU, Hugo. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- ALONSO, Aristides. *A nova mente da máquina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2012.
- BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- DIEGUEZ, Gilda Korff. *Deus e o diabo na terra da carnavalesação*. In: VÁRIOS. *Comum (14)*. Rio de Janeiro, OHAEC / FACHA, 2000, p. 141-159.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. António Ramos Rosa: Lisboa: Portugalia [s.d.] (Col. Problemas, 23).
- _____. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado: São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GÓES, Walder de. e CAMARGO, Aspásia. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- HUGHES, Robert. *Cultura da reclamação: o desgaste americano*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LUCCHESI, Ivo. Política e cultura nos trópicos: a questão da brasilidade entre a erosfobia e a tanatocracia. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha (4)*. Rio de Janeiro: OHAEC, 1996, p. 18-37.
- _____. Retorno à brasilidade: confissões e fissuras. *Revista Comum Facha (24)*. Rio de Janeiro: OHAEC, 2005, p. 97-139.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A produção social da loucura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- REHDER, Paulo. *Sucessão em tempo de dívidas*. Rio de Janeiro: SIM Comunicação: Europa, 1990.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

Artigo

LUCCHESI, Ivo. *Outras mentes e novas máquinas*. Série de quatro artigos publicados no Observatório da Imprensa (on line- www.observatoriodaimprensa.com.br/), entre 26/03 e 05/11/2013.

Resumo

O presente artigo expõe um olhar crítico sobre a história de um país, ao longo de meio século.

Palavras-chave

Política – Educação - Cultura.

Abstract

The actual essay proposes a critical insight about Brazilian history, during the last half century.

Keywords

Politics – Education - Culture.

Em nome da memória: o discurso midiático da ditadura militar

Maria Luiza Martins de Mendonça

Papel da memória

Passados alguns anos da redemocratização do país, uma tendência “quase natural” seria relegar ao esquecimento episódios ocorridos no período da ditadura militar que se instalou no Brasil nos anos 1960 e prosseguiu até a década de 1980. A relação com a mídia – imprensa, televisão, rádio, cinema – foi uma relação de força, assim como com vários setores organizados da sociedade. Censura, perseguições, apreensões de edições impressas, cortes, prisões e morte de pessoas ligadas às atividades de comunicação não podem ser esquecidas. A preocupação em calar revela a necessidade política de impedir a consolidação de um conhecimento (atual) e de uma memória (posterior). Daí a importância de reavivar a memória para que diferentes olhares possam convergir no sentido de melhor compreender um período que, sob várias facetas, ainda permanece um tanto obscuro, e também para que novas gerações possam obter de diferentes fontes informações necessárias para conhecer mais detalhes de um passado recente.

Assim é que este texto resulta de uma releitura e de reflexões feitas a partir de minha pesquisa realizada sobre a relação ente propaganda e tentativa de legitimação do poder. Para isso foram analisadas as peças publicitárias produzidas pelos órgãos de comunicação diretamente ligados à Presidência da República

com o objetivo de compreender como se articulavam com outras medidas de caráter comunicativo (inclusive a censura) para auxiliar os governos militares a obter, junto à população, a legitimidade que o golpe de estado lhes negara.

Muito já se escreveu sobre a falta, os cortes, as proibições. Esse trabalho trata daquilo que foi divulgado, da propaganda dos governos, da criação de dispositivos midiáticos e de estratégias de construção de sentidos planejadas para que a população se abrisse ao discurso oficial e considerasse plausíveis os argumentos destinados a criar um ambiente favorável à legitimação do poder. Ou seja, de promover uma cultura de assimilação das justificativas do golpe militar.

Foi possível, a partir de uma leitura dos dados trabalhados, identificar pontos relevantes para o estudo e que hoje trazem um sentido mais claro, como o da identificação da construção de todo um aparato institucional para a comunicação direta com os diferentes públicos. Isso revela que já existia naquelas estratégias usadas a percepção da mídia como um dos elementos mais importantes na construção cultural, a importância da circulação de informações, tanto as de caráter jornalístico, relacionadas aos fatos e sua interpretação, quanto as que se inseriam no âmbito do entretenimento e a diversão (para não mencionar a educação). Ou seja, já estava claro para os governantes que é na circulação da produção cultural que se constituem subjetividades, que se formam cidadãos e que se processam as escolhas.

Dessa forma não se pode descartar, no processo de compreensão da comunicação oficial seu caráter ideológico, o discurso interessado em produzir efeitos persuasivos. Thompson (1995: 76) retoma os clássicos estudos da ideologia (Marx e Weber, em especial) e os sintetiza na afirmação que a construção ideológica é aquela em que “interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político”. Sob determinadas circunstâncias sócio-históricas, atuam de forma a manter a posição hegemônica ao ocultar as relações de dominação e tentar minar as possíveis subversões ou resistências. Trata-se, nesse caso, de manutenção de uma ordem que representa os interesses de uma classe dirigente e que, em momento algum, pode ser identificada com interesses gerais da nação. Ainda segundo Thompson, uma das formas de operação da ideologia é legitimação, ou seja, mostrar como justas ou merecedoras de apoio às regras dadas.

Assim, é necessário realizar um trabalho de identificação das condições sociais de produção dos discursos e, nesse caso, as condições sociais são,

resumidamente, a expansão de um capitalismo nacional (privado e estatal) associado a grandes conglomerados internacionais, capaz de promover uma modernização conservadora sob o comando militar e capaz de esmagar qualquer tipo de oposição.

Os discursos da ordem: infra-estrutura e produção de sentidos

As peças produzidas e divulgadas por encomenda dos governos e concebidas aqui como canais de expressão do Estado – são falas diretas entre governo e indivíduos destinadas a convencer todos e cada um da propriedade de suas ações. Aliada ao silenciamento imposto a diversos produtores culturais, a comunicação estatal vislumbrava a possibilidade de fazer circular um discurso único, legítimo e capaz de obter a adesão da sociedade – ou de parte significativa desta.

Esse discurso único tem como matriz a doutrina de Segurança e Desenvolvimento, elaborada no interior da Escola Superior de Guerra desde a década de 1950, que articula dialeticamente o desenvolvimento econômico à necessidade de existência de uma “ordem interna”. Nesta perspectiva, a segurança é percebida como segurança interna que identifica os focos de insatisfação populares como elementos que tornam a sociedade permeável a doutrinas consideradas “exóticas” (comunismo, socialismo). Em contraponto, o desenvolvimento torna-se questão de segurança, uma vez que a maximização da produção econômica (não é mencionada a distribuição de tal produção) diminuiria os focos de insatisfação.

Seguindo este raciocínio a segurança é pré-condição para o desenvolvimento e este requer planejamento e racionalidade para a maximização da produção.

Infraestrutura

Assim é que, também no campo da comunicação, o Estado se organiza em duas frentes de ação complementares: numa direção, pode-se verificar o crescimento intenso de investimentos estruturais, materiais além da participação do Estado nas atividades produtivas, por meio da criação de empresas estatais. No setor de telecomunicações o Estado forneceu as condições infra-estruturais por meio da realização de pesados investimentos no setor de telecomunicações, no aumento da rede de energia elétrica e do estímulo à produção industrial de receptores e componentes eletrônicos em larga escala.

Em conferência na Escola Superior de Guerra, em julho de 1976, o então Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira afirmou (Oliveira: 1976):

(...) a política industrial que está sendo seguida pelo Ministério das Comunicações se fundamenta na linha mestra de que é indispensável para qualquer país que queira tomar, de fato, decisões próprias, em matéria de telecomunicações, a existência para todos os tipos de equipamentos utilizados, de indústrias cujos centros de decisões, tanto administrativos como técnicos, estejam realmente dentro de suas fronteiras (...) como primeira etapa, para a nacionalização de equipamentos, deve-se considerar a concessão de incentivos para a implantação de fábricas, no País, com capital externo e tecnologia importada. Essa é uma etapa que já vivemos em alguns tipos de equipamentos e que deve objetivar o atendimento parcial da demanda em relação ao mercado do produto específico, existente no País

Por outro caminho, no âmbito da produção e regulação das atividades de comunicação podem ser citadas as ações mais relevantes, como a implementação do Plano Nacional de Telecomunicações, cujas diretrizes já haviam sido formuladas em 1962 e que foi implementado em 1967 com a criação da Embratel, filiada ao Consórcio Internacional de Comunicação por Satélites (Intelsat), conglomerado internacional para a exploração da demanda de tráfego internacional de telecomunicações. O Ministério da Comunicação foi criado em 1967 com objetivos de, entre outros, promover a implantação dos meios de comunicação com objetivo de garantir a integração e a segurança nacional. Vinculados ao Ministério das Comunicações seriam criadas a Telebrás – sociedade de economia mista encarregada da implementação dos serviços públicos de telecomunicações e a Radiobrás, com a função de operar as emissoras tanto do Governo Federal quanto de ceder suas redes de repetição e retransmissão a todas as concessionárias da radiodifusão, por meio de contratos de locação de serviços. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, regulamentado em 1967 trata da liberdade de expressão e cria o Conselho Nacional de Telecomunicações – órgão de assessoramento do Ministro das Comunicações, com as atribuições de apreciar as concessões de outorgas a emissoras, emitir pareceres em processos punitivos. Era composto por quatro membros: três indicados pelos três ministros militares, um indicado pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas e sob a presidência de um membro indicado pela Presidência da República.

Os órgãos produtores de conteúdos

A criação da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) (decreto 62119 de 15/01/68) surge como uma necessidade de abrir um canal de comunicação direto com a população e, de alguma maneira, responder às manifestações populares de oposição ao regime. Funcionou precariamente nos primeiros dois anos, no que se refere ao estabelecimento de uma comunicação mais eficiente entre governo e povo. Sua atuação mais efetiva só veio a se consumar após a indicação do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

Em 1970 é criado, na Presidência da República, o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, do qual a AERP tornou-se órgão central. Seus principais objetivos são “informar a opinião pública, motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e contribuir para o prestígio internacional do Brasil. Princípios de verdade, legitimidade, integração de esforços, eficiência e impessoalidade regerão a comunicação social do governo” (Documento de criação da AERP). A esta assessoria estavam submetidas todas as assessorias dos ministérios e instituições vinculadas. O planejamento de 1970 para as campanhas propunha como meta a consecução dos seguintes objetivos (AERP: 1970):

- Fortalecimento do caráter nacional, estimulando principalmente o civismo, a coesão familiar, a fraternidade e o amor ao trabalho;
- Revigorar a consciência nacional de que o desenvolvimento exige a participação de todos;
- Obtenção da confiança popular na equipe do governo, salientando suas características de honestidade, austeridade, compreensão dos anseios do povo e espírito renovador;
- Corrigir ou atenuar distorções que sofre a imagem do Brasil no exterior;
- Aperfeiçoar as estruturas de comunicação na esfera governamental;
- Melhorar as relações do governo com a imprensa. (Isso em plena vigência da censura prévia).

A atuação e forma de organização dessas assessorias demonstram as variações na composição do bloco do poder e a prevalência de determinados interesses sobre outros. Em janeiro de 1975 o presidente Ernesto Geisel modifica a composição dos gabinetes civil e militar e cria a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), a quem caberia “coordenar e orientar a divulgação de atos e atividades do governo, especialmente os da Presidência da República: reunir dados e levantamentos estatísticos para o estabelecimento da política de comunicação social e colaborar com os órgãos públicos, associações, imprensa, agências noticiosas e público em geral na divulgação de assuntos do interesse do País, relativos à vida administrativa, política, financeira, social e cultural, artística e cívica da Nação”, dentre outras funções. No ano seguinte as funções de imprensa e relações públicas foram separadas: criou-se a Assessoria de Imprensa (AI) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP). A esta última caberia a proposição e execução da Política de Comunicação Social do governo, além de retomar a posição de órgão central do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo. O desmembramento é atribuído à necessidade de reativar a produção de campanhas publicitárias em um momento de crise econômica.

A evolução desse Sistema de Comunicação Social culminou com a criação da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – lei 6.650 de 23/5/79) com nível de ministério. A Empresa Brasileira de Notícias (antiga Agência Nacional) e a Radiobrás foram vinculadas à Secom. Caberia à EBN, além da fonte de notícias, a distribuição de publicidade legal dos órgãos da administração direta, das empresas estatais e demais órgãos da administração indireta. Possuía grande poder de controle de conteúdo dos meios de comunicação. Tornou-se possível, enfim, associar a propaganda ao silenciamento.

A ARP tornou-se Secretaria de Projetos Especiais, com função de:

Contribuir para o maior conhecimento da realidade brasileira, dentro e fora do País; Promover o Brasil, sua cultura e suas belezas naturais no próprio País e no exterior; Coordenar as atividades destinadas a aumentar a participação do público na vida cívica da Nação e melhorar sua identificação com a vida cultural, a histórias e os feitos brasileiros, valorizar o patriotismo e o respeito ao culto dos símbolos nacionais...

Com a criação desse aparato institucional tornava-se viável a organização de uma central de comunicação como parte de um conjunto de políticas de comunicação destinado a ordenar os discursos e evitar dissonâncias.

A propaganda, as peças publicitárias

Dada a impossibilidade de uma análise exaustiva das peças publicitárias veiculadas no período, nos limitaremos a identificar a evolução da produção e os temas das principais campanhas, essas intensamente veiculadas e algumas ainda presentes na memória da população que vivenciou aquele período.

Tabela 1
Produção das assessorias

Ano de Produção	Rádio	Televisão	Cinema	Diversos
1970	56	45	45	5 publicações
1971	34	42	42	2 publicações, 3 cartazes, 2 adesivos
1972	25	33	33	12 filmes, 2 fascículos, 2 adesivos, 10 cartazes
1973	20	53	53	8 publicações, 3 cartazes, 4 adesivos
1974	s/d	18	18	2 cartazes
1975	s/d	23	23	1 adesivo; 1 cartaz, 1 fascículo
1976	79	72	62	1 filme, 7 fascículos, 1 cartaz, 1 adesivo, 1 disco
1977	92	87	52	2 reportagens, 3 fascículos, 1 cartaz
1978	81	55	35	5 fascículos, 1 adesivo, 1 cartaz, 1 disco

Fonte: Secom, 1980.

Não estavam disponíveis os dados referentes à produção de *spots* para rádio em 1974 e 1975. Sabemos, no entanto, que em 1974 foram veiculados 10 *spots* destacando as realizações dos governos anteriores, de 1964 a 1974. Foram veiculados junto com as respectivas peças para TV e cinema e tratavam dos seguintes temas: Petróleo, Energia, Sistema tributário, Comunicações, Comércio exterior, Habitação, Educação, Agricultura, Transporte, Construção naval.

Em relação aos formatos inseridos na coluna Diversos, podemos citar alguns exemplos, entre muitos outros:

1970 – Publicações: “Síntese biográfica do presidente Emílio G. Médici”; “Revolução/Evolução”.

1972 – Adesivos: “Povo desenvolvido é povo limpo”.

Publicações: O povo não está só (discursos).

1973 - Publicações de vários discursos (O Sinal do amanhã. Os vínculos da fraternidade, A compreensão do povo, entre outros); Adesivos: Sujismundo; O Brasil merece o nosso amor.

1974 – Cartazes: “Março: dez anos construindo o Brasil” e “Desenvolvimento e Segurança: bem-estar da Pátria – 74”.

1976 – Disco com quatro músicas: Lado A Hino Nacional Brasileiro e a música “Este é um país que vai pra frente”; Lado B Hino Nacional; Hino à Bandeira.

1978 – Dos 55 filmes produzidos, 3 foram vetados: “Vacina contra meningite”; “Medicamentos IV” e “Higiene pessoal II”.

Para efeitos de compreensão, as peças publicitárias foram agrupadas em alguns temas, compreendidos como proposições que contenham um significado único que, por sua vez, podem ser compostos por feixes de significações cuja combinação os definem. Os temas não podem ser identificados com assuntos, pois em sua forma de abordagem assuntos diversos podem abrigar um mesmo tema, como por exemplo, o tema relacionado à doutrina de Segurança e Desenvolvimento, presente em peças que tratavam das realizações dos governos, das Forças Armadas, da participação popular, do civismo. Exemplo: as Forças Armadas são as responsáveis pela manutenção da segurança que garante o desenvolvimento, como se pode perceber no *spot* rádio veiculado em 1972:

Antes de 64: a corrupção, a demagogia, a desordem; a luta de classes parando o crescimento do País; a desesperança e o desalento; o medo a angústia a inquietação, o caos. Oito anos depois: o trabalho, a confiança, a ordem; a administração

pública voltada para o bem comum. A participação do povo e a certeza do destino aonde chegar.

Outros temas tratavam de respostas oficiais a problemas concretos da população ou a dificuldades econômicas específicas, como inflação, combustível, saúde. Combustível chama a atenção por causa da “crise do petróleo” ocorrida em meados da década de 1970 e que causou forte impacto na economia, pelo aumento dos preços dos derivados do petróleo. As peças publicitárias sobre este tema pediam economia, racionalização, distribuição igualitária do sacrifício e compreensão da população. Pode-se perceber, então, a existência de uma espécie de diferenciação de estratégias de produção de sentidos, sempre complementares. Para corroborar essa suposição, a partir de 1976 os filmes passaram a ser classificados como institucionais ou educativos. Institucionais relacionam-se com a propaganda dos governos, suas realizações, o bem-estar que a “Revolução” trouxe para a população. Educativos trazem os valores necessários para a manutenção da ordem social. Desse ponto de vista o trabalho é visto como valor e deve ser executado em paz; participação é sinônimo de patriotismo e/ou engajamento nas comemorações cívicas ou solidariedade com os governantes. Em filme de 1976 há o seguinte texto *off*: “O amor ao Brasil é a união de todos nós na comunhão da paz e do trabalho. O Brasil merece o nosso amor”. A relação entre paz e trabalho e amor à pátria coloca as reivindicações trabalhistas no campo oposto, da desunião, desamor, antipatriotismo.

Outro tema que chama a atenção é democracia, retratada de forma conceitual e presente ao lado de vários outros temas, como a possibilidade de convivência pacífica no território nacional, tolerância religiosa e étnica, na democratização do ensino superior (ampliação de vagas e crédito educativo).

A título de resumo, estão os *slogans* das peças anuais, ou seja, daquelas que fazem parte das comemorações cívicas, seja o 31 de março ou o sete de setembro e que permaneceram em circulação por longos períodos. Elas foram confeccionadas no formato audiovisual e também em cartazes e adesivos. Muitos dos *jingles* e das músicas encomendadas tornaram-se bastante conhecidas e reproduzidas por parte do público. A seguir, as principais “palavras de ordem” ou argumento central das principais peças produzidas ao longo desses oito anos pesquisados:

- 1970 - Ninguém segura este País.
- 1971 - Ontem, hoje, sempre: Brasil (semana da pátria).
É tempo de construir (31 de março)
- 1972 - Você constrói o Brasil (31 de março)
- 1973 - O Brasil merece o nosso amor (semana da pátria)
País que se transforma e se constrói (31 de março)
- 1974 - Desenvolvimento e segurança: Bem-estar da coletividade (semana da pátria)
Março: dez anos construindo o Brasil 1964/1974 (31 de março)
- 1975 - A Pátria é a união de todos nós (semana da pátria)
- 1976 - Este é um País que vai pra frente (ao longo do ano)
- 1977 - O Brasil é feito por nós (semana da pátria)
- 1978 - O Brasil que os brasileiros estão fazendo (31 de março)
Acima de tudo brasileiro (semana da pátria)

Para melhor compreensão do papel da comunicação institucional, uma síntese da evolução do Sistema de Comunicação Social dos governos militares poderá servir como indicativo da percepção da relevância das estratégias de produção de sentidos e tentativa de manutenção de hegemonia:

- 1968 - O general Arthur da Costa e Silva cria a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (decreto nº 62.119 de 15 de janeiro de 1968. Primeiro assessor: cel. Hernani D´Aguiar);
- 1970 - O general Emílio G. Médici cria o Sistema de Comunicação Social do poder Executivo, e coloca a AERP como órgão central do sistema. (Decreto nº 67.611 de 19 de novembro de 1970. Assessor: cel. Octávio Costa);
- 1975 - O general Ernesto Geisel reúne as funções de imprensa e relações públicas em uma só assessoria – a Assessoria de Imprensa e relações Públicas (AIRP). (Decreto nº 75.200 de 9 de janeiro de 1975, sob a chefia de Humberto Barreto);
- 1976 - O general Geisel desmembra as funções de imprensa e relações públicas. A Assessoria de Relações Públicas continua chefiada por Humberto Barreto e a Assessoria de Relações Públicas pelo coronel José Maria Toledo Camargo. Ambas estão vinculadas ao gabinete civil (decreto nº 77.000 de 9 de janeiro de 1976);
- 1977 - Humberto Barreto demite-se e o coronel Toledo Camargo acumula as duas funções;
- 1978 - Demissão do coronel Toledo Camargo e posse do coronel Rubem Ludwig.

1979 - Criação da Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com *status* de ministério), pelo general João Batista Figueiredo. (Lei nº 6.650 de 23 de maio de 1979). Said Fahrat é o primeiro ministro chefe.

Algumas considerações

É perceptível, pela análise das políticas, das regulamentações, dos dispositivos e das estratégias de comunicação que os governos militares fizeram um enorme esforço de inclusão simbólica da população nos projetos governamentais e, sobretudo, no sentido de obter a adesão das camadas populares àquela concepção particular de governo.

A população foi intensamente estimulada a participar da vida cívica, das comemorações nacionais, a engajar-se de forma pacífica e responsável nos esforços de desenvolvimento, a contribuir com sua cota de sacrifício para o crescimento do país. Trabalho, família, responsabilidade, ordem foram articulados de forma a tentar construir um sentido comum do que era politicamente conveniente a todos. Os atos e as razões dos governos foram postos como de todos, numa igualdade simbólica que desconhecia a desigualdade e as diferenças materiais.

Não se tratou aqui de uma pesquisa de recepção, mas pode-se supor que quando os mecanismos de que dispunha a sociedade civil são desfeitos ou desqualificados, tornam-se frágeis e insuficientes para assegurar a circulação de discursos anti-hegemônicos possibilitando que as falas oficiais sejam mais facilmente aceitas. Evidentemente havia toda uma produção e circulação de discursos “marginais” que não conseguiam se inserir em circuitos mais alargados da sociedade. Assim, pode-se supor que as falas oficiais foram, em certa medida, incorporadas. Aqueles que vivenciaram o período certamente se lembrarão das músicas que se tornaram sucesso e que foram produzidas sob encomenda das agências governamentais. A música *Este é um país que vai pra frente* é um bom exemplo disso.

Assim, o esforço de comunicação direta dos governos com o povo foi um esforço planejado, organizado, concebido intencionalmente para atender interesses específicos, adotando uma linguagem ideológica capaz de apagar suas origens e permitir uma percepção “natural” ou “inocente”, numa transformação da história em “natureza”.

A ideologia da segurança nacional, traduzida em produções simbólicas, operou de maneira a tentar assegurar a hegemonia do seu ideário por meio

de estratégias de comunicação que se valiam da legitimação, dissimulação, unificação dos discursos e das vontades populares. Para isso a argumentação usada, para lembrar Max Weber, apelou tanto para a fundamentação racional quanto tradicional e carismática.

O que mais importa, nesse momento, é retomar as discussões sobre aquele período da história não só no sentido de obter uma percepção mais clara e mais distanciada dos fatos, mas de reavivar a memória para que estejamos atentos a toda e qualquer forma de poder e da existência de dispositivos sutis e eficazes de manutenção das relações de cooptação e de subordinação. Isso significa que as formas de poder tendem a fazer uso dos discursos, do direito à palavra capaz de definir o legítimo e adequado contrariamente ao impróprio e indesejado. Portanto, os diferentes dispositivos midiáticos produtores de conteúdos e de sentidos podem (e devem) ser percebidos como veículos e falas que não estão alheias ou distantes das lutas simbólicas pela hegemonia que passa também pela sedimentação dos significados ou da instauração daquilo que é próprio ou impróprio, adequado ou não, possível ou impossível.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CHAUI, M. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- COMBLIN, J. *A ideologia da Segurança Nacional; o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: UNRSP/Boitempo, 1997.
- FIDELIS, G. *Lei de Segurança Nacional e censura (comentários): Doutrina, legislação, censura, justiça*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.
- STEPAN, A. *Os militares na política: changing patterns in Brazil*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Documentos

AERP – Brasília: Presidência da República. Primeiras Diretrizes traçadas pelo presidente Emílio Garrastazu Médici a seus Ministros de Estado, em reunião ministerial. (6/01/1970)

AERP – Planejamento para 1970.

Escola Superior de Guerra - Manual básico, 1977/1978.

Garrastazu Médici, E. Discurso no congresso Nacional, outubro 1969.

Quandt de Oliveira, E. Política de Comunicação. Brasília: Ministério das Comunicações, 1977.

Resumo

Neste texto faz-se uma releitura e uma reflexão temporal mais distanciada do uso da propaganda pelos governos militares brasileiros durante o período compreendido entre 1970 e 1978. Baseado em pesquisa realizada pela autora, o texto procura, por meio de uma análise dos dispositivos e estratégias discursivas criados pelos governos militares, compreender o papel da propaganda governamental nos processos de legitimação do poder. Para compreendê-las, vale-se de aportes teórico-metodológicos da análise do discurso e dos conceitos de cultura e hegemonia aliados aos processos de comunicação.

Palavras-chave

Propaganda – Legitimação - Governos militares.

Abstract

In the name of the memory: the media discourse in the military dictatorship

In this text the author makes reflexions about the uses that the brazilian military government made of the media system during the period between 1970 and 1978. The text is based on a research conducted by the author and tries to understand the role of the government propaganda in the process of constructing power legitimacy. To this aim, the publicity and communication strategies are analysed based on theories such as discourse analysis, concepts of culture, hegemony and communication processes.

Keywords

Propaganda - Legitimacy - Military Dictatorship.

Olha a Cabeleira do Zezé, será que ele é, será que ele é?¹

Jorge Tadeu Borges Leal

Olha a cabeleira do Zezé!
Será que ele é?
Será que ele é?
Olha a cabeleira do Zezé!
Será que ele é?
Será que ele é?
Será que ele é bossa nova?
Será que ele é Maomé?
Parece que é transviado,
Mas isso eu não sei se ele é.
Corta o cabelo dele!
Corta o cabelo dele!
Corta o cabelo dele!
Corta o cabelo dele!²

Através da letra da marchinha *Cabeleira do Zezé*, lançada no carnaval de 1964, temos acesso a uma boa caracterização do que foi a década de 1960, com relação à homossexualidade. Ela deixa transparecer o contexto cultural, as questões que efetivamente estavam em pauta, como se pensava e se reagia diante da diferença, da alteridade. A dinâmica do poder heteronormativo,

sutilmente imiscuída e estabelecida em fatos do cotidiano, nas coisas mais corriqueiras do dia a dia, no convívio das vizinhanças, na linguagem, na cultura, na educação, estava presente na construção dos versos da marchinha carnavalesca.

Resgatando o momento da composição, estamos quase no meio da década de 1960, em plena eclosão das bandas de *rock and roll* e, em especial, as britânicas *The Beatles* e *The Rolling Stones*, da efervescência contracultural que trazia, como um dos elementos transgressores de sua caracterização, os cabelos grandes, “cabelos de mulher”, na visão da época, fato amplamente explorado pela mídia em geral. Cabelos grandes, associados ao comportamento de descontração e alegria, destoavam do padrão estabelecido e esperado para um homem, ainda que jovem, naquela época, no Brasil.

Acontecia um grande debate público com relação à novidade, simultaneamente à proliferação de clones da nova imagem cultivada pelos jovens, que copiavam o modelo dos rapazes de Liverpool. Em qualquer festa ou aglomeração da juventude da época, estavam presentes os “cabeludos”, fenômeno que ficou conhecido como a *beatlemania* e que até hoje embala os sonhos e fantasias retrôs dos fãs-clubes da banda. A marchinha opera na posição antagônica e crítica à nova moda estabelecida, aproveita a oportunidade do “momento carnaval” e cai definitivamente no domínio público.

“Olha a cabeleira do Zezé! Será que ele é? Será que ele é?”

Zezé seria alguém conhecido, com padrões de comportamento convencionais que, de uma hora para outra, aparece com uma cabeleira. Ao deixar os cabelos crescerem, fica diferente dos padrões convencionais. Na época de cortes seguindo o estilo militar “reco” (alusão aos recrutas), mais popular, ou “príncipe Danilo” (alusão à nobreza), mais elegante. Quem usava cabelos grandes era a mulher. Não estava previsto esse tipo de cabeleira para homens na cartilha da normalidade consensual. Diante do inusitado e do exótico, da confusão de gêneros instituída pela cabeleira que Zezé passou a usar, surgiu a necessidade de defini-lo: “afinal, o que é Zezé’?

O espanto flui para uma interrogação afirmativa feita repetidamente – “Será que ele é? Será que ele é?” – em que a qualificação não é explicitada, mas induz à intuição, ao conhecimento de o que Zezé seria, no eixo da interlocução. Cabe lembrar que, na época, na tensão dual entre a hetero x homossexualidade, no contexto de um diálogo, quando se queria referir à

homossexualidade de um homem, dizia-se com maior frequência do que hoje, que “fulano é”, não utilizando a qualificação explícita. Ao evitar dizer a palavra, produzia-se a amplificação de sua conotação ruim, dos aspectos negativos a ela associados, além de proteger o falante ao fazer sem certeza uma acusação difamante extremamente grave. Tal mecanismo é tradicionalmente utilizado na referência à malignidade das doenças, em especial ao câncer. A diferença que Zezé representava precisava ser classificada, indexada, não poderia permanecer incompreendida. O que é a diferença referenciada como ‘Zezé com cabeleira’?

“Será que ele é bossa nova?”

A partir de agora, entrará em ação a racionalidade vigente e o esforço classificatório para que Zezé esteja em conformidade com o que se conhece e possa tornar-se, pelo menos, indexável. A primeira suposição: seria Zezé um “bossa nova”?

O Brasil vivia uma época de grandes transformações, com a inauguração de Brasília e a criação do parque industrial e automobilístico nacional. Conquistara o bicampeonato mundial de futebol, além de eclodirem diversos acontecimentos culturais. No plano musical, a bossa-nova, movimento que ficou ligado ao crescimento urbano brasileiro e à fase desenvolvimentista associada à presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960), apelidado como “presidente bossa-nova”.

Ser um “bossa nova” representava estar em conformidade com os novos valores urbanos, com o surto de modernidade que tomava conta do país, viver em sintonia com o que acontecia nas metrópoles internacionais. Alguém que se contrapunha aos valores tradicionais da cultura nacional, de base agrária, rural, que migrava para as metrópoles em geral e em especial para o eixo Rio-São Paulo.

“Será que ele é Maomé?”

A alusão ao bizarro é caracterizada através da referência ao líder religioso e político árabe, ideal de perfeição dos muçulmanos. Aqui se evidencia o preconceito com relação ao que não se assemelha aos padrões que ordenam o imaginário comum, ao que foge ao padrão ocidental cristão, branco, a algo que representa a forte presença da alteridade, da diferença que, nesse caso,

é tão cultural e existencialmente marcante como incompreensível para a lógica ocidental cristã e que serve como referência ao exotismo. Na produção hollywoodiana da época, orientais e asiáticos costumavam ser apresentados de forma exótica, com hábitos e condutas bizarras, caricatas, caracterizados nos roteiros como bandidos, contraventores, agentes do mal. Ainda assim, se Zezé se transformara em profeta, a cabeleira estaria justificada, seria indexável.

“Parece que é transviado, mas isso eu não sei se ele é”

A marchinha, passo a passo, como se percorresse uma escala conceitual, vai se aproximando da conotação desejada, aqui contida e dissimulada na palavra “transviado”. Teria Zezé se desviado da retidão de um caminho em conformidade com as normas? A palavra “transviado” era usada frequentemente na expressão “juventude transviada”, título brasileiro do famoso filme *Rebel Without a Cause* (Rebelde sem causa), protagonizado por James Dean, produzido em 1955, e que circulou pelas telas do mundo inteiro na virada dos anos 1950/60.

Geralmente a palavra “transviado” era utilizada para jovens, na sua grande maioria, ricos e menores, que se desviavam para o caminho do crime ou do distanciamento dos costumes. Por extensão, passou também a ser utilizada para designar o comportamento de velhos que destoavam do padrão comportamental esperado para a idade. A palavra, na composição, é o ponto alto do inventário de suposições classificatórias para os motivos da cabeleira do Zezé.

O núcleo da palavra “transviado” – “viado” – conotava, de forma sutil, a suspeita de que Zezé teria se transformado em homossexual. É comum o coro dos foliões improvisando com relação à primeira pergunta – “Será que ele é” – complementar de forma bem sonorizada, quase sempre com o grito jocoso: “viado”.

“Corta o cabelo dele! Corta o cabelo dele!”³

O estranhamento com a cabeleira do Zezé, que levou ao desdobramento de tentativas para a classificação de sua conduta, vai se resolver na identificação do que seria condizente no confronto com o que é estranho, inidentificável, diferente do que a norma consensualmente estabelecida para o comportamento médio sugere. Em sintonia com o pensamento religioso e também com os médicos e higienistas, em conformidade com um discurso estruturado desde

o final do século XIX, a solução sugerida já traz embutida uma ação repressiva.

Nesse contexto, ocorre a resolução do conflito de convívio com a estranheza da aparência de Zezé, com a sua conotação homossexual, e o resgate, através da ação punitiva e regulatória, aos padrões de normalidade estabelecidos, de forma imperativa, violenta e irreduzível: “Corta o cabelo dele! Corta o cabelo dele!”.

A trajetória que vai da identificação do esquisito, do estranho, do inusitado, até a resolução do conflito, revela toda uma operação sutil de terrorismo cultural.

Uso esse termo forte, “terrorismo cultural”, para ressaltar que se trata de algo coletivamente imposto e experienciado; sobretudo, algo que vai além de atos isolados de violência. Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma “segura”, ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações. O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória (Miskolci, 2012: 33).

A análise da marchinha carnavalesca facilita o entendimento de como o poder não é uma força exercida verticalmente, de cima para baixo. Para se compreender o poder e pensar em esboçar qualquer movimento de resistência, tal como foi demonstrado por Foucault, é preciso considerar que ele perpassa todos os espaços relacionais no interior das sociedades (Foucault, 1977).

Entendido, *gay* e homossexual

No Brasil dos anos 1960, as iniciativas mais próximas de associativismo estavam relacionadas à questão da sociabilidade homossexual. Não tinham ainda qualquer caráter político, no sentido do estabelecimento de uma politização da identidade homossexual ou obtenção de visibilidade, o que já ocorria fortemente no plano externo, notadamente nos Estados Unidos e na Europa. O que se pretendia era reconhecimento e convívio, a criação de um espaço de trocas sociais.

Entre as primeiras formas de associação de homossexuais, destaca-se o jornal O Snob (1963-1969), primeira publicação abertamente homossexual divulgada no Brasil (Péret, 2011: 19), além da tentativa de organizar uma Associação Brasileira de Imprensa Gay - ABIG, em 1969 (Simões e Facchini, 2009: 71).

O jornal O Snob ostentava como slogan “um jornal para gente entendida”, apontando para a definição de uma nova categoria de identidade, em que os termos “entendido” e “gay”⁴, de uma forma geral, substituem a palavra “homossexual”⁵, de origem científica mas carregando conotação preconceituosa e negativa. As noções de “entendido” e de “gay” são o marco do autorreconhecimento de uma identidade que já se distancia das diferenças marcadas pela dualidade bofe-ativo-masculino e bicha-passiva-feminina. A diferenciação ativo/passivo, que correspondia à transposição dos padrões heteronormativos para a realidade homossexual, começava a ser relativizada.

O próprio nome da publicação – O Snob – indicava uma postura *blasée* com relação à sociedade heterossexual que o jornal provocava. Ao assumir expressões, códigos e modos de fala característicos de grupos e subculturas homossexuais, estabelecia uma diferenciação com relação aos meios de comunicação tradicionais. Esse traço acabou se constituindo como característica principal da imprensa homossexual dos anos 1960, um padrão de linguagem seguido por diversas publicações menores no país inteiro.

O Snob pode ser considerado como um jornal de gênero, o primeiro do país. Criou estilo. Nos seus últimos anos (1968 e 1969) abriu-se para assuntos políticos, para o que acontecia no âmbito dos movimentos feminista e homossexual nos Estados Unidos e na Europa, assim como para as novas teorias de gênero que vinham sendo elaboradas. Tratou de temas tradicionais como fofoca, moda, cultura e coluna social. Motivou o surgimento de mais de 30 publicações entre 1964 e 1969 (Péret, 2011: 25-27).

Cenário nacional x cenário internacional

O momento dos anos 1960, para a homossexualidade brasileira, pode ser caracterizado, ainda, como de movimentação. Com a exceção de alguns grupos de intelectuais, de jovens e de universitários dos grandes centros urbanos, ainda se lidava com a adversidade evidenciada na marchinha *Cabeleira do Zezé*, sucesso no carnaval de fevereiro de 1964, imediatamente anterior ao golpe militar que, em primeiro de abril, vai instituir uma ditadura que perdurou por, pelo menos, 21 anos no Brasil.

Ao contrário do que se passava no ambiente interno, no plano externo acontecem diversos fatos relacionados a novos padrões de comportamento e uma atitude contestatória diante do contexto político e ideológico da época, que resultaram em acontecimentos que acabaram mexendo fortemente com as instituições e até mesmo determinando a modificação do curso da história nas décadas seguintes.

Cabe levar em consideração os fatos que dizem respeito direto às modificações que podem ter inspirado um novo pensamento ativista brasileiro com relação à homossexualidade e a determinar o início da formação de uma nova visão de mundo, para efeito de entendimento do contexto em que a questão homossexual ultrapassa o estágio de “movimentação” e chega a assumir a identidade de “movimento” no Brasil.

O final dos anos 1960 é marcado pelo auge do movimento da contracultura, com o aparecimento da cultura *hippie* e a realização, em 1969, no estado de Nova York, do evento Woodstock, que reuniu mais de 500 mil pessoas e contou com a participação de diversos artistas ligados ao *rock 'n roll*, *folk* e *blues*. O festival ocupou espaço na imprensa em geral, na televisão, virou filme, esteve intensamente e até hoje ainda está presente no ambiente midiático e contou com as performances de artistas já falecidos, como Jimmy Hendrix, Janis Joplin e tantos outros ainda vivos, cuja referência se disseminou em CDs, DVDs, videocliques e foi turbinada pela internet por blogs, redes sociais, Youtube, etc.

A contracultura e o movimento *hippie* foram um desdobramento da *Beat Generation* (Geração Beat) que, ainda em meados da década de 1950, composta pelos *beatniks*, intelectuais jovens, geralmente artistas e escritores, questionavam o anticomunismo, o macarthismo, a falta de um pensamento crítico e o consumismo, enfim, o ideário do pós-guerra norte-americano.

Logo depois vem o movimento *hippie*, que incitava à adoção de uma vida em esquema de coletivismo comunitário ou até mesmo nômade, negava o nacionalismo, o patriotismo e a guerra do Vietnã. Praticava e incentivava o culto de religiões orientais como o hinduísmo ou budismo, negava os valores de ascensão social e trabalho formais. Negava os padrões usuais de higiene e da estética mais convencional, ou seja, questionava os valores tradicionais da classe média norte-americana.

O ambiente de movimentos das minorias, no final dos anos 1960, gera também o movimento *Black Power* (Poder Negro), através do qual os negros assumem o orgulho de serem negros, de terem características, tais como cabelos e pele negra e valorizam as suas instituições e os seus políticos para a promoção dos seus interesses coletivos.

No mesmo diapasão eclode o *Women's Liberation* (Liberação das mulheres), expressão que começou a ser usada, nos Estados Unidos da América, em 1964 (Sarachild, 1978), e originou o movimento *Women's Liberation Front* (Frente de Liberação das Mulheres), que passou a ser a legenda do movimento feminista como um todo (Hinckle e Hinckle, 1968). O feminismo politizou o processo de formação das subjetividades, questionando os atributos de gênero e a maneira pela qual somos educados, nos eixos homem/mulher, mães/pais, filhos/filhas, contestando a condição social das mulheres, até então vistas como esteio da realidade doméstica.

O recém-falecido antropólogo inglês Stuart Hall situa o feminismo como o quinto e último dos cinco descentramentos do ser humano da pós-modernidade, ou modernidade tardia (Hall, 2004). O primeiro seria a redescoberta e reinterpretação do pensamento marxista, realizada em meados do século XX, destacando a visão do estruturalista marxista Louis Althusser. O segundo, a descoberta do inconsciente por Freud e a relativização da fixidez e estabilidade da identidade e da noção de sujeito, através do trabalho de Freud e da sua continuidade através do pensamento psicanalítico de Jacques Lacan. O terceiro, o trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, que evidencia a ligação do homem com a língua, suas regras e seus sistemas de significado no interior de uma cultura. Com Saussure a língua passa a ser entendida como um sistema social e não um sistema individual. Preexiste a nós, que, ao falarmos, ativamos todo um leque de significados pertinentes à nossa própria língua e aos nossos sistemas culturais. O quarto descentramento diz respeito ao trabalho de Michel Foucault, filósofo e historiador francês, que por intermédio de uma série de estudos produziu uma espécie de genealogia do sujeito moderno, destacando um novo tipo de poder que ele chama de poder disciplinar, preocupado com a vigilância, regulação da espécie humana, do indivíduo e do seu próprio corpo, manejado pelas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX, que exercem o policiamento e a disciplina através dos quartéis, escolas, oficinas, prisões, hospitais, clínicas, etc. com o objetivo de produzir “um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (Dreyfus e Rabinow, 1982: 135).

O feminismo, quinto e último descentramento, questionou noções que eram tidas como verdades universais, tal como a dos papéis do homem e da mulher, a família, a sexualidade, o trabalho, inclusive e principalmente o trabalho doméstico. O feminismo deu ênfase a políticas e questões pessoais, colocou na vitrine a subjetividade e a identidade do indivíduo, adotou o

lema “o pessoal é político”, tão distante da visão marxista predominante nos movimentos políticos tradicionais, colocou questões que não eram ou eram pouco discutidas, como a maternidade e a sexualidade feminina, evidenciando o caráter social da formação das identidades sexuais.

Uma das questões mais importantes, surgida a partir do feminismo, foi a flexibilização da categoria gênero. Há uma problematização da construção e da renovação simbólico-cultural da feminilidade e da masculinidade, que vem a ser o início do descolamento da noção de gênero, não mais confundida com a de sexo.

Assim, a noção de “gênero” implica em quatro elementos que aparecem interrelacionados: os símbolos culturais, os conceitos normativos, uma noção de política e a identidade subjetiva. Estes elementos estão referidos por níveis reais e simbólicos que remetem à tradição codificada, às práticas cotidianas e às propostas de inovação cultural elaboradas pelos grupos sociais. Há uma pluralidade temporal e o desafio é não desvincular o tempo das práticas do tempo das mentalidades (Silva, 1993: 39-40).

Outra referência diz respeito ao movimento estudantil e grevista talvez mais importante do século XX, que ficou conhecido como “Maio de 68”, que ocorreu em Paris. Começou com uma série de paralisações em escolas secundárias e faculdades, em confronto direto com a administração e a polícia.

O governo do general Charles De Gaulle tentou sufocar o movimento por meio de ações policiais. Quanto mais o fez, mais o movimento se fortaleceu e se generalizou. Estendeu-se às fábricas e chegou a obter a adesão de cerca de 10 milhões de trabalhadores, o correspondente a dois terços dos trabalhadores franceses. O governo estava a ponto de entrar em colapso, mas a Confederação Nacional do Trabalho e o Partido Comunista Francês, com orientação stalinista, enfraqueceram o movimento e, com a mesma forma com que ganhou força e intensidade, ele se esvaziou e se desfêz.

O “Maio de 68”, de Paris, foi um movimento que repercutiu e se desdobrou em manifestações pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil, com o movimento estudantil das greves e passeatas, da resistência e do enfrentamento às forças policiais de repressão que na ditadura brasileira chegavam ao ápice exatamente em 1968-69.

Finalmente, um episódio que acabou se transformando em acontecimento legendário para o movimento homossexual, conhecido como “o levante de

Stonewall”, ocorrido em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, em Greenwich Village, bairro de Nova York. No local, frequentado por *gays*, lésbicas e travestis, cerca de 400 pessoas reuniram-se para beber, depois do velório da cantora Judy Garland, ao qual boa parte desse grupo compareceu.

O bar, sempre alvo de batidas policiais para intimidação e extorsão dos frequentadores, nesse dia assistiu a uma cena inédita. Quando os policiais, como de costume, fizeram uma intervenção, um grupo de travestis reagiu com socos e pontapés. Houve adesão generalizada à reação, dezenas de pessoas se juntaram ao grupo que resistia à prisão, a polícia foi atacada com pedras, moedas⁶ e garrafas. Dos prédios os moradores também jogaram objetos na polícia e o confronto acabou perdurando por quatro dias. Nova York teve diversas ruas pichadas com mensagens se referindo ao evento, o *Gay Power* (Poder Gay, em alusão ao *Black Power*) e obteve a cobertura de praticamente toda a imprensa norte-americana e internacional.

O levante de Stonewall, embora realizado em grande parte por latinos, pobres e travestis que reagiram à ferocidade da polícia, acabou se constituindo em um marco na causa *gay*, tendo sido considerado como o início efetivo do movimento de defesa dos homossexuais nos Estados Unidos e no mundo. Em função desse fato, convencionou-se que o dia 28 de junho passaria a ser celebrado como o Dia do Orgulho Gay, Lésbico e Transexual.

Ainda como pano de fundo para tudo o que se desenrolava no cenário dos anos 1960, se arrastava a guerra do Vietnã, em que uma geração de jovens norte-americanos e asiáticos era jogada ao sacrifício em função da racionalidade geo-político-econômica que estabelecia a valorização do poder bélico, ocidental, heteronormativo, suportada pela ideologia militarista que os Estados Unidos da América praticavam e disseminavam na mídia em geral.

A guerra do Vietnã acontecia *in loco* e virtualmente, através dos jornais, revistas, *outdoors*, da programação de rádio, cinema e, em especial, das TVs. Havia a produção intensiva de notícias que, em sua grande maioria, reforçavam e legitimavam os valores e os padrões dessa cultura no sentido de produzir um consenso quanto à supremacia norte-americana.

Promovia-se a necessidade da intervenção bélica para “proteger” o mundo da ameaça comunista, um ideário que já vinha se estendendo desde o macarthismo do pós-segunda grande guerra, na década de 1950, passa pelo episódio da revolução cubana, pela crise dos mísseis e deságua na guerra do Vietnã. Nesse ambiente se deu o manejo do controle ideológico, jurídico-político e econômico dos países sul-americanos através do financiamento às ditaduras

que se estabeleceram nessa época, em especial, no caso, a ditadura brasileira que começou em abril de 1964.

A transformação da movimentação em movimento homossexual brasileiro, revisitada a partir das tensões internas e externas, das conjunturas que serviram como cenário, ajuda a compreender a sua trajetória, possibilidades e as enormes e infundáveis dificuldades e limitações.

Para entender o movimento homossexual brasileiro, é necessário começar desfazendo a imposição de uma similitude forçada com a realidade desse movimento nos Estados Unidos. Havia uma diferença abissal entre o que acontecia no movimento *gay* norte-americano e no brasileiro. No levante de Stonewall e em tudo que o cercou, houve o enfrentamento, iniciado pelos travestis, e o questionamento das práticas estabelecidas através dos poderes que reprimiam a homossexualidade.

Um grupo de travestis enfrentara a polícia, estabelecendo uma quebra de padrões. Num país em que se vivia sob o regime constitucional, os homossexuais se posicionavam contra a ordem estabelecida, afirmavam a sua diferença, “questionavam os valores familiares, as variáveis de gênero e o próprio sistema homofóbico em que viviam” (Ribeiro, 2010: 54).

Tudo isso acontecia de forma simultânea ao movimento feminista, que também abalava a condição heteronormativa e heterossexista da sociedade, exigindo uma renegociação de papéis, tanto no plano profissional como nos planos afetivo, social e sexual. O feminismo mexeu fortemente com as bases do próprio conceito tradicional de família, o alicerce do sistema de valores norte-americano. Nas relações heterossexuais, o sexo passou a se desvincular da reprodução e as possibilidades em termos de relacionamento afetivo e sexual se ampliaram, relativizando os padrões convencionais de conjugalidade.

No caso dos homossexuais norte-americanos, o confronto com o sistema conservador e compulsoriamente heteronormativo ocorria tendo ao fundo o fenômeno do gueto. Os homossexuais se estabeleceram em locais onde podiam assumir, com relativa tranquilidade, a sua identidade e o seu sistema de valores, organizando as suas vidas. Tratava-se de um território apartado da suposta normalidade, mas defendido pela Constituição. Assim, surgiram bairros *gays* em diversas localidades, cidades e até regiões, como São Francisco, na Califórnia, para onde houve grande migração de um considerável contingente de homossexuais que viviam nos Estados Unidos e no mundo.

Ao contrário da realidade norte-americana, os primeiros anos que vão do início até a metade dos anos 1970, no Brasil, correspondem ao período conhe-

cido como os “Anos de chumbo” de uma ditadura militar que ficou no poder por, pelo menos, 21 anos. Foi a época mais violenta da repressão, quando se intensificaram torturas, assassinatos, perseguições, um conjunto de ações de repressão e intimidação que se alastrou por todas as cidades brasileiras.

A resistência esboçada no final dos anos 1960, principalmente através do movimento estudantil, das greves e passeatas, acabara se intensificando e resultando na luta armada que determinou a realização de sequestros, assaltos a bancos e ações para gerar recursos aos grupos de ativismo. As ações tinham como objetivo proporcionar visibilidade à resistência, fragilizar o regime ditatorial diante da opinião pública e da imprensa internacional e obter a libertação de prisioneiros políticos.

A ideia que se tinha de movimento, nesse momento brasileiro, assumia necessariamente um viés fortemente político, identificado com essa resistência e com a orientação marxista dos movimentos. Para os movimentos socialistas, a luta política estabelecia um inimigo bem nítido: uma ditadura militar financiada pelos interesses hegemônicos e expansionistas do sistema capitalista norte-americano, mantida no poder para sufocar e exterminar qualquer manifestação contrária.

No cenário em que os movimentos de contestação à ditadura militar e de oposição aos interesses norte-americanos assumiam uma postura de “luta maior” ou “luta principal”, para os movimentos de minorias existirem e se estruturarem como movimento, era inevitável assumir o discurso dessa cultura da resistência. O movimento homossexual e os movimentos também compreendidos como privados, ou não públicos, como o feminismo ou o movimento negro, eram tidos, pelos movimentos políticos “maiores” como diversionismo ou coisa menor, um desvio de atenção à “luta maior” que seria a fragilização da ditadura, a tomada do poder e o estabelecimento de um regime socialista.

No Brasil, os homossexuais que empreenderam as primeiras iniciativas de formar grupos mais estruturados e organizar a ideia e a prática de um movimento, fizeram-no diante da situação de uma cultura patriarcal extremamente homofóbica, heteronormativa e heterossexista. Na vigência de um sistema de poder ditatorial que reforçava os piores traços, tanto do autoritarismo patriarcal como da homofobia. Um grupo de militares que se esforçavam em transplantar para o poder e tentar impor culturalmente o conjunto de valores que conferia sustentação ao ideário militar e à lógica da caserna.

Porém, paradoxalmente, se existia um traço em comum entre a ditadura militar e a sua resistência, era exatamente a compulsão heteronormativa e

heterossexista. Esse traço foi constatado através de diversos fatos que levaram a sucessivos conflitos ao longo da trajetória que viria a definir o surgimento, a interação, a aglutinação, as cisões e a extinção dos mais diversos perfis de grupos na formação do movimento homossexual brasileiro.

Os debates da época estimulavam o questionamento das posições políticas focadas na centralidade da luta de classes, reivindicando legitimidade a lutas mais específicas. Por conta disso, a emergente política de identidade posta em prática pelos movimentos de feministas, negros e homossexuais gerava uma tensão junto a certos militantes da esquerda (vários dos quais estavam aliados às tendências progressistas da igreja católica). Para estes, tais esforços minoritários pulverizavam o privilégio que deveria caber à “luta maior” em prol das mudanças sociais e econômicas mais amplas, em direção ao socialismo (Simões e Facchini, 2009: 95-96).

Um bom exemplo dessa correlação de forças é o jornal homossexual *Lampião da Esquina*, que durou três anos. Existiu de abril de 1978 a junho de 1981 e publicou 36 edições. Apresentava reportagens, entrevistas, ensaios, críticas e notícias sobre cultura, seção de cartas e colunas de opinião e humor. O jornal criou uma verdadeira ruptura, ao utilizar termos não permitidos na mídia tradicional e até rejeitados na mídia alternativa da época, tais como “bicha”, “lésbica”, “boneca”, “viado”, “bofe” e “guei” (aportuguesando a palavra).

Desde o número zero, a publicação tinha como proposta abordar assuntos ligados a grupos minoritários, tais como feminismo, questão racial, transexualidade, etc. O editorial “Saindo do gueto”, desse mesmo número zero de *Lampião da Esquina*, já desenhava o perfil da publicação:

Mas um jornal homossexual para quê? É preciso dizer não ao gueto⁷ e em consequência sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexualismo⁸, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que encara sua preferência como uma espécie de maldição.

De forma diferente da grande maioria das publicações da década de 1960, distribuídas gratuita e clandestinamente, o jornal era vendido nas bancas, em diversas cidades brasileiras, num esquema que chegou a cobrir o país de norte a sul. Embora tenha produzido uma tiragem alta para um jornal alternativo,

chegando a atingir entre 10 e 20 mil exemplares, *Lampião* não conseguiu uma distribuidora nacional, porque estas se recusavam a trabalhar com um jornal homossexual, e teve que operacionalizar uma distribuidora diferente em cada região (Péret, 2011: 51).

Lampião da Esquina foi alvo de várias tentativas de sanções por parte dos militares, boicote dos donos de banca e atentados de grupos paramilitares, que explodiam bombas caseiras em locais que vendiam publicações alternativas ou consideradas pornográficas (Péret, 2011: 53).

O jornal era bastante polêmico e as reportagens abordavam temas como a violência (contra homossexuais e mulheres), racismo, masturbação, prostituição masculina, maconha, sadomasoquismo, igreja e homossexualidade e o travestismo. Sempre trabalhava com chamadas ousadas como: “Orgasmo vaginal”; “O estupro como ato de poder”; “A matança das bichas na Alemanha nazista”; “A questão negra”; “A doença homossexual”. “O jornal ainda trazia matérias especiais na forma de entrevista com celebridades da vida cultural e social brasileira, como Clodovil, Antonio Calmon, Darlene Glória, Ney Matogrosso, Leci Brandão e Fernando Gabeira” (Péret, 2011: 50).

Lampião, que tinha um enfoque político, mas sempre com ironia e humor, não poupava a própria esquerda brasileira. Isto pode ser verificado em um de seus anúncios, que dizia: “Não fique aí parado esperando a revolução. Tenha um orgasmo agora!!! Leia e assine *Lampião*”. Também no título de um artigo, “Finalmente a UNE já pensa em prazer”. O mesmo se deu com a famosa capa que apresentava Fidel Castro travestido de Carmem Miranda e a matéria “Cuba: os órfãos de Sierra Maestra”. E ainda em uma das reportagens que mais incomodaram a esquerda brasileira, em julho de 1979: “Alô, alô, classe operária: e o paraíso, nada? Lula fala de greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!”.

O jornal criticava o machismo e a homofobia da esquerda e do movimento sindical brasileiros, reforçando a sua imagem de autonomia, de um jornal com uma abordagem homossexual descomprometida com relação aos interesses dos grupos de militância política, estabelecendo certo distanciamento crítico.

Durante cinco dias, uma equipe do *Lampião* esteve em São Bernardo, conversando com operários, com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e com o próprio Lula. No texto “ABC do Lula”, ele dizia que feminismo era “coisa de gente que não tem o que fazer” e que homossexualismo na classe operária era algo que ele “não conhecia” (Péret, 2011: 51).



Lampião, fevereiro/1981.



Lampião, julho/1979.

Na mesma semana, uma legião de trabalhadores homossexuais filiados ao Partido dos Trabalhadores, se dirigiu à sede do partido para protestar contra a entrevista.

O cantor Ney Matogrosso, ao fazer recentemente um balanço de sua carreira e da sua vida, em entrevista concedida ao jornal Rolling Stone⁹, relembra e caracteriza pontualmente essas dificuldades.

Dentro do contexto de Brasil, a minha presença foi muito importante. E era uma coisa política, embora eu não fosse panfletário, nem de esquerda, nem de direita. Quer dizer, minha tendência foi sempre de uma esquerda mais liberal, porque eu tive a ilusão, no Secos & Molhados, de achar que a esquerda entenderia meu papel e me apoiaria. (...) rejeitou tanto quanto a direita. Eu me vi sozinho no mundo e falei: foda-se o mundo, vou tocar meu barco sem o apoio de ninguém.

Conclusão

A homossexualidade brasileira, ao contrário das realidades norte-americana ou europeia, nunca foi proibida por lei, não se territorializava em guetos, não obedecia a critérios de classificação modernos e nem tinha uma noção clara de qual era o seu real inimigo.

O antropólogo Peter Fry, nascido na Inglaterra e naturalizado brasileiro, evidencia a disputa entre o sistema de classificação que ele chama de anglo-saxão ou moderno, segregacionista, e o sistema de pensamento social predominante no Brasil, assimilacionista, que evita a adoção de classificações com fronteiras bem definidas. Ao contrário da divisão heterossexuais/homossexuais (mediada pela figura híbrida dos bissexuais), no Brasil popular teríamos um país povoado de “quase-brancos”, “quase-pretos”, “bichas”, “bofes”, “fanchas”, “*ladies*”, “veados”, “monas”, “homens e mulheres de verdade” (Fry, 1982).

Outra reflexão de Fry, no prefácio ao livro de Edward MacRae *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*, diz respeito à “ausência de um inimigo tangível para o movimento homossexual” (MacRae, 1990: 13), à semelhança do movimento negro. Quem seria o inimigo do movimento homossexual ou negro? Qual seria o opressor? Contra que poder repressivo estariam lutando? Seria a cultura brasileira, a educação, os hábitos e costumes, a tradição, a história?

As pesquisas de MacRae também mostravam como, na ausência de um inimigo externo claramente identificável, os integrantes dos grupos acabavam elegendo como inimigos os próprios pares, em grande parte até os mais próximos. Com isso, o “inimigo” inexistente insistia em se materializar, de forma sistemática, na valoração de outros grupos como tal, no “outro” que era “o mesmo”.

Mais do que os tradicionais agentes da heterossexualidade compulsória, os próprios homossexuais passaram a incorporar o espírito de antagonismo que conferia a unidade sempre parcial ao grupo que surgia, em oposição ao outro que se extinguiu. Era alimentada a cizânia como traço cultural de um movimento em que os grupos viviam se desentendendo e brigando entre si.

Com isso, fundiam-se, extinguíam-se ou reproduziam-se em outros grupos. Uma dinâmica que foi, em grande parte, decorrência da situação confusa nos planos pessoal, social e político, dos homossexuais e das homossexualidades. E também da grande diversidade dentro do próprio terreno da homossexualidade.

Ao copiar o modelo dos movimentos de resistência política, porém sem um inimigo claro e identificável, o movimento homossexual brasileiro produziu o fenômeno de uma “realidade transplantada”. Voluntária e involuntariamente, reproduzia as formas de luta características dos movimentos de orientação marxista, estes sim, com um inimigo claramente identificado: o capital e as classes dominantes, na forma de um poder opressor, repressor e ditatorial.

A consequência desse contexto determinou a história da formação de um movimento marcado por uma plêiade de grupos que passavam pela fase de criação, cisões, rupturas e extinção. Sempre, como pano de fundo, a indefinição histórica de um sujeito com base no qual pudesse ser traçada, de forma nítida, uma política de identidade, tal como acontecia na realidade norte-americana ou europeia, em que a homossexualidade era claramente coibida.

A dinâmica da formação, cisões, dissoluções, fusões e extinções dos grupos correspondia também à criação de jornais e revistas dirigidos a esse público, e à formação de associações, representações, instituições, ONGs etc. E sempre, como ainda hoje acontece, a mídia homossexual ou era perseguida ou sofria as mais diversas formas de boicote, seja na distribuição ou através da ausência da inserção publicitária convencional.

Ainda hoje, se observarmos o que acontece na publicidade veiculada na mídia, constatamos a inexistência quase total de homossexuais. Afinal, eles não consomem refrigerantes ou bebidas alcoólicas, não utilizam serviços bancários, não possuem operadoras de celulares, pouco ou nunca vão ao cinema ou ao teatro, não frequentam restaurantes, não comem *fast food*, não pedem nada por *delivery*, não têm carros, motos ou bicicletas, não compram imóveis, só usam roupas de marcas *gays*, não gostam de chocolates, não estudam. Enfim, não usam os produtos que todas as pessoas normalmente usam. Não são normais, são invisíveis.

Com relação à homossexualidade no Brasil, mesmo levando em conta todos os avanços duramente conquistados, nos deparamos, ainda hoje, com uma realidade absurda. Segundo a pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia¹⁰, um homossexual foi assassinado a cada 28 horas no Brasil, em 2013, e o país segue como campeão mundial em homicídios de homossexuais: de cada cinco *gays* ou transgêneros assassinados no mundo, quatro são brasileiros.

Com base neste cenário, podemos parodiar o verso da música *Haiti*, de Caetano Veloso, afirmando que...“1964 é aqui, 1964 não é aqui”. Espero, sinceramente, que na edição da revista **Comum** de 2064, tendo como tema o aniversário de 100 anos dos “anos de chumbo”, estejamos vivendo (o(a)s jovens leitores, infelizmente não mais eu) a realização de um projeto de país e não apenas de poder, e que o cenário esteja profundamente modificado.

Notas

1. Trabalho realizado com o aproveitamento da pesquisa realizada pelo autor, para a sua dissertação de mestrado em Comunicação Social - *Advergay: uma ação publicitária “no armário”, “in Box” ou “publicidade-michê”?* - apresentada em outubro de 2013, na PUC-Rio, orientada pelo professor-doutor José Carlos Rodrigues.
2. *Cabeleira do Zezé*, marchinha de carnaval composta em 1963 por João Roberto Kelly e Roberto Faissal para o carnaval de 1964.
3. Como é demonstrado na pesquisa do historiador norte-americano e brasileiro James Green, a presença de homens travestidos de mulheres e de bailes gays no carnaval sempre alimentou uma falsa imagem exportada de convivência e tolerância com relação à homossexualidade e bissexualidade, mas esconde uma profunda intolerância e preconceito (Green, 2000).
4. O termo “entendido”, criação brasileira dos anos 1960, parece ser de origem teatral, uma referência à vanguarda teatral, conforme citação de um entrevistado de Néstor Perlongher, na pesquisa apresentada em *O negócio do michê em São Paulo* (Simões e Facchini, 2009: 71) enquanto o termo em inglês “gay” (alegre, divertido, jovial, vistoso, brilhante, vivo, prazenteiro, festeiro), de origem norte-americana, vem sendo disseminado em diversas línguas.
5. As palavras “homossexualismo/homossexualidade” surgem no ambiente médico e depois serão questionadas tanto no plano psicanalítico, através do psiquiatra/psicanalista e professor Jurandir Freire da Costa, que propõe a sua substituição por homoerotismo (Costa, 1992: 11) quanto no plano jurídico, por Maria Berenice Dias, advogada/juíza/desembargadora do Rio Grande do Sul que abraçou a causa *gay*. Ela propôs a sua substituição por homoafetividade, entendendo que a sexualidade seria uma das possíveis trocas, incluindo ou não a sexual, entre pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo.
6. Em referência ao suborno a que os policiais, com as intervenções, induziam.
7. A referência a um suposto “gueto” pode ser entendida como um sentido figurado, uma vez que no Brasil nunca houve o fenômeno real da formação de guetos homossexuais, tal como ocorreu nos Estados Unidos da América, com bairros urbanos habitados por grupos segregados, com uma vida econômica autônoma e uma cultura própria, como na cidade de São Francisco, por exemplo.
8. Nessa época a imprensa e o meio homossexual ainda utilizavam a palavra homossexualismo que viria a ser substituída por homossexualidade, ao longo da década de 1980, com o propósito de retirar toda a carga da conotação negativa que o sufixo – ismo – carregava.
9. Rolling Stone, ed. 87, p. 65, dezembro/2013.
10. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/relatorio-aponta-312-homossexuais-brasileiros-assassinados-em-2013/> Acesso em 25/02/2014.

Referências bibliográficas

- COSTA, J. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DREYFUS H. e RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HINCKLE, W. e HINCKLE, M. Women Power. In: *Ramparts Magazine*. São Francisco: fevereiro /1968, p. 22-31.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Ouro Preto: Autêntica Editora/UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.
- PÉRET, F. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- RIBEIRO, Irineu Ramos. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS, 2010.
- SARACHILD, K. Consciousness - Raising: A Radical Weapon. In: SARA-CHILD, K (Org.). *Feminist Revolution*. New York: Random House, 1978.
- SILVA, C. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos homossexuais*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1993.
- SIMÕES, J. e FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Resumo

O trabalho é um esforço no sentido de evidenciar o campo de forças e o tensionamento estabelecidos entre a ditadura militar, movimentos de resistência à ditadura militar, homossexualidade, movimentos homossexuais, mídia e a correlação entre os cenários nacional e internacional com relação ao tema.

Palavras-chave

Ditadura militar - Movimentos de resistência - Movimentos homossexuais – Mídia.

Abstract

The work is an effort to highlight the forcefield and tension established between the military dictatorship, movements of resistance to the military dictatorship, homosexuality, homosexual movements, media and the correlation between the national and international scene on the issue.

Keywords

Military dictatorship - Movements of resistance - Homosexual movements – Media.

Imprensa satírica e ditadura militar no Brasil: a experiência do Pingente¹

Luiz Agner

Introdução: o humor na história do pensamento

O humor tem estado diretamente ligado aos caminhos seguidos pelo homem para encontrar e explicar o mundo, por isso tem a faculdade de nos fazer reconhecer, ver e apreender a realidade de um modo que a razão séria não atinge – ensina-nos o filósofo Ritter (apud Alberti, 1999).

Na história do pensamento e da filosofia, não foram poucos os que se ocuparam em decifrar ou explicar o riso: Hobbes, Schopenhauer, Spencer, Darwin, Freud, Bergson e muitos outros autores propuseram formulações que visaram a decifrar o enigma do humor e dos objetos risíveis.

O riso, o humor e a ironia foram muitas vezes encarados como um potencial para a “redenção do pensamento”, capaz de posicionar a filosofia entre a razão e a não-razão – ou seja, entre o que é próprio do homem (a razão que o difere dos outros animais) e “o que não é próprio de Deus” (a loucura, a distração, o pecado...). Segundo Alberti (1999), o leitmotiv presente em textos de proveniências e objetivos diversos, a respeito do humor, pode ser resumido na ideia de que o riso partilha o espaço do indizível e do impensado – o riso representa aquilo que é necessário para que o pensamento sério se desprenda dos limites em que está normalmente aprisionado. “Em alguns casos, mais do que partilhar esse espaço, o riso torna-se o carro-chefe de um movimento de *redenção do pensamento*”.

O pensador deverá, segundo Ritter, “colocar o chapéu do bufão” para se instalar no último refúgio onde ainda pode apreender a essência do mundo. Desta forma, o riso e o cômico são interagentes indispensáveis para o conhecimento e a percepção da realidade em sua plenitude. Nesta trilha seguiram outros autores – talvez mais radicais, como Bataille – que veem no riso “a questão-chave” ou o “enigma essencial” (capaz de abrir as portas do pensamento para ir ao “fundo das coisas”).

Nietzsche conferia ao riso o valor mais alto do ponto de vista da verdade filosófica. Em seu texto *Zarathustra*, Nietzsche estabeleceu a sua conhecida proposição, na qual encara o humor como o validador filosófico da verdade: “Que seja tida como falsa toda verdade em que não houver uma gargalhada”. Para Nietzsche, o riso é atitude filosófica. Em *Além do bem e do mal*, propôs ordenar os filósofos em uma espécie de *ranking* de acordo com o senso de humor, em cujo topo estariam aqueles capazes de ensinar a “gargalhada de ouro” (em posição semelhante a divindades).

Para Schopenhauer, a razão (o sério, a gravidade) se torna “ridícula” – ela tem a aparência de verdade porque não é capaz de alcançar a realidade. O homem ri porque se satisfaz em verificar que a razão se engana em relação à realidade.

Sigmund Freud foi outro pensador moderno que se ocupou de compreender as profundezas do riso em seu estudo *O chiste e sua relação com o inconsciente*, de 1905. Em linhas gerais, Freud propõe que o processo de formação do chiste é análogo ao do sonho, e seu prazer está no jogo de palavras e pensamentos da infância. Por outro lado, o conhecido ensaio de Henri Bergson vai definir o cômico como uma manifestação negativa que o riso tem a função social de corrigir.

De forma resumida e esquemática, pode-se dizer que teorias clássicas sobre o riso pretenderam coincidir o sério e a gravidade com a verdade, e o não-sério com o que não é verdadeiro. Na abordagem moderna, o sério não coincide mais com a verdade, o riso vai além do sério e desvela uma realidade mais fundamental (Alberti, 1999).

O humor e a ditadura militar

Golpe militar de 1964 é a expressão que designa o conjunto de eventos ocorridos no Brasil que culminaram com a derrubada do governo do presidente João Goulart, democraticamente eleito vice-presidente pelo

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na mesma eleição que conduziu Jânio Quadros à presidência.

Segunda Motta (2004), “o golpe de 1964 foi, em essência, um movimento reativo insuflado pelo medo e a insegurança que invadiram parcelas significativas da sociedade brasileira, principalmente as camadas média e alta”. O medo da insegurança econômica, das ondas sucessivas de greves e o temor da revolução social de inspiração comunista.

O golpe militar fez-se acompanhar de violenta censura aos meios de comunicação e repressão política, especialmente no final da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, colocando o país sob a tutela da Lei de Segurança Nacional, sob pretexto de manter a estabilidade política e a segurança interna em um mundo dividido em polos opostos pela Guerra Fria.

Além do cerceamento da liberdade de opinião e expressão, de imprensa e de organização, tornaram-se comuns no país prisões arbitrárias de cidadãos e interrogatórios sob tortura de suspeitos de atividades de oposição ao regime militar – sobretudo estudantes, jornalistas, sindicalistas e professores. Inúmeras pessoas perderam a vida devido à repressão no período (Wikipedia, 2014).

O humor gráfico desempenhou um papel fundamental na cultura e na política brasileira no período em que se estabeleceu no país a suspensão das liberdades democráticas e dos direitos civis. Foi basicamente através do humor e do cômico que a sociedade pode respirar, uma vez que a circulação de informações e de visões críticas ao regime eram fortemente restringidas pela atuação da sistemática censura aos meios de comunicação. O riso neste contexto era basicamente sinônimo de um riso de oposição, intelectualizado e engajado.

Para o humorista e roteirista da TV Globo, Ernani Diniz Lucas, o Nani, 63 anos, nascido em Esmeraldas (MG), a época da ditadura no Brasil representou o “boom do cartum”. Os jornais requisitavam muito o trabalho de cartunistas, e os pagavam bem, porque a charge e o cartum tinham formas de dizer coisas que o texto não podia dizer. “Usávamos metáforas e linguagens visuais que não chamavam tanto a atenção da censura quanto um editorial ou uma reportagem sobre, por exemplo, a tortura ou o desaparecimento de pessoas” (Nani, 2014).

De acordo com Motta (2004), a especificidade e a riqueza da linguagem caricatural podem ser exemplificadas em dois pontos principais: primeiro, a caricatura tem a faculdade de fazer as mensagens chegarem ao público receptor de modo rápido e impactante. O segredo reside na capacidade da imagem de

sintetizar ideias e conceitos, “efeito que a palavra não consegue produzir em intensidade equivalente”. O segundo ponto seria o fato de que:

A força do riso como arma na luta política, recurso utilizado para enfraquecer a posição dos adversários, é conhecida desde a Antiguidade. Os mestres da retórica ensinavam que uma das melhores maneiras de minar os argumentos do oponente era através da zombaria. (...) A partir do século 18, quando se consolidou como forma de expressão, a caricatura política se estruturou com base nesses princípios (Motta, 2004).

Nesse contexto, os cartuns produzidos pelos artistas da geração de Nani eram manifestações da zombaria de militância e não visavam a ser um produto com acabamento estético irrepreensível: “Minha geração não se preocupava em fazer desenhos bonitos porque não havia tempo” (Nani, 2014).

O artista plástico, cartunista e professor Carlos Jorge Guidacci da Silveira, 74 anos, natural de Manaus (AM), concorda e lembra que a época fez surgir inúmeras publicações alternativas de oposição à ditadura militar. “Este movimento era muito efervescente”. Quando o *Pingente* foi lançado, lembra Guidacci, o que mais se destacava era o nascimento de diversos jornais da chamada imprensa nanica, como os contemporâneos *Pasquim*, *Movimento*, *De Fato*, *Coojornal*, *O Domingão*, *Ovelha Negra*, *Paralelo*, *Brasil Mulher*, *Ficção*, *Bagaço*, *Gam*, *Versus*, *Anima*, *Música*, *Escrita*, *Repórter*, entre vários outros.

O Pasquim na trilha da imprensa satírica

De acordo com Braga (1991), os anos 1970 são normalmente citados como um período de “vazio cultural” devido às limitações impostas pelos governos militares à livre circulação de ideias, de informações e à produção cultural. Entretanto, haveria razões para pensarmos que esta afirmação não é bem fundamentada e um dos melhores argumentos estaria representado na proliferação de periódicos satíricos. Entre estes o mais emblemático foi o semanário *Pasquim*, um jornal carioca fundado ao final da década anterior pelos cartunistas Jaguar e Claudius, o jornalista Tarso de Castro, o crítico Sérgio Cabral, e o publicitário Carlos Prospero (Rego, 1996) - grupo que recebeu imediatamente reforços de vários artistas, jornalistas e intelectuais assim que o primeiro número foi lançado. Como *Fortuna*, *Ziraldo*, *Millôr Fernandes*,

Henfil, Ivan Lessa, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Newton Carlos, entre outros. Segundo Braga (1996):

Na verdade a nossa história *pasquiniana* extravasa um pouco as fronteiras exatas da década. (...) Este ciclo contrapõe-se de perto ao período de maior autoritarismo em nossa história política recente. A existência do Pasquim e dos outros jornais alternativos foi um dos fatos culturais marcantes da época – e uma demonstração de que “vazio cultural” é uma expressão até certo ponto imprecisa.

Ainda segundo Braga (1991), o Pasquim se colocou na sequência direta da produção humorística brasileira, na trilha de O Malho, a Manha, a Careta e o Pif-Paf, sempre caracterizado por um esforço contínuo de desqualificação das teses adversas. Foi uma passagem da crítica de pressão (característica dos momentos anteriores da história do humor) à crítica de contestação, uma característica dos movimentos de oposição ao regime de 1964. Em muitos momentos, não podendo atacar diretamente a ditadura militar, o Pasquim tratou de ridicularizar fatos sociais coerentes com a sua lógica: a moral e os costumes da classe média, problemas urbanos e atos de personalidades culturais favoráveis ao sistema, mas não diretamente protegidas por ele.

De acordo com Rego (1996), as lições que o Pasquim passara durante a sua existência foram assimiladas pela publicidade, pela grande imprensa e pelos jovens jornalistas que se iniciavam profissionalmente também com o sonho de fundar o seu próprio jornal.

Foi na redação do Pasquim que se conheceram os entrevistados desta pesquisa, que compuseram a chamada “nova geração”, e que sonhavam em editar a sua publicação independente, seguindo uma tendência cultural marcante nessa etapa da história brasileira.

O lançamento e os objetivos do Pingente

O tablóide mensal Pingente foi lançado no dia 6 de junho de 1977, com um evento no Teatro Rival, no centro do Rio de Janeiro. Segundo matéria publicada no jornal O Globo, os cinco diretores fundadores do Pingente eram Guidacci, Nani, Duayer, Coentro e Jésus Rocha, um grupo com idade média de 26 anos. Os quatro primeiros se conheceram no Pasquim, ao qual se integraram na condição de “novos colaboradores” (Ehrlich, 1977).

O mineiro de São Gonçalo do Rio Preto (MG), Jésus Rocha – letrista parceiro de Carlos Lyra e Antonio Adolfo e jornalista com passagem pelo Estado de Minas, Monitor Mercantil e O Jornal – foi apresentado ao grupo por Nani. Jésus tinha, à época, uma coluna diária no periódico carioca Última Hora. Segundo Nani (2014) “além dos desenhistas, havia o pessoal que escrevia... Tinha o Edson Braga, o Silvio Abreu, o Carlos Eduardo Novaes e o Alexandre Machado, atualmente roteirista do programa *Os Normais* da TV Globo”.

A “nova geração do humor” procurou fazer da sua própria publicação um veículo com mais liberdade do que o Pasquim para criticar os poderosos vinculados ao governo militar e experimentar novas linguagens, como a arte sequencial (os quadrinhos), menos valorizada pelos alternativos da época, ampliando o mercado de trabalho. Seus diretores acreditavam na existência de uma brecha aberta no mercado para o consumo de um novo jornal satírico.

Fotógrafo profissional, assessor de imprensa e cartunista, José Arimathéa Bastos Duayer, 65 anos, natural de Tombos (MG), explicou-nos a motivação essencial do grupo para a empreitada de um novo veículo alternativo: “A gente (os chamados juniores) estava sem espaço no Pasquim. Não havia uma abertura para os novos cartunistas, sendo que as vendas do Pasquim começavam a cair. Mudanças de linguagem propostas por nós não foram aceitas” (Duayer, 2014).

Nani (2014) complementa, apontando a existência de conflito de gerações entre humoristas:

A gente queria publicar mais do que era publicado no Pasquim: ele já tinha as suas estrelas que ocupavam 80% do espaço e nós, da nova geração, ficávamos de reserva. Se o material do Millôr ou do Henfil fosse vetado pela censura [prévia do governo militar], a gente entrava no lugar. Era um conflito de gerações: poderia haver outro tipo de jornal e outro tipo de humor. Procurávamos alternativas para publicar. A gente se espelhava no Pasquim. Nossa geração de humoristas não fazia comédia *stand-up* como é moda atualmente. Queríamos fazer jornais...

O “pingentismo”

A reportagem publicada no jornal O Globo, divulgando o evento de lançamento, procura apresentar explicações sobre o significado do título do jornal. “Por pingente”, explicou Guidacci ao repórter, “entendemos coisas da nossa sociedade que deveriam estar valorizadas e não estão”. Duayer ressaltou que o “pingentismo” não significava uma bandeira que o grupo estivesse levantando. Os editores procuravam identificar os que estão à margem e usaram o nome do tabloide para substituir o termo “marginal”: “Era uma alusão aos pingentes do trem da Central, às pessoas que ficam à margem. O cartunista também era um *pingente* na sociedade” (Guidacci, 2014).

Segundo Duayer (2014), o objetivo era fazer “um jornal diferente do Pasquim, mais crítico à ditadura e à situação econômica do país do que o Pasquim. (...) Se posicionando como independente, o grande mote do Pingente era dar *porrada* na ditadura”.

Segundo Guidacci, o Pingente visava mostrar

(...) coisas que não publicávamos no Pasquim, como a linguagem sequencial, o quadrinho. Queríamos fazer uma coisa popular e mais escrachada. (...) Mas não foi nenhuma divergência política com o Pasquim, já que ele abrigou também visões radicais. Uma prova disto é que eu mesmo fui processado com base na Lei de Segurança Nacional por uma charge publicada lá.

De fato, durante o governo do general Ernesto Geisel, o cartunista foi chamado a prestar esclarecimentos à temida Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e acusado de ofender o presidente da República, numa charge divulgada no Pasquim (Figura 1). A partir daí o artista teve que enfrentar um longo processo militar instaurado com base na finada Lei de Segurança Nacional (Figura 2).

Figura 1

Desenho de Guidacci que provocou a instauração de um processo movido pela Aeronáutica contra o artista e o semanário Pasquim.



Figura 3
 Capas do Pingente, do n. 1 (junho de 1977) ao n. 7 (janeiro de 1978).



Figura 4

Nani denuncia a prisão arbitrária de estudantes (Pingente, n. 5, outubro de 1977).



Figura 5

Carrascos e ditadores eram alvo frequente das charges do Pingente. Na imagem, desenhos de Duayer, Demo, Mariano, Coentro e Agner (n. 4, setembro de 1977).

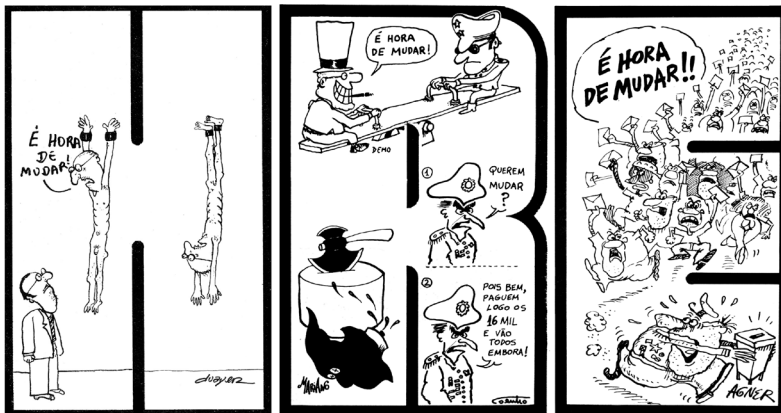


Figura 6

Reinaldo ironiza o apoio dos conservadores à ditadura - Pingente (n. 1, junho de 1977).

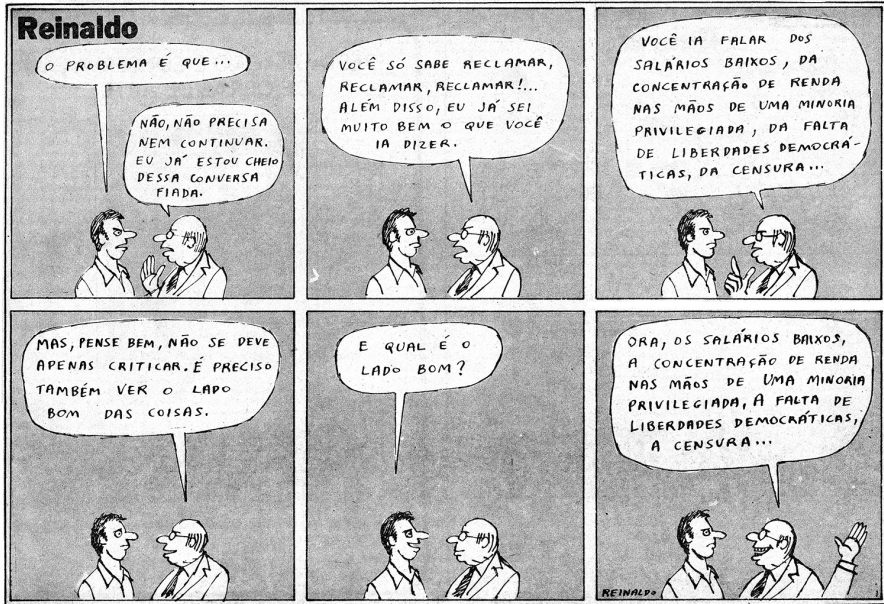
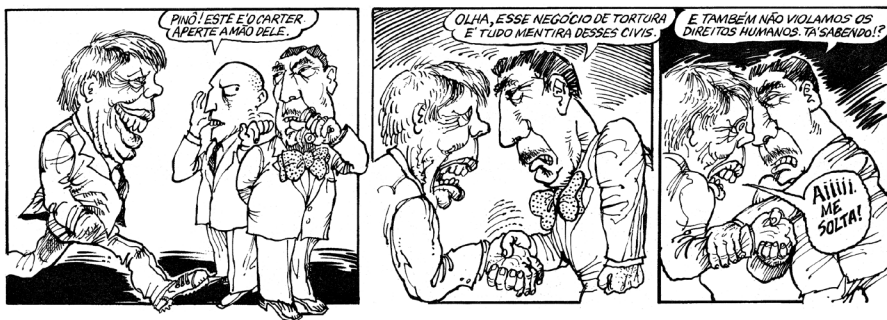


Figura 7

Na visão de Guidacci, Coentro e Nani, o encontro entre o presidente norte-americano Jimmy Carter e o ditador chileno Augusto Pinochet (detalhe) – Pingente (n. 5, outubro de 1977).



Uma surda disputa pelo mercado

Segundo o carioca João Carlos Coentro (apud Ehrlich, 1977), que trabalhou no Jornal do Brasil e publicou desenhos na revista de quadrinhos O Bicho, a tarefa de organizar o Pingente não foi simples: “O esquema marginal, de imprimir em mimeógrafo e distribuir de mão em mão, não nos interessava. Assim fundamos uma editora, que chamamos de Chalaça, dentro de todas as exigências legais, com sede e tudo”.

Duayer (2014), responsável pelos aspectos administrativos e financeiros, nos forneceu alguns números da empreitada comercial da editora Chalaça:

Os cinco sócios se cotizaram e dividiram o valor da edição dos primeiros números. O primeiro vendeu treze mil exemplares, a partir de uma tiragem de quarenta mil e com lançamento no Teatro Rival. A gente foi distribuído em todo o Brasil pela Abril, a maior distribuidora da época. A sua revista *Pato Donald* vendia cem mil exemplares.

Apesar disso, explica, todo o dinheiro arrecadado dava somente para pagar as despesas básicas, com pequeno lucro. “Dava para cobrir os custos, pagar o aluguel, o telefone, boy, táxis e o contador, além de nossa própria alimentação”.

Segundo Duayer (2014), desde o início, foi criada uma situação de desconforto com o Pasquim, parceiro na captação de anúncios. O chargista informa que a Editora Codecri, responsável pelo semanário – a esta altura já em declínio de circulação – começou a atrasar o repasse de recursos da publicidade ao Pingente.

O grande problema que nós enfrentávamos com o Pasquim desde o primeiro número era que, na semana que saía o Pingente, a venda do Pasquim caía entre 10 e 20%. Isto começou a criar atritos dentro da empresa, em relação à gente. Em uma ou duas ocasiões, a gente bateu o Pasquim em uns mil exemplares (Duayer, 2014).

Manifestações da censura

De acordo com Nani (2014), a censura disseminava um clima bastante pesado nas redações dos pequenos jornais alternativos:

O Ziraldo distribuía às nossas namoradas e esposas cartões de advogados para o caso de dar algum problema. A gente tinha coragem de desenhar charges contra a ditadura, mas de modo subjacente havia um clima de terror quando diversas pessoas estavam sendo presas, torturadas e desapareciam.

Relembrando sua experiência no Pasquim, o cartunista Nani (2014) explica-nos como operava o mecanismo da censura prévia:

Quando o esboço chegava da censura, você tinha que finalizar rapidamente o desenho para colocar depressa no jornal. No Pasquim, nós mandávamos sempre uma quantidade bem maior de material para a censura, visando a aproveitar o que passava.

Guidacci (2014) também teve seus trabalhos vetados pela censura prévia: “as cópias xerox dos desenhos eram enviadas à censura para avaliação e aqueles proibidos eram devolvidos com um rabisco em forma de X”.

Eu tive várias charges censuradas e nossa saída era produzir mais e mais, para passar uma ou duas. (...) Depois que acabou a censura prévia, a resposta do regime era processar os editores, ou atentados terroristas às bancas para intimidar jornaleiros que expunham as publicações alternativas (Guidacci, 2014).

De acordo com Duayer (2014), os editores do Pingente viviam apreensivos porque não podiam ser censurados: “Se o jornal fosse apreendido e retirado das bancas ele acabaria, pois não tínhamos condições financeiras de bancar o custo de rodar outro número”.

Com o fim da censura prévia, além de processos, apreensões e atentados, uma outra estratégia foi empreendida pelo governo militar para asfixiar a imprensa nanica: a “censura fiscal”:

Uma operação secreta de uso da Receita Federal para exterminar a imprensa alternativa foi desencadeada entre 1976 e 1978 pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), mostram documentos sigilosos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. (...) Embora notabilizado pela suspensão da censura a jornais, pelo fim da tortura de presos políticos e pela distensão “lenta, segura e gradual”, o general, penúltimo ditador do ciclo militar de 1964, autorizou a ofensiva contra os pequenos veículos em despachos com o então ministro da Justiça, Armando Falcão. O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, concordou com a ação, proposta pelo II Exército (Tosta, 2014).

A sentença de morte do Pingente

A partir de abril de 1978, após um acordo com a direção do Pasquim, o Pingente se tornou um suplemento de oito páginas inserido mensalmente nas páginas do semanário. Seu *slogan* passou a ser: “O Pasquim não pode ser vendido separadamente”.

Segundo Duayer (2014), após um breve período de três edições, o “suplemento Pingente do Pasquim” acabou tendo a sua sentença de morte proferida, paradoxalmente, por uma carta enviada à redação pelo jurista Sobral Pinto, considerado um dos paladinos da redemocratização e do retorno do país ao estado de direito.

Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893 - 1991) foi ferrenho defensor dos direitos humanos, especialmente durante o Estado Novo e a ditadura militar. Católico fervoroso, acabou por se notabilizar como criminalista defensor de perseguidos políticos (Wikipedia, 2014). De acordo com Duayer (2014):

O grande problema foi o desenho do ilustrador Shimamoto *A fuga do Egipto* [figura 8] (...) O Sobral Pinto escreveu uma virulenta e longa carta criticando a ilustração, onde viu um inadmissível ataque à Igreja Católica. Nessa época, os grandes frigoríficos como Sadia, Perdigão, Swift fizeram campanhas contra a criação de suínos por cidadãos comuns. O governo saiu dizimando criadouros independentes de pequenos fazendeiros. Nós fizemos um número do Pingente somente baseado neste tema. (...) Após esta forte reação adversa, o Ziraldo e a direção do Pasquim decretaram o fim do suplemento Pingente.

Figura 8

“A fuga do Egito” (detalhe) – o desenho do ilustrador Shimamoto marcou o fim do suplemento *Pingente* no *Pasquim*.



Para Duayer (2014), havia outros temas alvo de cuidados especiais dos editores do *Pasquim*, constituindo verdadeiros tabus dentro de sua redação:

Colocar o [banqueiro e ex-governador de Minas Gerais] Magalhães Pinto de peruca como fizemos na capa do *Pingente* [Figura 3], por exemplo, nem pensar, era algo que não sairia nunca publicado no *Pasquim*, pois os caras eram muito amigos de José Aparecido, um diretor do Banco Nacional.

Balanco de uma experiência editorial

A experiência do lançamento nacional do *Pingente* repercutiu em vários estados: em São Paulo, o cartunista Geandré lançou o tabloide *Ovelha Negra*, e isto reverberou em outros lugares. “O *Pingente* foi um pré-Planeta Diário. Só que a nossa filosofia na época era política porque

esta pauta ainda estava pegando pra capar. O Planeta Diário foi o fim desta época, quando não havia mais a censura” (Nani, 2014).

O humorista pontua que as preferências mudam na medida em que as gerações se alternam: “Hoje, a nova geração quer ser comediantes e não mais desenhar ou produzir humor gráfico. Naquela época, ninguém se mirava em Chico Anísio ou Jô Soares: um jornal alternativo passava uma imagem bem mais intelectualizada”.

Na falta de uma participação mais intensa do público – recebiam apenas uma ou outra carta de leitores – o que ficou de mais importante, para Guidacci, foi o estreitamento dos laços com os amigos com quem compartilhou o processo criativo: “O importante desta experiência foi trabalhar coletivamente, com pessoas com quem convivia e cujos trabalhos eu admirava. Esta experiência enriquece”.

Os humoristas que lançaram o Pingente estão descrentes do atual mercado para o humor gráfico na imprensa tradicional, mas destacam alternativas oferecidas pelas novas tecnologias. Para Nani (2014), “atualmente, a alternativa da internet é muito boa e você não tem censura nenhuma. Eu coloco de seis a oito desenhos por dia nas mídias sociais”.

O cartunista Guidacci segue a mesma linha de pensamento: “Os jornais estão fechando e não há mais espaço para o quadrinho nem para a charge. O futuro da caricatura vai ser na internet e na rua, no caso da intervenção urbana”.

Ao analisar a curta experiência editorial do Pingente, Nani observou que, olhando em perspectiva, o Pasquim também durou pouco:

Fazendo uma comparação com outros jornais satíricos da história do Brasil, diversos deles duraram trinta, quarenta anos, como A Careta, D. Quixote, Tico-Tico, etc. O que tem acontecido é um processo de redução da vida dos periódicos, que marca a involução do consumo do humor gráfico: até o prestigiado Pif-Paf, do Millôr Fernandes, durou somente sete números...

Para Nani (2014), a charge de opinião editorial perdeu o papel que desempenhou na história política do país.

Nos anos 1970, os cartunistas eram contratados por sua opinião, que tinha relevância e importância. O chargista era muito bem pago. Hoje, a caricatura está condenada pelos grandes jornais devido à censura corporativa e aos interesses econômicos.

Considerações finais

Este texto objetivou explorar com depoimentos e imagens o período da história política e cultural brasileira em que proliferou a chamada *imprensa alternativa*, oferecendo uma contribuição ao tema. Este tipo de movimento – rico e efervescente – representou uma forma de resistência da sociedade civil contra o autoritarismo do golpe militar de 1964. Apesar de os anos “de chumbo” ser citados como um período de esvaziamento cultural, concordo com Braga (1991) que tal afirmação não é bem fundamentada e um dos melhores exemplos estaria na proliferação dos inúmeros periódicos nanicos.

O artigo pretendeu resgatar um episódio ainda inexplorado da trajetória da imprensa satírica brasileira: o lançamento do tabloide carioca *Pingente*, criado por cinco jovens humoristas, insatisfeitos com a linha editorial imposta aos “novos” pelo Pasquim. Foi na redação do incensado semanário que se conheceram os entrevistados desta pesquisa, que compuseram a chamada “nova geração do Pasquim” e que se reuniram com o objetivo de editar uma publicação independente.

Sublinha-se que, durante o longo período da tutela militar, foi basicamente através do riso que a sociedade pode respirar, uma vez que a circulação de visões críticas ao regime era severamente reprimida. Seguindo sua tradição secular de *redentor do pensamento* (Ritter, Bataille) ou de *validador da verdade* (Nietzsche) – ao empregar criativas metáforas e linguagens visuais que ludibriaram o raciocínio linear dos poderosos, presos ao primado da “seriedade” – o humor vislumbrou denunciar o autoritarismo, a tortura, o desaparecimento de cidadãos e fortaleceu a campanha dos brasileiros pelo restabelecimento dos seus direitos civis.

Nota

1. O autor deste artigo, que participou dos jornais *Pingente* e *Pasquim* na qualidade de cartunista e colaborador, agradece aos cartunistas Nani, Duayer e Guidacci pelos depoimentos e pelo material documental fornecido.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./FGV, 1999. 216 p.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa do que pra oba*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 256 p.

DUAYER, José Arimathéa Bastos. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2014.

EHRlich, Marcio Sidnei. *O humor pingente dos novos cartunistas*. Rio de Janeiro: O Globo, 06 de junho de 1977. Página 40.

GUIDACCI, Carlos Jorge. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2014.

MOTTA, Rodrigo Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcello e MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. 334 p.

NANI, Ernani Diniz Lucas. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2014.

REGO, Norma Pereira. *Pasquim: gargalhantes pelejas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 1996. 128 p.

TOSTA, Wilson. Geisel fez cerco à imprensa nanica. O Estado de S. Paulo. (on-line). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,geisel-fez-cerco-a-imprensa-nanica,364917,0.htm> Acesso: 24 fevereiro 2014.

WIKIPEDIA. Golpe de Estado no Brasil em 1964 (on-line). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/> Acesso: 25 de fevereiro de 2014.

_____. Heráclito Fontoura Sobral Pinto (on-line). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso: 25 de fevereiro de 2014.

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de ilustrar com depoimentos e imagens um período específico da história política e cultural do Brasil. Serão abordados aspectos da atuação da imprensa alternativa de humor durante os anos 1970, na resistência da sociedade civil contra o autoritarismo implantado pelo golpe militar de 1964. Após uma breve introdução sobre as raízes filosóficas do humor, o texto vai resgatar um episódio da história da imprensa satírica: o lançamento do *Pingente*, um tabloide carioca criado por cinco humoristas insatisfeitos com o espaço disponível, a linha editorial e as possibilidades criativas oferecidas pelo semanário *Pasquim*, o maior ícone da *imprensa nanica*. O autor gravou entrevistas guiadas com três componentes do núcleo de editores que se lançaram nessa empreitada: os cartunistas Nani, Duayer e Guidacci, integrantes da chamada “nova geração do *Pasquim*”.

Palavras-chave

Imprensa nanica - Ditadura militar – Humor – Riso – Charge - Cartum.

Abstract

This article aims to illustrate with testimonials and pictures a specific period of political and cultural history of Brazil. It will discuss aspects of satirical alternative press in the ‘70s, and the fight of civil society against authoritarianism deployed by antidemocratic military government installed in 1964. After a brief introduction about the philosophical roots of humor, the text will redeem an episode of the history of satirical press: the launch of *Pingente*, a carioca journal created by five cartoonists dissatisfied with editorial and creative possibilities offered by weekly *Pasquim*, the greatest icon of nanica press. The author made interviews with three editors who launched this newspaper: cartoonists Nani, Duayer and Guidacci, known as the “*Pasquim*’s new generation.”

Keywords

Alternative press - Military dictatorship – Journalism – Humor - Graphic humour.

Cinco vezes favela: agora por nós mesmos? Comunidade, estado de exceção e autorrepresentação na produção fílmica. Dos anos de chumbo aos dias atuais

Tatiane Mendes Pinto

Introdução

Este trabalho tem como objetivo pensar as relações entre comunidade, representações sociais e estado de exceção a partir dos filmes *Cinco vezes favela* (Cacá Diegues, 1962) e na sequência de 2010, *Cinco vezes favela, agora por nós mesmos*¹ (2010, vários²) tendo como premissa o contexto sócio histórico que parte da ditadura até os dias atuais e usa como *corpus* de pesquisa os filmes, como representações que podem pontuar uma realidade social. Será utilizada a metodologia de análise fílmica, apoiada na perspectiva de Jacques Aumont de que um filme “pode evocar, imitar ou chegar perto da teoria” (Aumont, 2008: 11). Nesta perspectiva, a hipótese que se sugere a partir da observação das obras fílmicas é da permanência do estado de exceção desde os ditos anos “de chumbo”, período que vai 1964-1985, até a contemporaneidade, ainda que pesem os eventos de redemocratização, sufrágio e participação popular, mesmo que incipiente, que atravessam a República brasileira. Dessa forma, o ponto de partida será o conceito de Estado hobbesiano até os conceitos de estado de exceção de Agamben (2010) e Benjamin (1996) para problematizar a soberania constituída na fundação do Estado e capturada nos anos de ditadura, em prol da bandeira da segurança nacional e do desenvolvimento econômico, dois pilares propagandísticos apregoados pelo governo militar para justificar o golpe militar de 1964.

Avançando um pouco na contextualização histórica e correlacionando a observação com o pano de fundo de ambos os filmes, a vida em comunidades pobres do Rio de Janeiro, convém pensar a relação entre a comunidade e o Estado a partir das representações fílmicas, o lugar da soberania e a existência ou não de um Estado de direito para os moradores das comunidades, seja num percurso imediatamente anterior ao golpe, caso do primeiro filme, ou numa realidade contemporânea, como no segundo filme. Num contexto que se sugere ser de exceção, sem que os direitos mais básicos garantidos em constituição sejam adquiridos de fato, parece haver um entrelaçamento entre passado e presente. Há então indícios da permanência da realidade de exclusão social, seja no Estado militar ou no democrático, um *continuum* que se reflete nos dois filmes, ambos recortes de uma estrutura social ainda alijada da sociedade brasileira, de 1962 a 2010, em um mesmo contexto tristemente reproduzido.

Por outro lado, é necessário traçar diferenças entre ambos os filmes, posto que há distinções na própria forma de produção das obras. Dessa maneira, enquanto o filme de 1962 foi escrito, produzido e realizado por profissionais do mercado, a versão de 2010 foi, segundo seus produtores, inteiramente produzida pelos próprios moradores, em oficinas de audiovisual que ocorreram na comunidade do Vidigal. Logo, na própria relação entre as duas obras, parece existir um espaço para se pensar o conceito de autorrepresentação, de Canevacci, como “modos plurais através dos quais os que foram considerados por muito tempo objetos de estudo tornam-se sujeitos e interpretam a si mesmos” (Canevacci, 2012: 70). Sendo os personagens dos filmes ambos atingidos pela ausência do Estado no que tange à segurança e à cidadania, não cabe encontrar o mesmo diapasão para as obras, posto que não se trata dos mesmos lugares de interpretação, mas de visões que se distanciam em face de uma realidade que se configura outra, pelo simples fato de não serem os diretores de *Cinco vezes favela* (1962) moradores das comunidades retratadas. Assim, se há um lugar de fala que permeia as narrativas, no primeiro filme, constitui-se como direito que se cede ao outro, mas de um lugar que não é o seu. Na obra mais recente, contudo, o direito de fala se faz na construção mesma do olhar fílmico, relação entre a comunidade e o Estado, que é externalizada nas representações da realidade que o filme compõe.

De igual forma, convém justificar a escolha pelas obras fílmicas como recorte específico para pensar um período histórico. Compreendendo a realidade como ambientada pela mídia (Sodré, 2009), onde os produtos culturais

vão conformar a estrutura social e constituir o *ethos* da atualidade, entende-se que lançar um olhar para os filmes possibilita aproximar-se de um imaginário social, que não pode ser visto de forma desconectada da atualidade, ou, como define Dênis de Moraes, “o imaginário é o conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetiva de uma cultura” (Moraes, 2009: 29). Em uma sociedade onde o *bios midiático*³ forma o constructo social, este estudo lança um olhar em direção às possibilidades de se construir um pensamento onde a *obra fílmica* possa suscitar imaginários e engendrar reflexões de uma história que não foi interrompida, mas permanece, em um contexto onde os direitos civis ainda não se garantem pela lei, mesmo em um aparente Estado de direito.

Convém ressaltar, entretanto, que o que se apresenta no segundo filme não parece ser um diálogo pautado na soberania firmada pelo pacto social entre Estado e sociedade, mas uma relação entre comunidade e Estado que se faz na exceção, através de organizações não governamentais cujas ações possibilitaram a existência da obra fílmica. Há, assim, uma aproximação com o que Acanda (2006) denominara sociedade civil, como um conceito que define a relação entre sociedade e Estado, cuja função é mediar a relação com o poder público, seja pela presença de instituições, pela legitimação das ações estatais ou pelo questionamento do próprio Estado. Logo, a sociedade civil “deveria estar acima dos discursos ideológicos e dos interesses de grupos, mas nos interesses coletivos humanos” (Acanda, 2006: 58). Dessa forma, se no primeiro filme há um olhar distanciado por meio dos produtores que o realizam (uma vez que não são os próprios interesses o que defendem), ainda que exista interesse humano, no segundo filme há um empoderamento da comunidade, visto que é dela que parte a representação social de si mesma e da relação com o Estado.

Além disso, é fundamental pensar, no contexto dos filmes, nas narrativas da comunidade, comunidade aqui compreendida não somente pelo grupamento físico, mas pelo compartilhar do espaço, ideias e valores. Partindo de Esposito (2007), é possível vislumbrar as construções comunais para além do território, mas na perspectiva do ser em comum. O Estado, em Esposito, seria o que promoveria o enfraquecimento dos laços (*immunitas*) em prol da vida individual. O vínculo, se existe ainda, será pelo compartilhar do cotidiano, do território e de uma realidade desfavorável que demanda a sobrevivência. Em sendo a ONG⁴ – no caso específico da produção fílmica – um agente externo, vai agir, ainda que em alguma medida apoiada pelo Estado, na ausência do poder público frente a uma comunidade. Nessa perspectiva, atua de modo a

dar voz aos moradores, pelo expediente de fornecer oficinas de audiovisual onde os jovens podem criar suas próprias narrativas e reflexões, possibilitando a criação de um canal de resgate da cidadania. Torna-se necessário assim, compreender as obras fílmicas através de uma relação dialética, que entende a representação social através da cultura como ideológica, marcada, no recorte apresentado, pela configuração de um estado de exceção, não somente pelo poder concentrado, mas pela ausência de garantias individuais.

De modo a aprofundar a presente análise, é importante contextualizar historicamente a emergência de um Estado ditatorial no Brasil, de modo a localizar os pontos relevantes de um processo longo e cujos efeitos fazem-se sentir ainda hoje, seja pelo viés político, econômico, cultural ou até mesmo midiático, influenciando representações e imaginários, bem como práticas sociais no cenário contemporâneo. Assim, se a ditadura brasileira teve um número relativamente menor de registros divulgados de desaparecidos e mortos⁵, longos foram os anos de sua existência, o que traçou marcas profundas na estrutura social do país, cujas gerações, por 21 anos, cresceram compreendendo o Estado como o Leviatã hobbesiano, devorador de liberdades e cujo pesado braço garantia a ordem a qualquer preço.

Já em 1962, durante o governo de João Goulart, tornava-se visível a crise econômica e política brasileira, pela mobilização do corpo militar e pelas constantes críticas ao governo, às quais a imprensa majoritariamente fazia coro. Em 1964, ano do golpe, teve início uma série de atos institucionais que visavam, desde o primeiro até o quinto (em 1968), a suspensão dos direitos do cidadão, a cassação de parlamentares (AI-1), a extinção dos partidos políticos (AI-2), o fechamento do Congresso (AI-3), a lei de imprensa e de segurança nacional (AI-4), e, finalmente, o fim do *habeas corpus* (AI-5)⁶. O quinto ato institucional era a conclusão de uma política centralizadora e de repressão aos direitos civis iniciada em 1964 e cujas raízes remontam aos anos do governo getulista⁷. O discurso de redemocratização do governo contrastava com a crescente concentração de poderes no executivo. Alegando que, para combater os movimentos subversivos e a corrupção era necessário endurecer o regime e limitar as liberdades civis, foram instalados órgãos de repressão que fiscalizam as ações de toda a sociedade. Instituiu-se então, o estado de exceção, definido por Ruiz como “quando o direito é suspenso da ordem na forma de exceção, a vida humana fica a mercê da vontade soberana de quem governa” (Ruiz, 2012: 11). Ora, se no estado de exceção o direito é suspenso e a vida humana não tem mais garantia, o que dizer da vida de quem sofre a ausência

do Estado e tem sua vida garantida apenas por obra das artes do fazer cotidianas, de táticas através das quais o indivíduo tira partido de forças que lhe são estranhas (Certeau, 2008: 47) que visam garantir a integridade de seu corpo, integridade essa que o Estado não garante mais? Tomando como exemplo o filme *Cinco vezes favela* (2010), em dado momento os traficantes chegam a vestir coletes policiais, tornando-se o poder não só de fato, mas de direito.

Figura 1

Fragmento do filme *Cinco vezes favela* (2010)



Fonte: globofilmes.globo.com

Em verdade, o que se sugere é que há, em alguma medida, uma suspensão permanente do *habeas corpus*, não em um Estado de ditadura, mas em um cenário de permanente ausência do poder público, um prolongamento do estado de exceção que parece ser vislumbrado na continuidade do abandono e do desamparo dos personagens retratados em ambos os filmes. E se 48 anos separam as duas obras, o contexto social que permite a narrativa perseverar na crítica social parece guardar significativas semelhanças entre os dois filmes que serão analisados a seguir.

Cinco vezes favela: a roda viva dos anos 1960

O filme *Cinco vezes favela*, de 1962, um dos marcos do chamado Cinema Novo brasileiro, nasce num contexto conturbado do país e do mundo, os anos 1960. Mais do que qualquer outra época, o período trouxe um troyel de revoluções estéticas, na esteira da contestação de valores, moral e conceitos, lançados ao chão pelos povos de todo o mundo, pleiteando maior participação no contexto sociopolítico e uma ruptura total com o pensamento vigente na contramão das odes ao progresso e ao futuro que terminaram por arrastar o mundo em duas grandes guerras mundiais. O resultado do movimento constante das massas marcou de forma definitiva a produção cultural no mundo e particularmente na América Latina, cenário de contradições que causaram a ascensão ao poder de ditaduras militares.

Pelo uso da força, a censura do governo à expressão artística determinou a escolha de linguagens cifradas e perspectivas distintas por artistas e intelectuais, dentre eles Glauber Rocha, onde o pensar, nos moldes da contracultura, subvertia-se à manipulação estatal produzindo toda sorte de trabalhos, músicas e filmes com o objetivo de resistir. Entretanto, para o cinema novo a composição meramente estética não atendia aos apelos de seu tempo. Era preciso trazer às telas a verdade, como declarava Glauber Rocha: “O cinema novo é uma questão de verdade e não de fotografia” (Rocha, 2004: 17). A liberdade consistiria então em propor novos olhares à cultura nacional, pelas mãos de intelectuais, artistas e políticos, que lançavam mão de todos os canais possíveis de expressão para propor novas estéticas, até o momento em que sobreveio o golpe e foi preciso protestar através de armas, passeatas e, quando possível, metáforas e figuras de linguagem em canções e filmes.

Em *Cinco vezes favela*, a realidade brasileira gestava uma crise econômica e política cuja extensão e conflitos de interesse levaram, entre outros motivos, à deposição do presidente João Goulart. Entretanto, havia uma intenção no presidente de ampliar os direitos trabalhistas, visto que, entre outras medidas, foi de sua autoria a criação, em 13 de julho de 1962, da lei que regulamenta o 13º salário⁸. Também é o ano em que o primeiro filme brasileiro ganha a Palma de Ouro em Cannes, *O pagador de promessas* (Anselmo Duarte, 1962) e que a seleção brasileira de futebol conquista o bicampeonato mundial. Apesar de todo o entusiasmo, as condições de vida nas grandes cidades agravavam-se e é nesse contexto que nasce *Cinco vezes favela*.

Criado pelo Centro Popular de Cultura⁹, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues e Marcos Farias, é dividido em cinco episódios que retratam a realidade nas favelas cariocas do ponto de vista da nata intelectual e artística brasileira, à época universitários de classe média alta. A obra é dividida nos episódios, *O favelado*, *Zé da Cachorra*, *Cama de Gato*, *Escola de Samba Alegria de Viver* e *Pedreira de São Diogo*. No primeiro episódio, o favelado, o personagem interpretado por Flávio Migliaccio é espancado porque está devendo o aluguel. Enquanto a esposa vai até o depósito de lixo tentar arranjar comida, o protagonista vai até uma obra de construção civil tentar conseguir o dinheiro com um colega, mas o mestre de obras o informa que não é possível empregá-lo naquele momento. O homem volta a caminhar nas ruas, com fome e sem perspectiva, a câmera retrata seu desespero pelas ruas do centro da cidade em *close*s e movimentos invertidos, como a mostrar a opressão da realidade sobre os ombros do personagem. Ao tentar comprar um jornal, ele vê o jornaleiro com um maço de dinheiro e pensa em roubá-lo, mas não consegue. O personagem reflete o dilema moral pelo qual passa o sujeito em um contexto que não consegue alterar. Ao voltar pra favela, ele vê uma moça e sorri para ela, no que parece ser o espaço para o sonho, o devaneio, mas ele logo se lembra dos problemas e vai procurar Pernambuco, bandido local, como um recurso desesperado para sobreviver. Eles combinam um roubo, mas logo no primeiro dia, o amigo o deixa sozinho e ele é perseguido por populares. O personagem tenta escalar um muro, mas machuca as mãos em cacos de vidro e é preso. Aqui há uma descrição fatalista de uma realidade que não se consegue mudar. A câmera sobre a cabeça do personagem sugere um peso, uma cruz, simbolismo que se aprofunda quando o personagem machuca as mãos em cacos de vidro e é encontrado pela polícia com as palmas das mãos feridas, num gesto que se assemelha ao de um mártir cristão. Segundo o filme, parece ser impossível lutar contra forças maiores do que o sujeito.

Já o segundo episódio, *Zé da Cachorra*, aborda a ocupação ilegal dos morros e a exploração da pobreza, através de empresários que loteiam as comunidades e enriquecem através deste expediente. Assim, uma família despejada de sua antiga moradia chega ao morro em busca de casa. Entretanto, há um grileiro que espera a valorização do terreno para construir. O único barraco vago é o de ferramentas. Os pobres são retratados de cabeça baixa, caminhando ao longo da tela. É na chegada da família que os favelados se unem para conseguir casa para eles. Dessa forma, plano e contraplano retratam os moradores do morro, como se para mostrar o ambiente de conflito e tensão. Nessa sequên-

cia, Ferreira, líder dos moradores, se destaca. Ele se reúne com o segurança do barraco do grande empresário, na casa deste, para discutir ocupação do morro, enquanto uma das moças presente na casa, lê uma revista de fofoca, indiferente ao sofrimento alheio. A moça deitada, alienada da realidade próxima a si parece ser uma ilustração de uma grande parcela da sociedade brasileira, para quem os sofrimentos do povo não atravessam a janela de sua casa. Ferreira é convencido pelo grileiro de que para ser político precisa tirar o povo da favela. Ferreira então se dirige à favela para conversar com o que parece ser o líder do morro, Zé da Cachorra e o convence, depois de pagar uma cerveja, de conversar com o dono do barraco. Eles tentam convencer Raimundo, membro da família despejada logo no início do filme, a ir também, mas sem sucesso. No dia seguinte, uma comissão dos moradores do morro vai até à casa do dono do morro, que os recebe fumando charutos. Algumas moças dançam, enquanto os homens conversam. A proposta é a seguinte: que a família fique mais uma ou duas semanas, enquanto procuram outro lugar e serão indenizados. Na volta para o morro, a câmera pega os que retornam em ângulo *contra-plongée*, de baixo para cima, como se dando-lhes força, de repente. Ao comunicar o fato a Raimundo, este não aceita e, humilde, diz que vai sair logo do barraco, para não arrumar confusão, ao que Zé da Cachorra o expulsa imediatamente, porque ele não quer lutar. Raimundo senta-se, deixa a enxada no chão e diz que vai sair. A população se rebela contra Zé da Cachorra, mas um berro dele provoca o silêncio e os braços exaltados baixam-se, subitamente. Segue-se um plano e contraplano onde Raimundo é visto em *plongée* (de cima para baixo), ou seja, fraco, e Zé da Cachorra em *contra-plongée*, ou seja, forte. O pobre é retratado como incapaz de lutar ou falar por si, uma visão que pode ser associada à visão da ditadura em relação à população, que devia ser tutelado, para seu próprio bem e na própria visão do povo retratada na obra *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967). Em sua fala, Paulo Martins (Jardel Filho), o poeta, afirma: “– o que é o povo? Um imbecil, um analfabeto, um despolitizado!”.

Da mesma forma, o terceiro episódio, *Couro de Gato*, também é retratado no morro. Entretanto, ao contrário de Raimundo, personagem do episódio anterior, há um reforço nas artes do fazer¹⁰ sobre os quais refletira Certeau (2008). Uma criança carrega uma lata d'água morro acima. Outro vende jornais, outro engraxa sapato e mais um vende amendoim. O trabalho parece ser a temática do episódio e a busca pela sobrevivência, em contraponto à exclusão social. Súbito, um dos garotos enxerga uma moça sentada fumando

no jardim. Ela o chama e oferece um suco. A trilha sonora muda e o ambiente torna-se lúdico, num ritmo mais lento. Logo, em um corte seco, o menino captura o gato da moça e sai correndo. Assim também os demais meninos, que são mostrados tentando capturar gatos, conseguem escapar, levando os gatos que conseguiram roubar. Um dos gatos é recuperado, o menino que roubou o gato da moça consegue escapar até o morro. Por alguns momentos ele se deixa cativar pelo animal, dando comida e brincando com ele. Mas, em segundos, parece lembrar que em seu cotidiano não há espaço para devaneios e rapidamente vende o gato ao homem que vai usar o couro do gato para fabricar objetos. O episódio é uma metáfora da resistência dos moradores do morro, frente a um Estado e uma sociedade que não os auxiliam, que não garante cidadania. Em um Estado que não é para todos, cabe organizar estratégias de sobrevivência. Assim também o filme retrata o cenário social da década de 1960. Apesar de todo o otimismo do ano de 1962, há uma grande parcela da população inexistente para o poder público, a não ser através do braço policial, quando é preciso garantir a ordem.

No quarto episódio, *Escola de samba-alegria de viver*, estamos perto do carnaval e, logo na primeira cena, um dos homens do morro pede a amigos que deem “uma lição na macaca” (sic). Não se explica muito como ou porque, mas a moça sai andando e é ridicularizada pelos membros da escola de samba, que estão numa faina para conseguir organizar seu carnaval. Dessa forma, o diretor atual é destituído após uma discussão sobre os progressos da escola de samba, que está sem dinheiro para desfilar. Babalu, o antigo diretor, é destituído do cargo em prol de Zé Tadeu, mais moço e cheio de planos. A mulher de Tadeu é Dalva, a moça que tentam humilhar na primeira cena. Ele reclama que ela só vive no sindicato e não pensa mais na escola. Aqui cabe uma reflexão sobre elementos presentes no imaginário brasileiro, os confrontos entre a carnavalescação e as lutas sociais. Marido e mulher brigam e ele passa a respirar a produção da escola, conseguindo um empréstimo e começando as fantasias e instrumentos. Acontece que o dinheiro era para outra escola de um morro próximo, que ficou sem carnaval. No dia do desfile, os credores queimam a bandeira da escola, em represália à falta de pagamento, mas ainda assim a escola desce o morro para desfilar. A história, como todos os outros episódios, fala de uma relação de poder que se firma no morro, apoiada ou não pelo Estado e das formas como se configura uma comunidade, pela partilha da dívida, mas também pela existência em comum, à parte da sociedade exterior. Assim, se o Estado caminhava, em 1962, para um regime autoritário, de exceção, de

modo a garantir a ordem e diminuir as liberdades e direitos civis, nas zonas à margem da estrutura social, esse Estado já existia de fato.

O último episódio, *Pedreira de São Diogo*, é o que tenta dar um ar mais otimista a todo o filme, por apresentar uma proposta de transformação, que somente se configura no momento em que os moradores do morro se unem em prol de um interesse comum, como queria Acanda (2006) e sobre o qual falara Gramsci, em sua guerra de posições¹¹. Sobre as pedras, os barracos. Abaixo, trabalhadores da pedreira provocam uma explosão para que os pedaços de rocha se rompam. A carga não atinge os barracos, mas os encarregado pede que se aumente a carga, para 500 kg. A câmera perscruta os rostos dos trabalhadores, que estão tensos com a explosão que lhes foi encomendada. Alguns moram no morro mesmo e ficarão sem casa. Eles combinam uma forma de impedir a explosão e vão tentar pedir que os favelados apareçam para interditar a explosão. Há um *mise-en-scene* muito bem orquestrado na sequência da explosão, como os trabalhadores postados a um lado do plano e o responsável por acender os explosivos filmado em *contra-plongée*, em contraste com a muralha de pedra que se ergue diante dele, como se o homem desafiasse forças muito maiores do que ele. O silêncio se faz e em cima da pedreira, ainda ninguém apareceu. A câmera percorre mais uma vez os rostos preocupados dos trabalhadores e, de repente, no canto direito do plano surgem subitamente os moradores. Unidos pela necessidade de defenderem suas moradias, saíram todos à rua, sobre a pedreira. Aturdido, o industrial se detém ante o protesto popular. Diferente dos demais episódios, este último parece sugerir uma saída à exclusão social, a união dos sujeitos em prol de um objetivo comum: a resistência.

Cinco vezes favela: agora por nós mesmos?

Em 2010, um dos diretores do filme *Cinco vezes favela*, Cacá Diegues, propôs a produção de uma sequência da obra de 1962, mas com uma ressalva: agora seriam os próprios moradores que tomariam a frente na narrativa. Assim, através do apoio de diversas instituições da sociedade civil *Cinco vezes favela, agora por nós mesmos* foi realizado. Da mesma forma que seu antecessor, na obra atual há cinco episódios onde é possível construir ilustrações sobre a realidade em comunidades do Rio de Janeiro. São eles, *Fonte de renda*, *Arroz e feijão*, *Concerto para violino*, *Deixa voar* e *Acende a luz*.

No primeiro deles, *Fonte de renda*, Maicon, jovem morador de uma comunidade carioca, passa no vestibular da faculdade de direito, mas não pode cursar, porque não tem dinheiro para se sustentar lá. Logo na primeira aula, Maicon é cooptado por um colega de classe para vender drogas e, após hesitar, passa a fornecer drogas para os amigos da faculdade. Há o conflito moral do personagem, da mesma forma que o personagem do episódio *Favelado*, do filme de 1962 e a necessidade de sobreviver, mas, no capítulo atual, o personagem se salva pela preocupação com o irmão, que consome por engano a cocaína que Maicon deveria vender e acaba internado. Diferente da versão antiga há saída para o favelado, mas ainda assim, as dificuldades perduram e há um reforço no fato de que um Estado que possibilita a todos, teoricamente, entrar numa universidade não se preocupa com as formas como esse novo universitário vai conseguir manter-se estudando. Uma vez que as histórias foram propostas pelos próprios moradores das comunidades, segundo a ideia do filme, há indícios de que este é um problema recorrente na realidade atual.

Em seguida, em *Arroz e feijão*, os membros de uma família comem somente feijão e arroz porque não têm dinheiro para nada diferente disso. O pai, saudoso, lembra-se de uma das poucas vezes em que comeu frango, quando criança. Seu filho, ao saber que é dia do aniversário do pai, tenta junto com um amigo conseguir dinheiro para comprar um frango para ele, mas todas as tentativas são frustradas. Os meninos são inclusive roubados por alunos de uma escola particular, o que denota uma preocupação em marcar a narrativa com um olhar diferente do senso comum ou juízo provisório. Ao contrário do filme antigo, os membros da classe média podem sim roubar os mais pobres, por diversão ou crueldade. Os meninos acabam roubando um frango para poder contentar o pai, mas depois de ouvirem a história do pai de um deles sobre o avô ter roubado um frango do vizinho e, devido ao ato, ter sido duramente surrado por diversos homens na frente da família, acabam devolvendo o animal ao vendedor. Há uma preocupação em retratar o morador de comunidade como alguém com princípios éticos e valores, que também pode ser o herói da história, não somente o mártir ou o bandido. Em contraposição ao filme antigo, os personagens da versão de 2010 são vivazes, alegres e enfrentam com coragem a realidade que vivenciam e que, por vezes, se mostra demasiadamente cruel.

Assim, no terceiro episódio, *Concerto para violino*, o mais denso e dramático do filme, Ademir, Jota e Marcinha são amigos que moram na mesma comunidade. A menina se torna violinista, Ademir policial e Jota trafi-

cante. Há o reforço dos laços fraternais pelo uso do *flashback*, mostrando a infância compartilhada dos três. A vida acaba por colocar os amigos em campos opostos, e as relações de amizade e as memórias trazem conflitos, quando Jota, o traficante, assalta o quartel de Ademir. Ele se esconde na casa de Márcia, com quem teve uma filha, mas o traficante rival entra em conflito com ele e vai procurá-lo. Há um corte para o momento em que Márcia toca e o maestro diz que as três vozes são inseparáveis, conotando os laços afetivos dos três. O traficante inimigo de Jota se associa a Ademir para buscar Jota, no que se reforça a presença do Estado como o poder repressivo frente à comunidade e que se subverte, tornando-se estado de exceção, ou poder paralelo, na medida em que Ademir entrega armas e fardas da polícia aos bandidos. Jota é enfim encurralado na casa de Marcinha e os dois são presos pelo traficante. Entretanto, essa mesma lei que se exime de responsabilidade, ao admitir a existência de um outro poder instituído na comunidade, não consegue romper os laços de amizade de Ademir e dos amigos. O policial não aguenta pensar nas formas de tortura descritas com requinte de crueldade pelo traficante e atira nos dois, matando-os. Jota e Márcia são assim, executados pela lei policial, mas não sofrem a ação do poder paralelo, sendo, em alguma medida, poupados pelo amigo. Pode ser traçado um paralelo entre o pretense julgamento de Jota e Marcinha pelo tráfico com as formas de execução e tortura que foram utilizadas pelo governo militar. Entretanto, além da proximidade histórica, não se pode traçar uma aproximação maior em relação à violência, com o filme de 1962, parte do *corpus* de pesquisa, devido a este ser anterior ao golpe e, portanto, não conter as representações da violência implementada pelo Estado militar. Em alguma medida, se cabe pensar numa proximidade, ela se deve tão somente pela existência de um totalitarismo em ambos os casos. Seja no tribunal do tráfico ou na ditadura militar, em novo diálogo com o conceito agambiano de exceção encontramos:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (Agamben, 2008: 13).

Logo, a ordem jurídica que deveria, segundo o pensamento hobbesiano, conter o caos é ela mesma, promotora deste caos reforçado pela ausência do poder público, mas também pela sua anuência com o estado de coisas nas comunidades cariocas.

Da mesma forma, no quarto episódio, *Deixa voar*, quatro amigos de escola vivem em favelas diferentes e não podem se visitar, nem mesmo conviver para além da escola, visto que os territórios são delimitados pelo medo do outro lado. No meio, simbolicamente, há uma ponte. Uma das meninas, Carol, vive em um lado e Flávio, do outro. Eles não conseguem ficar juntos por causa do antagonismo entre as comunidades onde moram. Um dia, a pipa que Flávio solta cai do lado de Carol e ele precisa buscá-la. De início é hostilizado pelos meninos do outro lado, mas ao encontrar um amigo da escola lá, é salvo a tempo de uma surra ou, quem sabe, de algo pior, como fica subentendido nas falas dos personagens. Feliz por ter sido salvo, Flávio encontra a casa de Carol e finalmente marca com ela de saírem. Há um reforço na existência de uma estrutura diferente na configuração das comunidades, onde o poder público não entra, mesmo que pesem as controversas iniciativas de pacificação no Estado do Rio de Janeiro. Assim como no filme de 1962, o morro é um território à parte, com suas próprias regras e onde o poder governamental não costuma agir. Nesse viés, nada de novo se registra entre 1962 e 2010.

O último episódio, *Acende a luz*, dá o tom humorístico ao filme atual. Afinal, é véspera de natal e a comunidade está sem luz. Os técnicos da companhia elétrica tentam resolver o problema, mas não conseguem e um deles é sequestrado pelos moradores, que decidem fazê-lo refém até que a luz volte. Preso à escada e inicialmente desesperado, o empregado da companhia vai aos poucos se familiarizando com os moradores, até que acaba confraternizando com eles quando a luz volta. Dessa forma, no último episódio, de modo bem humorado, o filme parece mostrar a importância de um olhar igualitário, compreensivo, para a realidade que foi para retratada ao longo de todo o filme.

Figura 2
Fragmento do filme *5 vezes favela* (2010)



Fonte: globofilmes.globo.com

Entretanto, à parte a intenção de produzir um bom filme, presente nas duas obras, parece haver um laço que une ambas as iniciativas. São todos os personagens sobreviventes em uma cidade partida. Independente do olhar da representação do outro, no primeiro filme, ou da autorrepresentação, no segundo filme, há uma relação conflituosa com o Estado, que sugerimos ser um estado de exceção, pelas formas de reforço da exclusão social e pelo peso do braço armado, seja pelo exército, seja pela polícia. Vale lembrar que, guardadas as devidas proporções, a polícia que sobe as comunidades diariamente seja na década de 1960 ou nos dias atuais, é, desde sua origem, também ela militarizada e se vale por vezes de práticas ilegais e de desrespeito aos direitos humanos para garantir o que denominam de ordem.

Comunidade, mídia e autorrepresentação no estado de exceção

Ao observar ambos os filmes, diversos questionamentos fazem-se necessários. Qual a representação de comunidade em ambos os casos? Há transformação de fato entre os dois filmes, ou as realidades pouco mudaram no recorte histórico pretendido? Quais as influências do governo militar na configuração deste cenário? Em que medida as narrativas de fato se modificaram, pelo lugar de fala dos moradores de comunidades ou somente pelo contexto histórico diferenciado? Nesse cenário, quais as influências e o papel da mídia no reforço dessas representações e, finalmente, quais as aproximações e distanciamentos entre os Estados representados nos dois filmes?

Em primeiro lugar, é preciso retornar ao conceito hobbesiano de Estado para pensar sobre o conceito de estado de natureza, onde o autor afirma que, quando os homens são iguais, têm o direito aos mesmos objetos de desejo, o que consiste no motivo pelo qual podem atacar uns aos outros, constituindo um estado natural de guerra. É necessária para o pensamento hobbesiano, uma lei racional que ordene todos os homens pela força, coagindo-os e levando-os à paz. Há, nesta perspectiva, uma transferência de poder dos homens ao Estado, para que este os proteja uns dos outros, fazendo uso da soberania personificada na figura de um homem ou de uma assembleia. E se o Estado personifica a vontade de todos os homens pela paz, deve atender à vontade de segurança de todos os que o escolheram e por quem abdicaram de sua própria vontade em prol do bem comum. É preciso, para Hobbes a ação de um poder repressivo que, através do contrato de todos os homens, submeta-os ao bem comum. Abdicando de sua liberdade, a concentração de poder nas mãos do soberano criaria a sociedade política (administrada pelo Estado), o conceito de justiça e uma ordem moral que, através da espada, garantiria a paz de todos. Em contraposição ao Estado repressivo que visa o bem comum de todos, está a ideia de Benjamin sobre o estado de exceção, segundo o qual “que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral” (Benjamin, 1996: 226). Em aproximação com os filmes analisados, sugere-se que há um distanciamento da figura deste Estado cujo propósito é o bem comum e indícios do estado de exceção sobre o qual falara Benjamin (1996) e reforça Agamben, ao conceituar a exceção como:

(...) o ordenamento jurídico que foi estabelecido para conter a violência, contém em si exatamente o seu contrário – a possibilidade jurídica da suspensão dos direitos estabelecidos e garantidos, que admite uma violência não regulada pela lei, na qual o estado de exceção se torna estrutura jurídico-política imposta ou mesmo estabelecida com permissão da própria sociedade, em face do conteúdo da norma constitucional vigente (Agamben, 2008: 8).

Assim, se o Estado militar subjogou sob seu tacão os direitos individuais e usou da violência de forma não regulada, ainda que sistemática, também o Estado democrático de direito, retratado nos filmes antes e depois da ditadura, mantém a mesma proposta, quando não garante a todos os cidadãos seus direitos individuais. Nos dois filmes, as comunidades são dominadas pela ação de poderes paralelos, apoiados em grande medida pelo governo e os personagens não têm garantidos os direitos mais básicos à habitação, trabalho, alimentação ou transporte.

Por outro lado, paralelamente ao governo está a comunidade, seja representada de forma ainda incipiente no filme de 1962, seja na consolidação de uma estrutura social relevante na realidade social brasileira e cujos reflexos se traduzem agora em ações de Estado no sentido de conter e segregar, o que se reflete nos dois filmes, pela ausência de interação entre os moradores das comunidades e o restante da população. Há um reforço nos limites do território que constitui o vínculo comunal dos personagens dos filmes, mas também na quase total inexistência de mobilidade em outras regiões do Rio de Janeiro, exceção feita para o universitário de *Fonte de Renda*. Convém acrescentar que, no regime militar, foram frequentes as estratégias de eliminação e remoção de favelas, principalmente no período de 1962-1974¹², assim como a prisão de líderes dos moradores, quase nenhum resultando em melhorias nas condições de vida dos maiores interessados, os moradores das comunidades. Dessa forma, a influência do regime militar pode ser sugerida na manutenção de uma mentalidade segregacionista e no reforço das distâncias entre os territórios sociais no Estado.

Em igual medida, ao pensar o papel da mídia na construção do contexto dos filmes parece haver um grande distanciamento entre ambas as obras, no que tange à abrangência dos veículos midiáticos no cotidiano atual, ao que Sodré conceitua como ambiência, que compõe, na contemporaneidade, práticas e sujeitos, provocando a transformação do *ethos* político para o *ethos*

mediatizado (Sodré, 2009). Ainda que a presença massiva dos meios de comunicação date de antes da década de 1960 no Brasil, somente nos idos da atualidade, quando está em crescimento vertiginoso devido, em grande parte, ao avanço tecnológico, alcança níveis jamais imaginados e reconfigura representações e práticas sociodiscursivas no cotidiano, cenário que, em 1962, ainda começava a ser configurado. Contudo, se no contexto histórico, as obras fílmicas se distanciam, no plano da representação social, constituem um *continuum*, na representação de uma realidade pelos filmes, que pouco se altera no que tange à exclusão social. Logo, se a construção da imagem do morador de favela em 1962 denota a necessidade de sobreviver, também em 2010 a narrativa fílmica transparece no reforço desta mesma mensagem. A diferença se dá no papel do emissor, distanciado, como citado anteriormente ou de posse dos meios através dos quais pode se expressar. Capaz de, na medida em que vivencia a experiência com o cinema e pode representar a si mesmo e à sua realidade, refletir sobre seu papel na sociedade e tentar de fato mobilizar-se em prol da transformação social. O contato com o meio cinema, aqui, seria a possibilidade do que Sodré denominara *héxis educativa* “como experiência que afeta o *ethos*” (Sodré, 2009: 84), geradora de consciência crítica, ponto de partida para uma perspectiva contra-hegemônica da comunicação, cuja ação poderia servir como forma de questionamento do poder de Estado. Além disso, há indícios que apontam para uma possibilidade de construção de um caminho que possa, em alguma medida, aproximar os territórios sociais distanciados normalmente pelo poder público e reforçados pelos veículos de mídia convencionais, cujas representações das favelas cariocas por si já renderiam um novo artigo, tantos são os reforços de estereótipos e juízos provisórios que se registram, seja no governo militar, seja no governo democrático atual. Correndo em paralelo, o empoderamento dos meios e das narrativas pelos moradores das comunidades cariocas, parece ser uma possibilidade alternativa ao discurso oficial, seja do Estado, seja dos veículos de comunicação.

Conclusão

A tentativa de aproximar filmes com o distanciamento histórico de décadas em um contexto tão rico quanto o da ditadura militar brasileira corre o risco de deixar de fora elementos relevantes e pontos de vista fundamentais cujo olhar atento não pode se dar ao luxo de subverter. Entretanto, a proposta deste estudo foi tão somente propor um debate, a partir de dois pontos de vista inicialmente distintos para pensar as imbricações entre comunidade, mídia e Estado ao longo de um período determinado pelo Golpe de 1964 e pela redemocratização, mas que não se encerra entre 1964-1985. Ao contrário. Inicia-se anos antes, na movimentação militar já desde o governo de Getúlio Vargas¹³ e cujos efeitos fazem-se sentir até hoje em alguma medida, seja pela presença ostensiva de militares no policiamento cotidiano do perímetro urbano, seja pela falta de garantia de direitos fundamentais, no que tange aos moradores de comunidades pobres. Entretanto, onde ambos, governo militar e governo democrático, localizam os setores excluídos do pacto social – em um não-lugar de fala – e onde o primeiro filme, ainda que timidamente, tenta falar pelos ditos favelados(sic), a experiência com o meio audiovisual, no segundo filme observado, pode subverter a exceção, o não-lugar, anacrônico porque ainda existente em tempos atuais. Não que o cinema novo não tenha o olhar libertário, a tentativa de emancipação, mas – hoje compreende-se – falava-se pelos que não podiam falar por si, garantindo-lhe o direito à expressão que o governo militar insistiu, ao longo dos seus 21 anos, em tornar inexistente. Entretanto, pelo cinema feito para o povo e não por este, os *cinema-novistas* afastaram-se de seu público, perdendo-se em linguagens complexas. O cinema novo, “de alegorias e descontinuidade” segundo o escritor Ismail Xavier (2006) não conseguiu seu intento de formar as massas e trazê-las à discussão política. Muito em parte a razão da trucagem das obras era confundir censores e instrumentos de repressão. Por isso talvez, as mensagens não conseguiam chegar até seu receptor, causando pouco ou nenhum efeito na proposta de conscientização de massas, ainda que estas fossem retratadas em muitos filmes da época. Por outro lado, em *Cinco vezes favela agora por nós mesmos*, há uma possível subversão do sentido de receptor e emissor, engendrando novas representações tanto na produção cultural como, em consequência, nas práticas sociais. Em sendo histórias escritas, filmadas e dirigidas por moradores de comunidades dos dias atuais, podem trazer novos olhares, suscitando reflexões sobre o lugar do Estado, ou sua ausência na medida em que aproxima do público leituras distintas da realidade social dos moradores de comunidade, podendo fazer com

que os moradores busquem sua própria representação. Não se trata somente do Estado representar o sujeito, mas do sujeito se reconhecer como parte do Estado. É preciso compreender a necessidade de se pensar a estrutura social e a própria existência do Estado como o promotor de direitos inalienáveis que devem se outorgados a todos, e não somente uma parte da população. Nesse viés, o uso das mídias na experiência autorrepresentativa pode ser uma forma de direcionamento ou de coação, dependendo do viés adotado. Para se tornar libertária, uma iniciativa deve ter um ensinamento, uma produção de sentido que seja apartada do sentido comum. No caso do cinema, significa criar meios de criação que não reproduzam os modelos vigentes. Há uma linha tênue entre a mera reprodução e a produção consciente, voltada para o caráter fundamental do sujeito inserido num núcleo social, a compreensão do sujeito acerca de si, do outro e da significação dos dois na sociedade, compreensão voltada para o olhar, mas também para agir. Trata-se finalmente, de um esforço em prol de pensar o estado de exceção, prolongado além dos limites históricos da ditadura militar, de triste memória, mais reforçado na segregação diária que enfrenta parcela considerável da sociedade e no papel dos meios de comunicação e da produção cultural na transformação dessa realidade.

Notas

1. Este é o primeiro longa-metragem brasileiro totalmente concebido, escrito e realizado por jovens moradores de favelas.

fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-180470/curiosidades/>

2. O filme foi dirigido pelos jovens Manaíra Carneiro, Wagner Novais, Rodrigo Felha, Cacau Amaral, Luciano Vidigal e Cadu Barcellos (fonte: <http://globofilmes.globo.com/5xFavelaAgoraporNosMesmos/>)

3. Sodré, 2009.

4. O filme foi realizado por meio das ONGS CUFA, na Cidade de Deus; do Nós do Morro, no Vidigal; do Observatório de Favelas, no Complexo da Maré; do Afro Reggae, em Parada de Lucas; e o Cidadela/Cinemaneiro, em várias comunidades ao longo da Linha Amarela (fonte: <http://globofilmes.globo.com/5xFavelaAgoraporNosMesmos/>. Acesso em 20/02/2014)

5. <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=221>. Acesso em 20/01/2014.

6. Sobre este assunto, ver: Gaspari, 2002.

7. Ver Gaspari, 2002.

8. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4090.htm. Acesso em 20/01/2014.

9. Artistas, estudantes e intelectuais, unidos pelo objetivo de transformar o Brasil a partir da ação cultural capaz de conscientizar as classes trabalhadoras, fundam o CPC. Inspirado no pernambucano Movimento de Cultura Popular - MCP, de Miguel Arraes, o CPC, multiplicado em inúmeros grupos espalhados pelo país, leva ao povo diversas manifestações artísticas cujo objetivo é usar formas da cultura popular para promover a revolução social (fonte: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbete=459. Acesso em 26/01/2014).

10. Rede de antidisciplina (Certeau, 2008: 17).
11. Guerra de posição: luta pela hegemonia, por uma reforma intelectual, moral (Gramsci apud Coutinho, 2011: 143).
12. Mattos, Rômulo Costa. Aldeias do mal. In: *Revista de História*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>. Acesso em 20/02/2014.
13. Ver Gaspari, 2002.

Referências bibliográficas

- ACANDA, Jorge L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- AGAMBEN. Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AUMONT, J. e MARIE, M. *A análise do filme*. Lisboa: Edições texto e grafia, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- CANEVACCI, Massimo. *A linha de pó - A cultura Bororo entre tradição, mutação e autorrepresentação*. Editora AnnaBlume, 2012.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ESPOSITO, Roberto. *Communitas. Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MORAES, Dênis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.
- ROCHA, G. *Revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Introdução. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Justiça e memória: direito à justiça, memória e reparação, a condição humana nos estados de exceção*. São Leopoldo: Casa Leiria/Passo Fundo: Ifibe, 2012.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho - uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VELOSO, F., VILLELA, A. e GIAMBIAGI, F.. *Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968/1973): uma análise empírica*. Revista Brasileira de Economia, out. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1053/465>. Acesso em: 20 fev. 2014.

XAVIER, Ismail. *Cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Referências cinematográficas

Cinco vezes favela. Cacá Diegues, 1962, 92 min., DVD.

Cinco vezes favela, agora por nós mesmos. Manaíra Carneiro, Wagner Novais, Rodrigo Felha, Cacau Amaral, Luciano Vidigal e Cadu Barcellos, 2010, DVD.

Terra em transe. Glauber Rocha, 1967, 111 minutos, DVD.

O pagador de promessas. Anselmo Duarte, 1962, 97 minutos, DVD.

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre os filmes *Cinco vezes favela* e *Cinco vezes favela agora por nós mesmos*, que foram produzidos em 1962 e 2010, respectivamente. Com base na metodologia de análise fílmica e usando os conceitos de estado de exceção (Agamben), autor-representação (Canevacci), comunidade (Esposito) e sociedade civil (Acanda), há o objetivo de, a partir do *corpus* apresentado, pensar a representação social da comunidade nos filmes a partir da relação com um estado de exceção que se prolonga desde a ditadura até os dias atuais, além de pensar comparativamente o lugar de fala dos atores sociais ao longo de um contexto de exclusão social com origem no período pré-ditadura e cuja transformação ou permanência nos dias atuais será debatida ao longo do texto.

Palavras-chave

Comunidade - Estado de exceção – Mídia - Cinco vezes favela – Autor-representação.

Abstract

This work aims to conduct a comparative study between the movies *5 vezes favela* and *5 vezes favela agora por nós mesmos*, which were produced in 1962 and 2010, respectively. Based on the methodology of film analysis and using the concepts of state of exception (Agamben), self-representation (Canevacci), community (Esposito) and civil society (Acanda), the purpose of this text is to analyse social representation community from the relationship with a state of exception that extends from the dictatorship until the present day, in addition to think comparatively the place of people in the communities, over a period of social exclusion originated in the pre-dictatorship period and whose transformation or retention in the present day will be discussed throughout the text.

Keywords

Community - Exception-state – Media - Cinco vezes favela - Self-representation.

Getúlio Cabral e suas trajetórias

Giselle dos Santos Siqueira

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em quatro de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Victor Hugo¹, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas.

Getúlio Cabral era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo, em obras da construção civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento.

Quando Getúlio Cabral e sua família vieram para o Rio de Janeiro, instalaram-se em Petrópolis. Chegaram à cidade de trem e foram morar no Alto do Quitandinha.

Nesta época Duque de Caxias era uma área estratégica para todo o Rio de Janeiro, pois possuía indústrias como a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias, mas também a Associação dos Lavradores Fluminenses e vivenciava uma intensa mobilização dos movimentos sociais. Em 1968, sob a administração de Moacyr do Carmo, Caxias foi considerada Área de Segurança Nacional. Em 1971, iniciou-se um longo período com a presença dos governos militares na cidade.

A militância comunista se caracterizava, sobretudo, pela capacidade de mobilização, de defesa dos interesses de classe ou das lutas específicas, pela produção de um sindicalismo chamado por muitos de “político”. Os

comunistas em Caxias haviam adquirido certa visibilidade. “Caxias era um foco de comunistas”, dizia Tenório Cavalcanti, referindo-se aos anos 1950.

Duque de Caxias era conhecida, desde os anos 1940, como um subúrbio dormitório. A acelerada expansão demográfica decorria do movimento migratório. Vindos das áreas rurais periféricas, migrantes atraídos pela metrópole carioca, principalmente do Nordeste do Brasil e do interior fluminense, capixaba e mineiro, deixavam seus povoados em direção à cidade em expansão². Segundo Stélio Lacerda, o fluxo populacional fluminense chegava aos 123 mil habitantes em 1950.

Buscando oportunidade de trabalho e melhoria de vida, uma grande parte dos recém-chegados instalava-se na periferia do Rio de Janeiro, uma grande parcela em Caxias. Os serviços públicos, contudo, não acompanhavam a expansão urbana e demográfica. A maioria da população não dispunha de escolas, hospitais, saneamento, segurança e demais suportes essenciais à qualidade de vida urbana.

Na década de 1950, a família Cabral fixou residência em Duque de Caxias.³ Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Residia na Rua Diamantina, que é a atual Avenida Leopoldina. E depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário).

Getúlio e seus irmãos estudaram na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no Corte Oito. Victor Hugo, irmão de Cabral, lembra-se dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes.

Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista (tendo como companheira Lydia Cunha⁴) e comunista, atuando em uma das células do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além das organizações de bairro. Entre os 12 e 13 anos, Getúlio já tinha iniciado sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coreia.⁵ Como passou a exercer papel de liderança nas lutas comunistas, ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido.

Getúlio começou a trabalhar com 14 anos, consertando máquinas fotográficas e posteriormente atuando como fotógrafo, seguindo assim os passos de seu pai. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, no município de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional. Em 1962, o PCB deu-lhe a tarefa de trabalhar como escriturário e servente do Ministério da Indústria e Comércio na FNM

(Fábrica Nacional de Motores)⁶ para reforçar a ação político-partidária ali já existente. Foi demitido da fábrica no final de 1964 por perseguição política, sendo cassado e obrigado a atuar na clandestinidade para sobreviver. Nesse mesmo ano rompeu com o PCB e incorporou-se posteriormente ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Casou-se aos 23 anos com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos: Alexandre e Adriano Cabral.

A militância política na luta armada

Getúlio Cabral foi dirigente regional do PCB (Partido Comunista Brasileiro)⁷ e depois de romper com este partido ligou-se ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)⁸, onde atuava, na Guanabara, como chefe do Grupo de Fogo,⁹ também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro.

Em 1968, Getúlio viajou a Cuba para fazer um “curso de treinamento de guerrilhas”. Quando voltou de viagem, a perseguição ficou mais intensa. Em 1969 e 1970, residiu no bairro de Parada Angélica (Terceiro Distrito de Duque de Caxias), onde morava com a esposa e seus dois filhos. Em 1970, sua casa foi saqueada e quebrada por agentes do DOPS. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, Bahia.¹⁰

Segundo documentação¹¹, Getúlio atuou também como militante do PCBR na “depredação” de dois postos de gasolina onde se encontravam afixados cartazes de terroristas procurados; na versão oficial esta ação foi orquestrada pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), PCBR e Vanguarda Armada Revolucionária (VAR). Getúlio foi um dos participantes na “expropriação” de joias em Copacabana, na Rua Paula Freitas e em 19/8/1971, de uma Casa de Materiais de Construção (SC) no valor de Cr\$ 350,00 e do Banco da Bahia – São Cristóvão (25/02/1972), a quantia de CR\$ 92.000,00.

Nas documentações do DOPS/RJ Getúlio aparece com os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo e com forte atuação na Bahia (Salvador) onde montou o esquema que resultou em 1970, no “assassinato” do primeiro sargento Valder Xavier de Lima, da FAB (Força Aérea Brasileira) e no ferimento de um agente do DPF/BA (Departamento de Polícia Federal da Bahia). Ainda segundo as mesmas documentações, foi responsável pelo “assassinato” do soldado Elias dos Santos, do Primeiro BPEX (Batalhão de Polícia do Exército), em 1969.¹²

Nas documentações da Secretaria de Segurança Social de Pernambuco, Getúlio aparece como elemento de ligação e coordenador do retorno do Chile dos militantes do PCBR banidos, indicados para os cursos de elementos de guerrilhas em Cuba.

Getúlio estava condenado a 20 anos de reclusão pela Sexta Circunscrição Judiciária Militar por participação no assalto à Agência Liberdade do Banco da Bahia – Salvador, 1970. Getúlio teve sua prisão preventiva decretada em 17/12/1971; mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a 12 anos de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos.

Ele estava pronto para chefiar um assalto no dia 10/01/1973, à Agência Voluntários da Pátria da União de Bancos Brasileiros, conforme levantamento apreendido no aparelho do PCBR de Bento Ribeiro. Ação esta que não aconteceu devido a sua morte.

Prisão e morte sob tortura

Getúlio foi morto sob tortura no dia 29 de dezembro de 1972, aos 30 anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas).¹³ Ele foi uma das vítimas do “massacre” que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca¹⁴, José Silton Pinheiro¹⁵ e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.¹⁶

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que “faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança”. Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado – sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca.¹⁷

No Arquivo do DOPS/PE encontrou-se em seu prontuário de nº 19.407 a informação de que “foi morto na Guanabara, na Rua Grajaú, nº 321 em tiroteio com as Forças Armadas”. Segundo ainda as informações contidas nesse documento, Getúlio havia sido servente do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido demitido por perseguição política no final do ano de 1964.

Segundo a publicação *Direito à verdade e à memória*, os quatro prisioneiros foram levados a um lugar ermo, onde seus corpos foram crivados de balas para dar a impressão de morte em tiroteio, sendo que ainda tiveram seus corpos carbonizados.

O corpo de Getúlio entrou no IML, em 30/12/1972, pela Guia nº 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de nº 132.011, firmado pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos¹⁸, teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte que constam na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrito, há a seguinte frase: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”.¹⁹

Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 6/2/1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de 2.000 ossadas de indigentes.²⁰

A morte de Getúlio somente foi divulgada em 17/01/1973, pelo Jornal do Brasil que deu a notícia de sua morte e das mortes de Fernando, José Sifton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya²¹ e Lourdes Maria Wanderley Pontes²², sem citar as circunstâncias de suas mortes.²³

No Rio de Janeiro, em 16/9/1991, o Grupo Tortura Nunca Mais obteve apoio para exumar 2.100 ossadas de uma vala no cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980 foram enterrados, em uma vala clandestina, todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16/01/1974.²⁴

Reuniu-se, então, uma equipe formada por dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, pela arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Nancy Vieira, e pela antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em 17 sacos plásticos para serem examinados.²⁵

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continuou sendo resguardado até que no ano passado se estabeleceu como um “lugar de memória”, com a construção de um memorial. “A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar nossa história e para que nunca mais isto volte a acontecer,” afirma Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ.²⁶

Os nomes dos 14 presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranúcia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no cemitério de Cacuia está Severino Viana Colon e no de Santa Cruz, Roberto Cieto²⁷.

A Ocupação Getúlio Cabral

Na década de 1960, após o Golpe Militar, o território do Município de Duque de Caxias foi ainda mais impactado. Silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura. Em 1968, a FNM foi privatizada, passando para as mãos da Alfa Romeu (indústria italiana), em meio à revolta dos trabalhadores e ao inquérito aberto para apurar a existência de fraudes. Em 1976, a fábrica passou para o domínio da Fiat (empresa italiana), e os operários iniciaram a convivência com a racionalização da produção, a automação, a intensificação dos ritmos de trabalho e a hiperexploração da força de trabalho.

Privatização, desemprego e extermínio. Todos os dias, chegavam mais trabalhadores em busca de emprego e se alojavam como podiam, onde as condições de vida já eram péssimas.

Fica claro que Caxias, assim como toda a Baixada, tornou-se, mais uma vez, lugar de armazenamento e passagem, só que agora de trabalhadores pobres. Toda a memória de organização, de experiência operária e de esforço de construção de participação política, não fora experimentada por toda a sua população; ao contrário, fora silenciada.

Nos anos 1980, as terras que abrigavam o Campo de Multiplicação de Sementes foram ocupadas por duas mil pessoas organizadas pela Associação de Moradores Local, dando origem à Ocupação Getúlio Cabral. A Ocupação hoje conta com aproximadamente 10 mil pessoas e 137 ruas, destacando-se as Ruas Che Guevara e Carlos Mariguella e tem como presidente da associação de moradores Luis Carlos Cabral, que ali mora com a sua família. A ocupação fica localizada no bairro de Parada Angélica – terceiro distrito de Duque de Caxias, uma área muito pobre e carente da cidade, dominada pelo tráfico e pela milícia local.

Notas

1. Victor Hugo é professor aposentado da rede pública – Colégio Pedro II. Lecionava Química. Filiou-se à Juventude Comunista Caxiense no ano de 1953, então com apenas 13 anos. Nos anos de 1970 e 1971, pesava apenas 57Kg, tendo sido torturado por cinco pessoas. Foi enquadrado nos artigos 42, 45 (Lei da Segurança Nacional) e por tentativa de tomada de poder. Mas foi absolvido por falta de provas, já que o processo era forjado. Quando saiu da prisão foi trabalhar no Colégio Pedro II. Mais informações ver: Café com História – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Victor Hugo de Oliveira Cabral.
2. O caso específico da família de Getúlio Cabral.
3. Área Metropolitana do Rio de Janeiro.
4. Lydiá nasceu em Ramos, no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1921. Em 1942, Lydiá e José Antônio Cunha passaram a viver juntos em Duque de Caxias. Ela chega ao Distrito de Caxias ainda no período da ditadura varguista (1937-45). Caxias ainda era naquele momento distrito do município de Nova Iguaçu, governado por interventores. Apesar da repressão, inúmeras células clandestinas do Partido Comunista foram organizadas no interior de fábricas e bairros. Nos anos 1940, participou da fundação da UFDC – União Feminina Duque de Caxias. Após o golpe de 1964, refugiou-se temporariamente na casa de amigos em Volta Redonda. Até o ano de 1965, ainda resistiu e manteve a sua militância na Federação de Mulheres do Brasil.
5. Na década de 1950, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil na Guerra da Coreia ao lado dos Estados Unidos. O envio de vinte mil soldados brasileiros para a Coreia era uma das requisições que ficariam estabelecidas no acordo militar Brasil – Estados Unidos, de 1950. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a “Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia”. Tal campanha consistia em passeatas, enterros simbólicos, comícios-relâmpago, manifestações populares, etc., objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano.
6. Ver RICARDO, José Ramalho. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e *A voz da ANAPAP (Painel do Paim)* – 09/01/2009.
7. Ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
8. Sobre a trajetória do PCBR ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

9. “O grupo de fogo é o instrumento de ação organizada. Com ele, as operações da guerrilha e as táticas são planejadas, lançadas e executadas com êxito. O comando geral conta com o grupo de fogo para realizar seus objetivos de natureza estratégica e para fazê-lo em qualquer parte do país. Por sua parte, ajuda aos grupos de fogo com suas dificuldades e necessidades. A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações entre eles, que funciona simples e praticamente com o comando geral e que também participam nos ataques; e organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária.” Mais informações ver: Carlos Marighella: *Mini – Manual do Guerrilheiro Urbano – Capítulo 06.*
10. Seu irmão Vitor Hugo lembra que Odete, cunhada de Getúlio foi torturada em Imbariê pelo DOPS. Ver: *Café com História – Instituto Histórico – Maio de 2008 – Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral.*
11. Ver Arquivo Público do Estado do RJ - Setor: Terrorismo Pastas: 15- Folha 4 e Pasta 16 folha 339.
12. Ver: Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Terrorismo Pasta 12 Folha 140, Pasta 14 Folhas 16 e 17 e Pasta 16 Folha 339.
13. Órgão conjunto dos diversos serviços de informações, do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Cíveis, criados em todos os Estados a partir da experiência da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo.
14. O carioca Fernando Augusto, apelidado Fernando Sandália, concluiu o 2º grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava economia na UFRJ e trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde foi demitido em 1970. Militou na Corrente Revolucionária antes de integrar o PCBR, sendo membro de seu Comando Político Militar e um dos responsáveis pela publicação oficial do partido, *O Avante*, no Rio de Janeiro. Em função das perseguições e da militância clandestina, estava residindo em Maceió, com a mulher, Sandra Maria Araújo da Fonseca e o filho André, então com três anos de idade. Sandra estava grávida de Fernando, que não chegou a conhecer o pai. No “livro negro” do Exército, consta a informação de que, em dezembro de 1971, tinha sido composta uma direção nacional provisória do PCBR, integrada por ele, por Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e por Getúlio de Oliveira Cabral. Mais informações ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.*
15. Viveu até seis anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibú, RN. Em 1966, entrou em contato com o pensamento da Igreja progressista e, pretendendo se tornar irmão Marista passou a estudar no Convento de Apipucos, em Recife. Mas sua inquietação política foi além da vocação religiosa. De volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tempos depois, passou a militar no PCBR, atuando em Natal, Recife, e por fim, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27 de julho de 1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves. Mais informações ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.*
16. Era estudante secundarista, pernambucano de Canhotinho, e não foi possível coletar outros dados a respeito de sua biografia e atividades políticas anteriores. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo do tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, em Recife, no dia 26 de junho de 1970, que reagiu a tiros e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos, em março do ano seguinte. José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser

morto, vindo de uma viagem ao Chile em que acompanhou o ex-sargento da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula em reuniões com banidos brasileiros. Ver mais informações em: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Ver também: site do Grupo Tortura Nunca Mais.

17. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

18. O médico legista Roberto Blanco dos Santos, que está sendo processado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) e, em 1994, foi nomeado Delegado de Polícia no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano recebia como delegado da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca (RJ) as queixas de torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel durante a chamada Operação Rio. Apesar de denunciado, ele continua no cargo.

19. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

20. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

21. Nasceu em 1º de março de 1950, filho de Gerson Algery Saboya e Ephigênia Salles Saboya. Morto aos 22 anos de idade, em 29 de dezembro de 1972, na Rua Sargento Valder Xavier Lima, nº 22, fundos, junto com Lourdes Maria Wanderley Pontes, segundo versão oficial da repressão em tiroteio. Mais informações ver: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... etc. tal, prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. — Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

22. Era pernambucana de Olinda e estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por seu envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), sendo que no mesmo ano, Paulo foi preso, sendo posteriormente condenado à prisão perpétua, por coautoria no assassinato de um sargento da Aeronáutica que o conduzia preso algemado ao companheiro de militância Theodomiro Romeiro dos Santos. Após a prisão de Paulo Pontes, Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro. Mais informações ver: *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

23. Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais - <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

24. Mais informações ver: TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

25. Mais informações ver: TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

26. Mais informações ver: Boletim 22 GTNM-RJ, março 1996 e TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

27. Idem nota 26.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Meritiy a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH – Clio, 2010.
- BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. *O mundo como teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1993.
- _____. *Variadas de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FANON, Francis. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRECO, Heloisa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Tese de doutorado em História.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memória*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LACERDA, Stélio. *Caxias de ontem: um pouco de memória*. Fábrica de Livros SENAI – RJ / XEROX / FUNGUTEN, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.
- MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n.1, 1989.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e memória. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *História, pensar e fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.
- PADRÓS, Enrique Sena; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence e SIMÕES, Amanda Fernandes (Orgs.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.
- _____. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): o fim da ditadura e o processo de redemocratização*. 2ª edição. Porto Alegre: Corag, 2010.
- _____. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”*. 2ª edição. Porto Alegre: Corag, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA e AMADO, 1998: 103-137.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jair (Orgs.). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. O retorno do político. In: CHAVEAU, A. e TÈTARD. P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1992.
- RICARDO, José Ramalho. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RICOEUR, Paul. Entre memória e história. In: *Projeto*. Paris: número 248, p.11, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

STTOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Noberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1995.

TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura – memória e justiça no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008.

Resumo

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em quatro de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas. Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR. Era chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro. As fontes usadas neste artigo foram principalmente documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e no site do Grupo Tortura Nunca Mais e entrevistas.

Palavras-chave

Guerrilha urbana - Militância - Ditadura - Esquerda - Memória.

Abstract

Getúlio de Oliveira Cabral was born on April 4, 1942, in Espera Feliz (MG). According to his brother Victor Hugo, his name was a tribute to his mother gave to President Getulio Vargas. Was regional head of the PCB and national leader of PCBR. He was head of Group of Fire, in Guanabara, also called the Military Police. This was the last group of urban guerrillas in Rio de Janeiro. The sources used in this article were mainly documents found Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) and the Grupo Tortura Nunca Mais and interviews site.

Keywords

Urban Guerrilla Warfare - Military - Dictatorship - Left - Memory.

Anistia: o perdão político

Fernando Sá

Direitos

Os direitos nos séculos XVII e XVIII eram amplamente discutidos como se fossem simplesmente prerrogativas e, portanto, maneiras de agir por parte do detentor do direito. De fato, esta tendência está profundamente enraizada na tradição do discurso relativo a direitos. É difícil dizer quando “um direito” foi pela primeira vez expresso de uma forma relacionada com o uso corrente, mas muitos pesquisadores localizam este primeiro uso em William de Ockham (1973: 400), quando este fala a respeito de um direito como um poder ou capacidade de agir fundamentado em normas ou, no caso especial de uma prática jurídica, como um acordo. Tal uso foi bem estabelecido no século XVII (com Hobbes e Locke) e tem sido generalizado desde então (Hunt, 2009: 118-119).

Na verdade, conforme o entendimento contemporâneo (tal como estão enunciados na Declaração Universal de Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948), seria melhor destacar três funções principais dos direitos. Assim, o conteúdo central de alguns direitos pode ser uma maneira de agir (por exemplo, uma liberdade de conduta de algum tipo). Mas, no núcleo de outros direitos estará uma maneira de ser tratado: um não agravo de algum tipo ou, alternativamente, a prestação de um

serviço. Porém, uma condição é que os direitos mais importantes são universais – em particular os direitos humanos e os direitos constitucionais, que são direitos civis fundamentais ou básicos de todas as pessoas (ou cidadãos) no contexto de uma dada sociedade politicamente organizada (Comparato, 2006: 636).

De maneira geral, todos os direitos civis são direitos importantes e refletem um alto nível de compromisso social. Mas nem todos podem ser justificados como representantes de reivindicações morais específicas, praticáveis e universais. Do ponto de vista do reconhecimento social, os direitos humanos seriam, simplesmente, direitos constitucionais que contêm precisamente reivindicações morais válidas. Essas reivindicações, quando analisadas isoladamente, poderiam ser descritas como normas de direitos humanos (Comparato, 2006: 622).

O que então poderia estar envolvido na justificação dos direitos humanos – ou normas de direitos humanos – e daqueles direitos constitucionais suscetíveis do mesmo tipo de justificação? Uma coisa parece clara: as normas que constituem ou apoiam os direitos humanos são normas morais. Assim, os direitos humanos só podem existir se existirem em algum sentido normas morais substantivas (ou, pelo menos, puderam ser objetivamente descritas e defendidas). No entanto, é possível que os direitos morais, e, portanto, humanos, existam mesmo que as normas morais sejam convencionais ou relativas à cultura. Mas se os direitos humanos – ou as normas de direitos humanos – vão cumprir seu papel de padrões internacionais de crítica política, então essa moralidade convencional terá que incluir algumas normas que sejam aceitas em todo o mundo (Hunt, 2009: 177). Também é importante verificar se tais normas levarão em consideração futuros seres humanos em sociedades que ainda não existem (e isto parece ser importante se quisermos chamar essas normas de universais em qualquer sentido significativo). Em caso positivo, essas normas não podem ser meramente convencionais.

Assim, ao classificar os direitos humanos como direitos morais, pode ser útil distinguir entre moralidade de fato e moralidade crítica. O que parece especialmente crucial aos direitos humanos é a crença de que há princípios morais críticos que são objetivamente corretos, ou objetivamente razoáveis. Frequentemente, os direitos humanos – ou normas de direitos humanos – são vinculados a ideias como dignidade humana, personalidade moral, ação moral ou comunidade moral (Comparato, 2006: 478). Mas também aqui não se obteve consenso, talvez porque noções como ação

moral não pareçam por si mesmas ser suficientemente diferentes das próprias normas ou direitos que se espera que elas justifiquem. Ou, ainda, porque tais noções pareçam, em última análise, necessitar elas próprias de maiores justificativas. Assim, seria prudente considerar outros princípios fundamentadores que pudessem ser defendidos como objetivamente razoáveis.

Uma maneira de limitar as opções é considerar primeiro as teorias substantivas da justificação crítica que foram desenvolvidas em torno de uma discussão sobre direitos humanos e constitucionais. Três teorias contemporâneas importantes se adaptam a esta descrição: o utilitarismo de J. S. Mill (2000), a teoria ética da escolha racional de David Gauthier (1986) e a teoria da justiça como equidade de John Rawls (1997).

Por outro lado, ainda há pouca concordância em torno de como a discussão da justificação crítica dos direitos é estabelecida e conduzida. Se, por exemplo, concordamos que é melhor levantar as questões relativas à distribuição dos direitos depois de tentativas bem-sucedidas, ou pelo menos plausíveis, de justificação, então problemas tais como que tipos de seres podem ter direitos também devem ser considerados. Atualmente, assistimos acaloradas discussões sobre se os fetos têm direitos, se os animais podem tê-los ou, ainda, sobre os limites do direito à vida (em casos de eutanásia, por exemplo, ou pedidos de suicídio assistido). Mas uma tentativa séria de responder a perguntas como estas, perguntas sobre distribuição, sobre amplitude e sobre anulação de direitos, devem ser tratadas à luz de explicações adequadas sobre a função dos direitos. Se assim é, inevitavelmente essas questões nos remetem à ideia de justiça.

Justiça

A ideia de justiça ocupa uma posição de destaque na filosofia moral e política contemporânea. Além de ser uma virtude necessária aos indivíduos em suas interações com a sociedade, é a principal virtude de instituições sociais. Da mesma forma que um indivíduo pode apresentar qualidades tais como integridade, solidariedade e lealdade, também uma sociedade pode ser mais ou menos economicamente próspera, artisticamente culta, e assim por diante. Tradicionalmente definida pela expressão “dar a cada um o que lhe cabe”, a justiça sempre tem sido intimamente relacionada a ideias de merecimento e igualdade, ou seja, as recompensas

e castigos serão justamente distribuídos se forem concedidos a quem os merecer. Mas, quando não houver merecimentos diferentes, a justiça sempre deve exigir um tratamento igual (Comparato, 2006: 525).

Uma divisão comum diferencia justiça corretiva de justiça distributiva. Enquanto a justiça corretiva cobra o que é devido a uma pessoa enquanto castigo, a distributiva cobra o que é devido em forma de benefícios e encargos não punitivos. Na esfera da justiça corretiva existem divergências sobre a justificativa do castigo em si mesmo, mas sempre houve – e ainda há – acordo universal sobre os critérios para um castigo justo: castigos justos devem ser impostos corretamente e a quantidade do castigo deve refletir a gravidade da ofensa.

Não há a mesma concordância sobre o conteúdo de princípios justos para a distribuição de benefícios e encargos (não punitivos). A linha convencionalista sustenta que o que é devido a cada pessoa é concedido pelas leis, costumes e entendimentos compartilhados da comunidade da qual a pessoa é membro. Os teleólogos acreditam que pode-se fazer uma avaliação do bem para os seres humanos e que a justiça é o princípio organizador por meio do qual uma sociedade (ou a humanidade) busca esse bem. Os que entendem a justiça como vantagem mútua propõem que as normas de justiça podem ser derivadas da concordância racional de cada agente em cooperar com os demais, para promover o seu próprio interesse. Teóricos do que pode ser denominado justiça como equidade acreditam que justiça é um conceito fluido que proporciona uma estrutura equitativa, dentro da qual cada pessoa está apta a buscar seu próprio bem (Rawls, 1997).

Também existe concordância geral sobre o fato de que um castigo justo deve atender aos seguintes critérios: 1. só deve ser imposto a um transgressor devidamente condenado; 2. a quantidade do sofrimento deve satisfazer o princípio de proporcionalidade. Isto significa que as pessoas condenadas por crimes de gravidade comparável devem receber castigos de severidade comparável, exceto quando circunstâncias atenuantes ou agravantes alterem a culpabilidade do criminoso; 3. a quantidade do sofrimento também deve satisfazer o princípio da proporcionalidade, ou seja, deve haver uma classificação vertical de crimes e penas por sua gravidade (Walzer, 1983).

Na história do pensamento sobre justiça, a justificativa mais comum para qualquer conjunto específico de leis, convenções ou práticas tem sido apelar para uma autoridade externa, geralmente divina. Na tradição da lei natural, para que um ato seja justo, não basta que ele esteja de acordo com a lei positiva da sociedade. A lei positiva deve ela mesma estar de acordo com uma lei natural que pode ser conhecida através da faculdade humana da razão. Esta tradição, que deve suas origens aos estoicos gregos, encontrou seu intérprete mais lúcido em Cícero (1973: 163). Escreve Cícero que a verdadeira lei está de acordo com a natureza e é de aplicação universal, imutável e perpétua. O elo com a natureza humana através da razão humana é importante, porque daí se segue que os seres humanos só atingem seu fim verdadeiro, ou realizam sua verdadeira natureza, se viverem de acordo com a lei natural. Desta forma, as duas perguntas, o que é a justiça e por que a justiça é considerada um bem, são respondidas ao mesmo tempo (Cícero apud Comparato, 2006: 111).

O utilitarismo também pode ser caracterizado como uma teoria de justiça se definimos justiça simplesmente como a principal virtude das instituições. Os utilitaristas sustentam que, em última análise, existe apenas uma virtude que importa: maximizar a utilidade. Entretanto, o utilitarismo está sujeito a violar exigências elementares de justiça da forma como são comumente entendidas: duas pessoas com merecimento idêntico serão tratadas de maneira diferente se do cálculo utilitarista resultar a decisão de que a utilidade seria maximizada dessa forma. A crença comum é a de que o que é devido a uma pessoa deveria estar relacionado a alguma coisa acerca daquela pessoa, e não derivado de um cálculo sobre o que favoreceria de forma mais efetiva algum estado de coisas desejável em geral (Mill, 2000: 241).

Uma linha importante de raciocínio dentro do utilitarismo tem tentado desviar essas críticas, argumentando que, na prática, os preceitos do utilitarismo garantiriam as práticas e instituições que são geralmente consideradas necessárias pela justiça. Assim, David Hume descreveu a justiça como uma “virtude artificial”, uma vez que atos de justiça contribuem para a utilidade não diretamente (como o faria um ato de benevolência), mas indiretamente, pela adesão a uma instituição que de modo geral é benéfica. Os exemplos de Hume foram o respeito pela propriedade, a castidade (nas mulheres), a submissão ao governo e o cumprimento de promessas (Hume, 1973: 201). Para Hume, então, a

justiça era uma convenção – mas, fazia sentido perguntar que bem era satisfeito pela obediência a ela. Em linhas mais ou menos paralelas, J. S. Mill argumentou em *Utilitarismo* (2000: 243), que “justiça” é o nome que damos aos preceitos cuja estrita observância é importante para o favorecimento do fim utilitarista. Os oponentes do utilitarismo, contudo, sustentaram que podem surgir situações nas quais a injustiça (da forma como é geralmente entendida) seria para o bem geral. E mais, eles reclamam que as fundações da teoria continuam insatisfatórias porque ela, nas palavras de John Rawls não “leva a sério a diferença entre as pessoas” (1997: 128).

O utilitarismo é baseado na suposição de que o bem de diferentes indivíduos pode ser de alguma forma reunido, e a busca de utilidade agregada ser proposta como o objetivo de todos. Versões de “justiça enquanto vantagem mútua” podem ser encontradas no argumento “poder é direito”, apresentado por Platão no Livro I da *República* (1999) e no contrato social fraudulento, identificado por Jean-Jacques Rousseau (1995) como tendo sido perpetrado pelos ricos contra os pobres. Mas o lugar clássico desta teoria é sem dúvida o *Leviatã* de Thomas Hobbes (1973).

Para que os termos do acordo sejam vantajosos para cada um (comparados com a guerra de todos contra todos), eles devem refletir os poderes relativos de barganha dos cooperantes. Os fortes e vencedores têm pouco a ganhar (ou temer) em relação aos fracos ou vencidos, e os últimos podem mesmo “ficar fora dos limites” da moralidade se os fortes não tiverem motivo para levar em consideração os seus interesses. Porém, sempre depois de identificados, detidos, julgados e punidos, uma das formas que os fortes têm de afirmar o seu poder sobre os vencidos, por meio da justiça, é conceder a eles o perdão, ou a clemência (abrandamento da punição).

Perdão

Perdão é o ato de considerar sem efeito uma falta, uma ofensa, de não ser demasiado severo com o culpado e de não guardar ressentimento (Jankélévitch, 1957: 15). Segundo Lacoste (2003: 319), o que chamamos de perdão é na realidade uma questão que já se coloca no pensamento clássico: como responder a uma falta? Platão dará respostas a essa questão no *Górgias* (1992) e nas *Leis* (1999). Para Platão, aquele que pratica o mal deve ser punido, mas o culpado deve ser digno de piedade.

Aristóteles, na *Ética a Nicômaco* (1999), fala de magnanimidade. O homem magnânimo não deve ter rancor, não deve guardar ressentimentos. Quanto aos erros sofridos, o melhor é desprezá-los. Todavia a benevolência não é necessariamente uma virtude, pois tolerar a humilhação ou ouvir com indiferença insultos aos seus amigos é característica de uma alma vil e mesquinha.

O estoicismo será breve quanto a esse tema. A piedade é uma paixão (uma doença da alma) e o sábio não deve ter paixão. Portanto, o sábio não será misericordioso, assim como não ficará com cólera. Para Cícero, a clemência do homem magnânimo nasce da luta que ele trava contra a cólera (1973: 167). Já o homem político saberá também esquecer as injúrias, mas uma necessária severidade sempre deve acompanhar a clemência. A virtude também consiste em saber se vingar, na medida permitida pela equidade e pela humanidade. O tratado de Sêneca *Sobre a clemência* (1990) segue o mesmo caminho traçado por Cícero. O que ensinar ao jovem príncipe sobre a clemência? Em primeiro lugar, que muitos homens são capazes de retornar para o bem se forem perdoados, mas o príncipe não deve perdoar todos, pois é tão cruel perdoar todos quanto não perdoar ninguém. O príncipe sábio, diante da falta, deve agir sem crueldade ou compaixão (esta última vista como estado mórbido de uma alma que desfalece diante das infelicidades alheias).

O pensamento moderno vai refletir sobre o perdão de forma mais ou menos uniforme. Para Descartes (1998) os homens generosos, embora percebam as faltas dos outros, são mais inclinados a desculpar que a condenar por acreditarem que as faltas são cometidas mais por ignorância que por falta de boa vontade. A ética de Spinoza (1973) fala da misericórdia como uma modalidade do amor. É pelo amor e pela generosidade que o homem poderá responder humanamente ao mal. Thomas Hobbes em *De homine* (1991) diz que o homem deve perdoar a ponto de não exigir qualquer reparação e nem mesmo desculpas. Hobbes afirma que todos os vícios estão contidos na injustiça e na insensibilidade para com as aflições do próximo, isto é, na falta de caridade. Para Jean-Jacques Rousseau (1995), nas *Confissões*, a consciência natural está isenta dos remorsos do ímpio e dos crimes do malfeitor. Portanto, o perdão, cuja concessão faria supor a responsabilidade do malfeitor, é desqualificado desde o início, pois se ninguém responde ao mal, a não ser as relações sociais desprovidas de rosto, então ninguém pode ser absolvido. Para Kant (2004), o homem

misericordioso não é um homem racional, mas um animal também dotado de razão. O homem virtuoso não deixa de conhecer o perdão, a aptidão para a reconciliação é um dever do homem, mas, a exemplo de Aristóteles, não se deve confundir com a resignação diante das ofensas. Ao contrário de Schopenhauer, Nietzsche rejeitará a compaixão (2008). Entretanto, Nietzsche admite a virtude do esquecimento sem a qual nenhuma felicidade, nenhuma esperança, ou prazer pelo instante presente poderiam existir (2009). Ou seja, o perdão, a clemência, vai além da justiça, restabelece uma certa igualdade entre ofendido e ofensor, mas não tira do ofendido a memória da ofensa que foi cometida.

A anistia política na História do Brasil

Segundo Boris Fausto (2001) e Moacyr Flores (2001), em alguns episódios da História do Brasil o instrumento da anistia política foi usado pelos governantes, isto é, pelos vencedores, pelos mais fortes, para perdoar os que se rebelaram contra o poder instituído.

Invasões holandesas - No curso de uma grande crise que acabou por deixar vago o trono português, a nobreza e a alta burguesia portuguesa aclamaram Felipe II da Espanha como rei português. Na realidade, com a união das duas coroas, a burguesia mercantil portuguesa esperava ter maior acesso ao mercado espanhol na América. No plano das relações internacionais, a união das duas coroas fez com que a proximidade que existia entre Portugal e Países Baixos desaparecesse, como consequência dos conflitos existentes entre a Espanha e os Países Baixos. Foi neste contexto que se deram as invasões holandesas no Brasil, o maior conflito político-militar do período colonial. As invasões começaram com a ocupação de Salvador entre 1624 e 1625. Depois, em 1630, os holandeses atacaram Pernambuco com o objetivo de conquistar Olinda. Essa segunda invasão, por sua vez, pode ser dividida em três períodos: 1630-1637 período de conquista e afirmação do poder holandês na região; 1637-1644 período de relativa paz e relacionado com o governo do príncipe Maurício de Nassau; 1645-1654 período marcado pela guerra de reconquista portuguesa. A primeira anistia política concedida no Brasil foi concedida pela metrópole portuguesa aos que apoiaram os invasores holandeses e foram derrotados.

Independência - Em agosto de 1820 precipitou-se em Portugal uma revolução liberal inspirada nas ideias ilustradas. A disputa política passava pelo retorno ou não de D. João VI a Portugal. Enquanto o retorno era defendido pela “facção portuguesa”, formada pelos oficiais militares, burocratas e comerciantes interessados em manter o Brasil subordinado à metrópole, opunha-se ao retorno, por razões opostas, o “partido brasileiro” constituído por grandes proprietários rurais, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil. Essa questão logo foi superada, pois D. João VI, temeroso de perder o trono português, regressou a Portugal em 1821 e deixa no Brasil seu filho como príncipe regente. O “partido brasileiro” trabalhou no sentido de conseguir a permanência de D. Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, simbolizada pelo “dia do fico” em 9 de janeiro de 1822, representou a escolha de um caminho sem volta. Em 7 de setembro de 1822 o Brasil se tornava independente, com manutenção da forma monárquica de governo e com um português em seu trono. Em 18 de setembro de 1822 o governo brasileiro deu anistia política aos brasileiros e portugueses que lutaram contra o movimento de independência e foram vencidos.

Confederação do Equador - A concentração de poderes nas mãos de D. Pedro I e o fechamento da Assembleia Legislativa Constituinte geraram reações políticas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em 2 de julho de 1824, o presidente da Junta Governativa de Pernambuco, Manoel de Carvalho Pais de Andrade, publicou uma proclamação considerando D. Pedro I como traidor e convocando as províncias do Norte a aderirem à Confederação do Equador, sob a presidência de Pernambuco, formando um Estado republicano e federativo. Apesar da adesão de algumas províncias – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará –, os monarquistas de Pernambuco reagiram às pretensões políticas dos rebeldes. D. Pedro I enviou o general Francisco de Lima e Silva rumo a Recife para combater os revoltosos. A conquista de Recife termina em 17 de setembro de 1824. Manoel de Carvalho consegue fugir para a Europa, mas o tribunal do Rio de Janeiro condena à morte Joaquim da Silva Loureiro, João Metrowich e João Guilherme Ratcliffe. Além dessas, ocorreram outras 13 execuções nas comissões militares de Recife e Fortaleza. Entre os condenados à morte estava o Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, que atacava o governo por meio do seu jornal *Tiphis Pernambucano*. Depois da anistia e da abdicação de D. Pedro I, Manoel de Carvalho retorna

ao Brasil e, em 1834, foi eleito senador vitalício do Império. Depois de punir severamente suas lideranças, a Regência concedeu anistia política aos que aderiram à Confederação do Equador e foram derrotados.

Balaiada – A Balaiada foi uma insurreição contra o presidente da província do Maranhão, Vicente Tomás Pires de Figueiredo, que se iniciou em 13 de dezembro de 1838 quando Raimundo Gomes assaltou a cadeia pública de Manga do Iguará para libertar seu irmão que estava no tronco. O povo acompanhou o assalto e o movimento acabou se estendendo até São Luís. Aos insurretos uniu-se Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, que se destacava por odiar as autoridades constituídas depois que um alferes da polícia, Antonio Raimundo Guimarães, a quem dera abrigo e hospedagem, seduzira uma de suas filhas. A província do Maranhão dividia-se politicamente na facção dos conservadores ou cabanos e dos liberais ou bentevis. O movimento popular foi fortalecido pela adesão das tropas de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e de Cosme Bento das Chagas, que se intitulava “D. Cosme, tutor e Imperador das liberdades bentevis” e que distribuía títulos e postos militares. Nomeado presidente provincial, o cel. Luis Alves de Lima e Silva, atacou os insurretos e recuperou as vilas do Brejo, Viana e Pastos Bons, até derrotar os balaios ou bentevis em Tocanguira, mandando enforcar o negro Cosme. Lima e Silva retoma a cidade de Caxias, que lhe daria o nome para o título de barão e, em seguida, foi eleito deputado pelo Maranhão. Depois de punir seus líderes, a Regência concedeu anistia política aos revoltosos que combateram na Balaiada e foram derrotados.

Revolução Praieira – A revolta dos praieiros se dá quando a queda do gabinete liberal, em 31 de maio de 1848, provocou forte reação política em Recife. Os rebeldes liberais publicavam um jornal – Diário Novo – que imprimiam em uma tipografia na rua da Praia, daí derivando o nome da revolta contra os gabirus (conservadores). Os praieiros, inspirados numa série de revoluções democráticas que aconteceram na Europa, pretendiam a convocação de uma constituinte, a abolição da vitaliciedade do Senado, a modificação da divisão territorial, o sufrágio universal e que só os brasileiros natos pudessem ser ministros, parlamentares e juizes. Reivindicavam também que o Imperador escolhesse de uma lista tríplice os presidentes das províncias e os prefeitos de departamentos. Cerca de 2.500 homens chegaram a atacar Recife, mas foram derrotados. Sob a forma de guerrilhas, a luta prosseguiu até 1850, sem, entretanto, causar

maiores problemas ao governo imperial. O Império concedeu anistia política aos rebeldes que combateram na Praieira e foram vencidos.

Revolução Farroupilha – Em 1835, no Rio Grande do Sul, eclodiu a Guerra dos Farrapos ou Farroupilhas. Os gaúchos se consideravam explorados pelo governo central por meio de um sistema de pesados impostos. As reivindicações de autonomia e separação muitas vezes uniam conservadores e liberais. Entretanto, uma vez deflagrada a revolta, percebeu-se que ela não foi capaz de unir todos os segmentos da população sulista. Estimulada por estancieiros e alguns representantes da classe média urbana, a adesão à revolta não vingou, por exemplo, entre os charqueadores que dependiam das encomendas do Rio de Janeiro. Caxias foi nomeado presidente e comandante de armas da província e combinou habilmente ações de repressão e conciliação, conseguindo, em 1845, firmar acordos em separado com vários líderes rebeldes. Durante a Revolução Farroupilha a Regência ofereceu anistia aos líderes rebeldes que abandonassem a luta e se comprometessem nunca mais pegar em armas contra o Império do Brasil. A chamada convenção de paz de Poncho Verde, assinada por Caxias e Davi Canabarro e seus oficiais, em 28 de fevereiro de 1845, foi na realidade uma anistia política ampla concedida pelo Império aos derrotados. Os oficiais farroupilhas se integraram ao Exército brasileiro e o governo imperial assumiu as dívidas da República de Piratini.

Revolta da Chibata - Em 25 de novembro de 1910 a Câmara Federal aprovou anistia aos marinheiros da Revolta da Chibata. A maior liderança desse movimento foi João Cândido Felisberto, que estava à frente dos marinheiros do Minas Gerais, dos encouraçados S. Paulo e Deodoro e do *scout* Bahia. O movimento rebelde conseguiu que o Congresso votasse a anistia para os revoltosos e o fim do castigo da chibata na Marinha. Apesar da anistia política concedida aos derrotados, João Cândido esteve preso durante 18 meses incomunicável, até ser levado à Justiça Militar. João Cândido foi pronunciado com mais 69 companheiros, dos quais apenas 10 compareceram ao julgamento, os outros estavam desaparecidos, foragidos ou foram assassinados. João Cândido morreu de câncer e viveu o fim dos seus dias na mais completa miséria.

Era Vargas – Governante com maior expressão na história política do Brasil, Getúlio Vargas subiu ao poder em 1930 e ali permaneceu como chefe de um governo provisório, depois presidente eleito pelo voto indireto, depois ditador e, finalmente, presidente eleito pelo voto direto.

O movimento de 1930 no Brasil está inserido em um contexto de instabilidade gerada pela crise bursátil de 1929 em toda a América Latina.

1. A revolução de 1930 estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em outubro de 1930. Daí se espalhou rapidamente para o Nordeste e São Paulo. Diante do apoio popular, integrantes da cúpula militar do governo, em nome do Exército e da Marinha, depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro e constituíram uma Junta Provisória. Isso não foi o suficiente para deter Getúlio Vargas, que chegou de trem ao Rio de Janeiro, passando antes por São Paulo, precedido por um contingente de 3 mil soldados gaúchos. A posse de Getúlio Vargas na presidência da República, em 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República. Em 1930, o rebelde e vitorioso governo Getúlio Vargas decretou anistia ampla a todos os envolvidos em processos políticos.

2. Pouco tempo depois, além das reivindicações econômicas e políticas locais, a falta de habilidade política do governo federal propiciou que em São Paulo se deflagrasse uma guerra civil. Getúlio nomeou quatro interventores para São Paulo sem considerar os interesses e as pretensões da elite paulista. A luta pela constitucionalização do país e as questões da autonomia e da superioridade de São Paulo mobilizaram a população paulista. O movimento de 1932 uniu diferentes setores da sociedade, da cafeicultura à classe média e aos industriais, mas a classe operária organizada não aderiu ao movimento. Apesar da superioridade militar dos governistas, a luta durou quase três meses, tendo fim em outubro de 1932 com a rendição de São Paulo. Em 1932, o governo Getúlio Vargas concedeu anistia política aos rebeldes paulistas derrotados.

3. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória da democracia liberal patrocinada pelos EUA e seus aliados, as ditaduras então existentes na América Latina foram aos poucos esgotando seus projetos políticos. No Brasil, a queda de Getúlio não foi motivada por uma conspiração externa, mas resultado de um jogo político onde atuaram vários atores e em diferentes cenários. Entre outros acontecimentos, precipitaram a queda de Vargas: a volta dos pracinhas ao Brasil, a partir de maio de 1945, que provocou grande entusiasmo popular e contribuiu para aumentar as pressões pela democratização do país; as greves operárias reprimidas durante o Estado Novo e que voltaram a acontecer em 1945; a campanha “queremista” saiu às ruas defendendo a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Vargas no poder; a consolidação

dos três principais partidos políticos do período 1945-1964; a sucessão de Vargas é postulada pelo general Dutra, ainda Ministro da Guerra, e pelo brigadeiro Eduardo Gomes; crescimento, na vizinha Argentina, da influência do peronismo, etc. Vargas foi forçado a renunciar, faz uma declaração pública de que concordara com sua saída e recolhe-se em São Borja, sua cidade natal. Em 18 de abril de 1945, como que anunciando a redemocratização do país, foi concedida anistia política geral e irrestrita.

Revolta de Jacareacanga – Os militares antigetulistas, ligados à UDN sofreram várias derrotas políticas. Entre elas a vitória da chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart em 3 de outubro de 1955; a deposição do presidente em exercício Carlos Luz, patrocinada pelo então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott; e a posse dos eleitos em 31 de janeiro de 1956. Os militares udenistas derrotados politicamente temiam uma represália do grupo militar vitorioso no 11 de novembro e, por essa razão, não concordavam com a permanência, no governo JK, do ministro Vasco Alves Seco na pasta da Aeronáutica. Poucos dias após a posse do novo governo, em 10 de fevereiro de 1956, oficiais da Aeronáutica, liderados pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, partiram do Campo de Afonsos, no Rio de Janeiro, instalaram-se na base aérea de Jacareacanga, no sul do Pará, e ali organizaram o seu quartel-general. Dez dias depois do início da rebelião, os rebeldes já controlavam as localidades de Cachimbo, Belterra, Itaituba e Aragarças, além da cidade de Santarém, contando inclusive com o apoio das populações locais. Após 19 dias a rebelião foi afinal controlada pelas tropas do governo, com a prisão do major Haroldo Veloso. Os outros líderes conseguiram escapar e se asilar na Bolívia. Todos os rebelados derrotados foram beneficiados pela “anistia política ampla e irrestrita”, concedida logo depois pelo Congresso, por solicitação do próprio presidente JK.

Aragarças – Oficiais da FAB conspiraram contra o governo com o objetivo de que fosse decretado estado de sítio no país. Usavam como argumentos a renúncia de Jânio Quadros à sua candidatura à Presidência da República e o plano de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, de chefiar um levante popular de viés comunista. Na realidade tratava-se de uma desculpa para que as Forças Armadas tomassem o poder político com o objetivo de debelar uma revolução comunista. O tenente-coronel aviador José Paulo Moreira Burnier e o major Haroldo Veloso articularam o plano para que fossem tomadas de assalto as bases

de Santarém, Xingu, Cachimbo, Jacareacanga e Xavantina. Antes de seguir para o Brasil Central, Burnier tinha como objetivo bombardear os palácios do Catete e das Laranjeiras. Mas a conspiração falhou e Burnier sequestrou um avião Constellation, da companhia aérea Panair, que fazia a rota Rio-Belém com oito tripulantes e 38 passageiros, forçando que a aeronave aterrasse em Aragarças. Em seguida, Burnier capturou outros três aviões no aeroporto do Galeão que também foram levados para Aragarças. No dia 04/12/1959 os revoltosos desistiram da luta e voaram para Buenos Aires no Constellation sequestrado, onde pediram asilo político ao governo argentino. Em 1961, foram anistiados os rebeldes vencidos que se envolveram na Revolta de Aragarças.

Ditadura militar de 1964 - Logo a partir da decretação do AI-1, de 9 de abril de 1964, assim que começaram a ser praticadas as arbitrariedades que marcaram a ditadura militar, grupos de brasileiros passaram a defender a anistia. A Frente Ampla, que reunia Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart, em seu manifesto de 1967, defendia a concessão de anistia. Em 1968, o deputado Paulo Maccarini, MDB-SC, apresentou projeto de anistia a todos os envolvidos na manifestação de 28 de abril de 1968, data do assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante do Calabouço, por policiais do Rio de Janeiro. Em 20 de agosto o projeto foi rejeitado. Em julho de 1968, um grupo de mulheres fundou a União Brasileira de Mães. Em 1970, o MDB elegeu deputados e senadores que defendiam a anistia, eleições diretas e o fim do regime autoritário. Em 1972, o programa do MDB incorporou a reivindicação de anistia ampla e total. Em 1974, a advogada Terezinha Zerbini fundou em São Paulo o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou moção de anistia aos presos políticos. O movimento popular se disseminou com o surgimento de comitês a favor da anistia em todo o País. Em 1978, realizou-se em São Paulo o I Congresso Nacional pela Anistia. Finalmente, em 22 de agosto de 1979, foi votada e concedida a anistia política ampla e irrestrita que, curiosamente, contra toda a nossa tradição histórica de uso desse instrumento de conciliação política, anistiou vencidos e vencedores.

O perdão *ad hoc*

Se o perdão pressupõe a falta, é preciso reivindicar em primeiro lugar o reinado da justiça, uma vez que o perdão está além do que é obrigatório e as razões da afirmação do poder e da força política por meio do perdão são destinadas a intervir em momento posterior à punição legal. É fato que os que lutaram de alguma forma contra a ditadura militar de 1964 no Brasil receberam o benefício da anistia, mas, antes disso, foram perseguidos, presos, torturados, julgados e condenados pela justiça militar (muitos foram exilados e assassinados). No entanto, ao conceder o perdão político antecipado a seus próprios agentes, ou seja, a si mesma, as elites civis e militares que ocupavam o poder político nessa mesma ditadura assumiram que foram cometidas por eles faltas gravíssimas que não foram, mas que mereciam ter sido e ainda estão por merecer avaliação de seus atos pela justiça.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBE, G. *Modern Moral Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: UnB, 1999.
- _____. *Política*. Brasília: Editora da UNB, 1997.
- CÍCERO, M. T. *Da República*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética – Direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- DESCARTES, René. *As paixões da alma*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edpuers, 2001.
- FRANKENA, William. *Ethics*. New Jersey: Prentice Hall, 1973.
- GAUTHIER, D. *Moral dealing*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.
- HEGEL, G. W. F. *A fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOBBS, T. *Man and citizen – De Homine and De Cive*. New York: Harcourt Publishing, 1991.
- _____. *Leviatã*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.

- HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. In: *Berkeley, Hume*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos – uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- ISHAY, Micheline R. (Org.). *Direitos humanos: uma antologia*. São Paulo: Edusp, 2006.
- JANKÉLÉVITCH, V. *Le pardon*. Paris: Aubier, 1957.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Porto: Porto Editora, 2004.
- LACOSTE, Jean-Yves. Clemência e perdão. In: CANTO-SPERBER, Monique. *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- MILL, J. S. *A liberdade/Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NIETZSCHE, F. *Aurora*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *A genealogia da moral*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- OCKHAM, William de. *Física e ética*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- _____. *Las leyes*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999.
- _____. *Górgias*. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1959-1995.
- ROSS, W. D. *The right and the good*. Oxford: Oxford University Press, 1930.
- SCOT, John Duns. *Sobre o conhecimento humano*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- SENECA, Lucius Annaeus. *Sobre a clemência*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SIDGWICK, H. *The methods of ethics*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1981.
- SPINOZA, Baruch. *Ética III*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- WALZER, M. *Spheres of justice: a defense of pluralism and equality*. New York: Basic Books, 1983.

Resumo

O artigo trata de algumas questões morais e políticas que envolvem a concessão da anistia política antecipada aos agentes da ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 31 de março de 1964.

Palavras-chave

Ditadura militar – Anistia – Justiça.

Abstract

The article deals with some moral and political issues involving the granting of Amnesty early policy to agents of the military dictatorship in Brazil from March 31, 1964.

Keywords

Military dictatorship – Amnesty – Justice.

Entrevista: *Luiz Raul Machado*

Luiz Raul Machado nasceu em 1946, no Rio de Janeiro. Escritor e editor de livros teve marcada participação no movimento estudantil dos anos 1960, na luta contra a ditadura e na militância pelos valores democráticos. Por ocasião dos 50 anos do golpe militar, concedeu entrevista ao professor Ricardo Benevides, vindo a integrar o dossiê temático que publicamos neste número 35 da **Revista Comum**.

Ricardo Benevides: Como se deu sua entrada para o movimento estudantil? Quando?

Luiz Raul Machado: Foi no colégio, antes de 1964. Eu fui presidente do grêmio, recém-fundado, do Colégio Santo Inácio. Particpei do movimento estudantil secundarista que já era uma coisa razoavelmente grande no Rio de Janeiro, e em outros estados também. Em outubro de 1963, fui eleito presidente da AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Tive uma gestão truncada porque em abril tudo desmoronou. A AMES funcionava no prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, e a perseguição foi muito grande.

RB: O que o motivou? E que cargos ocupou (atividades que exerceu) ao longo dessa trajetória?

LRM: Motivação era da juventude querendo participar. E os movimentos estudantis faziam coisas como alfabetização de adultos, com o método Paulo Freire. Faziam centros populares de cultura, na UNE e na UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Então, tudo isso era muito fervilhante na época. Em 1964, tive que sair do Rio. Fiquei meio que escondido, em Friburgo, e só voltei no final do ano para me formar. A minha turma é a que se formou em 1964 no Colégio Santo Inácio.

RB: No 1º de abril de 1964, já estava fora do Rio?

LRM: Saí nessa semana. Porque teve gente me procurando em casa. Meus pais foram me avisar onde eu estava.

RB: Então você soube do golpe já por esse primeiro contato com militares na porta da sua casa.

LRM: Não eram militares, não. Eram civis, mas estavam nitidamente “caracterizados”.

RB: Que lembrança tem das primeiras ações do governo militar sobre o movimento estudantil? Como as informações chegavam?

LRM: A gente estava ligado no noticiário geral, sobre tudo o que estava acontecendo no país, ato institucional já existindo, cassações, prisões. Quer dizer, isso não saía na imprensa, mas a gente sabia por telefonemas e outros contatos.

RB: Quando assistiu o primeiro confronto do movimento com as Forças Armadas?

LRM: Olha, nós estávamos no prédio da UNE, no dia 1º de abril de 1964. Esvaziávamos gavetas e arrumávamos as coisas porque sabíamos que ia ser invadido. O prédio logo foi cercado e incendiado nesse dia. A gente saiu mais cedo, mas soube de gente que ficou até o final, pensando em resistir. A lembrança mais nítida que eu tenho era do carro que levava a gente embora dali, cheio, entupido de gente, e a menina que trabalhava na AMES chorando, chorando e dizendo “um dia nós vamos fazer uma UNE linda, lá em Brasília...”.

RB: Havia muitas causas pelas quais o movimento estudantil brigava – o antiamericanismo, a liberdade de expressão, a preservação do controle da siderurgia e da exploração do petróleo, as garantias ao ensino público, várias. Quais eram as suas causas?

LRM: Andando um pouco mais à frente, para 1966 ou 67, foram feitos acordos de órgãos da ditadura para controle inclusive da Educação – o famoso acordo MEC-USAID, que mobilizou estudantes do Brasil inteiro. Eles tiveram inclusive que mascarar esse acordo, não levar adiante determinados pontos por causa da reação, uma reação nacional mesmo. Era isso e as bandeiras contra a repressão, contra as prisões, contra as perseguições, a professores. Uma quantidade enorme de professores foi demitida na época. Então, isso mobilizava muito os estudantes – na época, eu já estava na universidade.

RB: Do ponto de vista da família, dos amigos, havia pressão para deixar o movimento?

LRM: Era muito medo, né? Uma época marcada pelo medo. Então, a família sempre tentava proteger. E na época, nós com 18 ou 20 anos, nós não tínhamos muita noção do perigo. A gente estava em risco permanente, mas atuava como se não estivesse.

RB: E as divergências no próprio meio estudantil, como podem ter afetado a luta?

LRM: Havia muita! Eram discussões intermináveis. Teve um companheiro de diretoria da UNE – estive na diretoria entre 1967 a 1968 – que fez um levantamento na época e registrou 47 organizações de esquerda. Você imagina que, para ter 47, é porque cada uma tinha uma visão diferente do que tinha que fazer, que luta levar. Também tinha uma disputa política normal das entidades, entre linhas diferentes, querendo o poder, querendo eleger o maior número de representantes.

RB: Em relação à luta armada, qual era sua opinião?

LRM: Eu nunca fui desse “setor”. Respeitava. Mas seria completamente incapaz. Nunca soube pegar numa arma. Então... Mas eu trouxe aqui uma coisa engraçada que ilustra bem o caso. Isso aqui é um livro que foi feito sobre o presídio Tiradentes (pega o livro *Tiradentes, um presídio da ditadura*), com depoimentos. O meu começa da seguinte maneira (acho que isso responde): “Das minhas três prisões, a segunda foi a mais longa e o período maior foi passado no Presídio Tiradentes. Eu tinha sido preso em Belo Horizonte e, depois de muitos horrores, separado durante um mês numa solitária do Presídio de Neves. Eles dividiam as dezenas de presos em dois blocos: ‘assalto a banco’ ou ‘passeata’. Eu era ‘passeata’”.

RB: E 50 anos depois algo mudou no seu ponto de vista sobre o tema da luta armada?

LRM: Acho que foi um erro grave. Com o sacrifício de muitas vidas. A culpa é toda da ditadura, evidentemente, não vou culpar jamais os militantes, mas não havia condições para que isso fosse bem sucedido.

RB: Em que circunstâncias você foi preso e sob que acusação?

LRM: A primeira prisão foi no Congresso da UNE de Ibiúna, em São Paulo, em outubro de 1968. Foram quase mil prisões! Então, essa meio que não conta... Eu fui trazido pro Rio e aqui fui solto uma semana depois. A segunda prisão foi essa que eu falo de Belo Horizonte. A gente conseguiu realizar na clandestinidade um Conselho da UNE, em junho de 1969, quando foi eleita uma nova diretoria, presidida pelo Jean Marc (Jean Marc van der Weid sucedeu Luiz Travassos na presidência da entidade estudantil). Eu queria passar para os novos diretores os contatos que a UNE possuía porque nada podia ser por escrito, por telefone. Tinha que ser pessoalmente. Então fui a Belo Horizonte para isso e lá, numa noite, foram presas talvez mais de 100 ou quase 200 pessoas. Aí é que eu falo que fiquei num colégio militar, fui levado para o presídio de Neves, onde fiquei numa solitária por um mês. Depois fui transferido para São Paulo onde estava correndo o processo do Congresso de Ibiúna. Aí é que eu fiquei nove meses no presídio Tiradentes, até os advogados conseguirem a minha libertação, em março de 1970. Refiz a vida. Estava casado, fazendo nova faculdade, quando fui procurado na universidade. E os meus advogados aconselharam a me apresentar porque não estava “devendo nada a ninguém”. Essa foi a terceira prisão. Foi só uma semana, mas foi a pior de todas, em termos de violência e tortura.

RB: Então a tortura no primeiro momento foi mais branda ou não houve?

LRM: Em Ibiúna não houve, porque os jornais noticiaram as prisões dos estudantes, as mães foram para as portas dos presídios para levar alimentos, roupa e tal, então houve uma mobilização... A segunda teve, foi muito barra pesada, quando fui transferido de Belo Horizonte para São Paulo, que fui levado para o DOI-CODI, que era chamado de Operação Bandeirantes, e durou até o momento de ser levado para o Presídio Tiradentes, quando já estava numa situação regular de preso político. Agora, a terceira não. Eles queriam informações sobre uma porção de gente. Eles deram uma lista de 17 pessoas que eu tinha que dar conta. E eu consegui, graças a Deus, não dar informação nenhuma. Mas então foi muito violento o processo até o momento em que desistiram, e os meus advogados atuando fora conseguiram a libertação.

RB: Como era o cotidiano no Presídio Tiradentes?

LRM: A gente brincava que o Presídio Tiradentes era o Hotel Tiradentes. Porque depois de tanta barbaridade antes e de tanta que ainda teve depois em outros locais, ali era um período relativamente tranquilo. Relativamente. Porque você tinha um dia a dia de fazer comida, de receber visitas às quartas e aos sábados, de jogar baralho, de ler bastante – recebíamos os livros que as famílias levavam. Agora, tudo isso era interrompido sistematicamente com a chegada de novas levas de presos e do que a gente via acontecer com os presos comuns, que eram barbaramente torturados, de noite, nas nossas vistas. Então, dizer que era calmo, claro, é até um absurdo. Mas, em comparação às outras coisas era relativamente calmo.

RB: Esses momentos que você passou entre as capturas, chegou a encontrar outros líderes estudantis? Havia essa solidariedade de talvez levar a informação?

LRM: Ah, sempre. Você continuava a encontrar, fazer reuniões. Tem uma história emocionante. Quando saí de Belo Horizonte e fui para São Paulo, teve um hiato aí que ninguém me localizava. Meu tio procurando em tudo quanto é canto e tal. Quando, num dos interrogatórios, estavam me levando de uma sala para outra, cruzamos com o Vladimir Palmeira, que tinha sido preso desde Ibiúna e depois foi transferido para um presídio em Santos. Ele me viu e já recebia visitas nessa época, o que o fez pedir à mulher: “por favor, avisa à família do Luiz Raul que ele está aqui, que ele não está bem”. E foi, de fato, o que desencadeou a solidariedade da família e dos advogados.

RB: No momento da soltura, que recursos foram empregados? A gente sabe que num regime de exceção é complicado fazer valer o direito. Você citou os advogados. Como foi a atuação?

LRM: Eles foram incansáveis. Tem uma legião deles que de fato conseguia milagres.

RB: Como foi para retomar a vida, após tanto tempo na prisão? O que fez?

LRM: Num período anterior à última prisão, vivia de aulas particulares. Morava em São Paulo e logo depois retomei a faculdade de Pedagogia da PUC-SP, que não terminei. Mas, nesse meio tempo, através de anúncio de jornal, fui atrás de um emprego na Editora Abril. Fui redator, trabalhei na Divisão Educação, da Editora. E de fato ali começou a minha vida profissional regular, ligada à palavra. Nesse mesmo período, publiquei meu primeiro livro (João Teimoso, Ed. Ática), que esse ano está fazendo 40 anos. Então, virei, da noite para o dia, um autor de literatura infantil, área onde estou até hoje e ficarei.

RB: Quando pensa nos eventos mais marcantes na trajetória estudantil ao longo da ditadura, quais são os que lhe vêm à cabeça? O Congresso de Ibiúna está entre eles?

LRM: Ibiúna é o seguinte: é fantástico o que houve, a reunião de mil pessoas, mas foi um erro fantástico também, de tentar fazer um congresso de mil pessoas clandestino. Aquele congresso poderia ter sido feito no campus da USP, no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), tranquilamente. Bem, nada era tranquilo na época. Mas é interessante esse aspecto de realizar uma reunião tão grande, o pouco que houve de discussões, gente do Brasil inteiro lá no local, até o momento da repressão. Foi muito interessante, mesmo tendo sido um erro total da gente.

RB: E os outros eventos marcantes?

LRM: O que houve de mobilização popular... a mais famosa é a daqui do Rio, a passeata dos 100 mil, mas isso foi feito em maior ou menor escala no Brasil inteiro. Então, tinha o apoio muito grande aos estudantes e culminou com a imagem daquelas pessoas todas de tantas áreas, intelectuais, artistas, professores, religiosos marchando juntos na passeata.

RB: 50 anos depois, como vê as ações da Comissão da Verdade e a anistia para os crimes cometidos pelas Forças Armadas naquele período?

LRM: Essa é a grande discussão do momento. A revisão da lei da anistia, não deixando impunes crimes contra a humanidade que foram feitos. Então, isso é um passo. E acho da maior importância o trabalho da Comissão da Verdade.

RB: Algum arrependimento?

LRM: Não. Gostaria de voltar atrás e evitar os erros que cometemos. Como isso é impossível, toca-se o bonde.

A Revista **Comum** aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em mídia eletrônica, digitado em programa Word para Windows, corpo 12, entrelinha 1,5.
2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 20 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
3. Notas, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.
4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
6. Listar palavras-chave, *keywords* ou *mots-clés*.
7. Incluir nota biográfica do autor que indique sua formação acadêmica e, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa.

No caso de publicação do artigo, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas que achar pertinentes.

8. O ineditismo do artigo é obrigatório. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido apresentado em forma de palestra ou comunicação.
9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado nas versões impressa e digital da Revista **Comum**.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.